

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE HUMANIDADES  
MESTRADO EM ECONOMIA

UMA ANÁLISE DA AGRICULTURA DO NORDESTE  
BRASILEIRO A PARTIR DOS ANOS 50

CRISTIANE MARIA NEPOMUCENO

CAMPINA GRANDE  
1996

CRISTIANE MARIA NEPOMUCENO

UMA ANÁLISE DA AGRICULTURA DO NORDESTE BRASILEIRO A  
PARTIR DOS ANOS 50

Dissertação apresentada no Curso de  
MESTRADO EM ECONOMIA da  
Universidade Federal da Paraíba, em  
cumprimento às exigências para  
obtenção do grau de Mestre.

**Robério Ferreira dos Santos**  
**Orientador**

**Campina Grande**  
**1996**



N441a Nepomuceno, Cristiane Maria  
Uma análise da agricultura do nordeste brasileiro a partir dos anos 50 / Cristiane Maria Nepomuceno. - Campina Grande, 1996.  
124 f.

Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal da Paraíba, Centro de Humanidades.

1. Economia Rural 2. Dissertação I. Santos, Roberio Ferreira dos, Prof. II. Universidade Federal da Paraíba - Campina Grande (PB) III. Título

CDU 338.43.01(043)

**CRISTIANE MARIA NEPOMUCENO**

**UMA ANÁLISE DA AGRICULTURA DO NORDESTE BRASILEIRO  
A PARTIR DOS ANOS 50**

**Campina Grande  
1996**

A todos aqueles que procuram  
fazer do nordeste um lugar  
de prosperidade e bonança,  
acreditando na possibilidade  
de um futuro melhor.

" O Nordeste é uma região viável no seu conjunto, embora inclua áreas de extrema agressividade. A rigor, há vários Nordestes, alguns deles dificilmente aproveitáveis sob a real avaliação de custo benefício, mas inúmeros outros são de tal maneira dardivosos que neles poderá reproduzir-se, em seu significado maior, a imagem bíblica da fartura de leite e mel."

Rubens Rodrigues dos Santos,  
In: Nordeste: O desenvolvimento  
do homem rural.

## AGRADECIMENTOS

A minha mãe pelo esforço que fez para me proporcionar uma boa educação.

A Jonas por ser grande companheiro, por ter estado do meu lado em todos os momentos e por tantas vezes ter trazido uma nova "luz" às minhas idéias, no decorrer das muitas discussões que travamos sobre este trabalho.

Ao meu orientador Robério, pela orientação segura.

Ao professor João Otávio, que, em uma das suas disciplinas, me fez realmente conhecer o Nordeste.

Ao professor Ruston Lemos pela amizade, pela solicitude, pela a presteza e pelo empenho em me ajudar sempre.

Aos professores do mestrado em Economia Rural.

A Celinha (Célia Lopes) pela paciência e imensa ajuda prestada na "arrumação" desta dissertação.

A Iris Helena e Elio pela colaboração.

A Selma, coordenadora da Biblioteca do IBGE-João Pessoa pelo apoio técnico.

A Dudu (Duarte Catão) pela presteza em ajudar.

A Neuma, Glória, Everaldo e Rosecler por estarem sempre presentes, sempre auxiliando, sempre contribuindo.

Aos funcionários dos diversos órgãos consultados.

A todos aqueles que, de forma direta ou indireta, contribuíram para a elaboração deste trabalho.

## RESUMO

O presente trabalho analisa algumas das vertentes de interpretação da agricultura nordestina a partir dos anos 50. Vertentes essas, pouco conhecidas no contexto da literatura agrícola regional, mas que trazem uma nova visão sobre a região. O objetivo é mostrar que no período abordado, a agricultura nordestina apresentou um comportamento positivo, no sentido de que a mesma, além de manter as suas taxas de crescimento progressivas e, durante alguns anos, mais elevadas até que o conjunto do país, teve como uma das suas funções financiar o processo de industrialização que se pretendia desenvolver no Nordeste a partir dos anos 50. Tendo assim assumido um papel de fundamental importância para o desenvolvimento da região, contrariando aqueles que apontavam-na como a razão do atraso e do entrave ao crescimento econômico nordestino. E continua, para mostrar que esta agricultura, nos dias atuais, e possivelmente numa época futura, pode representar uma das principais fontes de rendimento. Para tanto, analisa-se a evolução da agricultura nordestina nas décadas de 50, 60 e 70 e em seguida constroi-se o perfil da mesma nos anos 80, mostrando que esta década definida por muitos como a “década perdida”, apresentou relativo crescimento. Pela pesquisa realizada, verifica-se que em meados dos anos 70, surgiu no Nordeste uma agricultura alternativa, a produção de frutas, com base na irrigação e localizada em áreas específicas, que deu origem aos denominados “pólos de desenvolvimento” ou “áreas dinâmicas”. Esta dissertação traz uma compilação de dados sobre esta nova agricultura, no sentido de apontar a fruticultura irrigada como uma das possíveis formas de ingresso da região Nordeste nas novas relações de mercado (inter)nacionais, a partir da adoção de um modelo de desenvolvimento que tenha como base a agricultura, e constitua-se em um complexo produtivo, formado por indústrias processadoras de alimentos, indústrias de apoio, sedes comerciais e um amplo setor de serviços.

## RÉSUMÉ

Ce travail analyse quelques-unes des tendances d'interprétation de l'agriculture du Nord-est du Brésil dès les années 50. Ces tendances, presque inconnues dans le contexte de la littérature agricole régionale, donne toutefois une nouvelle idée de la région. Le but de ce travail est démontrer que dans cette période-là, l'agriculture en question a présenté une façon d'agir positive. Ça veut dire que notre région a maintenu une croissance progressive au niveau de l'agriculture a été fondamentale dans le procès d'industrialisation qu'on voulait développer dans la région, à partir des années 50. L'agriculture a pris ainsi un rôle très important pour le développement du Nord-est; au contraire de ce qu'un petit groupe contraire à l'idée en pensait. L'agriculture est encore actuellement le signe du progrès de la région; au futur, probablement, elle représentera l'une des principales entrées d'argent dans la région. Après l'analyse de l'évolution de l'agriculture du Nord-est dans les années 50, 60, et 70, on fait une représentation de celle-là dans les années 80, et on aperçoit ces dernières années, considérés comme le "décennie perdu", représentatif d'une croissance relative. À travers la recherche réalisée, on a vu que dans les années 70, a apparu dans notre région une agriculture alternative. Dans ce cas, on avait la production des fruits par irrigation. Toutefois, ce type de production était restreint à des espaces déterminés, ce que stimule l'apparition des "pôles de développement." Cette dissertation montre une compilation de données sur cette nouvelle agriculture, en abjectivant consacrer la culture de fruits par irrigation comme une entrée possible de la région Nord-est dans les nouveaux rapports (inter)nationaux de marché. Cependant, cette nouvelle réalité ne devra être possible qu'à partir de l'adoption d'un modèle de développement basé sur l'agriculture et qui devienne un complexe productif formé par des industries alimentaires, des industries d'appui, des centres commerciaux et un large secteur de services.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1	
1. A agricultura nordestina nas décadas de 1950, 1960 e 1970 .....	7
1.1. Vertentes de interpretação e modelos de desenvolvimento .....	13
1.1.1. A década de 50 .....	13
1.1.2. A década de 60 .....	30
1.1.3. A década de 70 .....	39
1.2. Considerações finais .....	46
CAPÍTULO 2	
2. Um panorama da agricultura nordestina nos anos 80 .....	49
2.1. Aspectos gerais da economia brasileira na década de 80 .....	50
2.2. A agricultura nordestina na década de 80 .....	56
2.2.1. A agricultura irrigada no Nordeste .....	71
2.3. Considerações finais .....	81
CAPÍTULO 3	
3. A agricultura e o novo contexto econômico mundial. Uma nova política de desenvolvimento para o Nordeste .....	83
3.1. O novo panorama mundial: unificação de mercados .....	84
3.2. O MERCOSUL e a agricultura .....	89
3.2.1. A agricultura brasileira e a sua potencialidade .....	94
3.2.2. A agricultura nordestina e a sua potencialidade .....	103
3.3. Considerações finais .....	114
À GUIA DE CONCLUSÃO .....	115
BIBLIOGRAFIA .....	120

## ÍNDICE DAS TABELAS

TABELA 1.	Brasil e Nordeste: taxas de crescimento anual do produto real de 1957 a 1964 .....	24
TABELA 2.	Nordeste: taxa de crescimento anual da produção real agropecuária, de 1949 a 1964 .....	24
TABELA 3.	Nordeste: evolução do crescimento e variação percentual de área por década - 1940 a 1975 .....	26
TABELA 4.	Brasil e Nordeste: taxas médias anuais de crescimento dos produtos agropecuário, industrial e serviços. Período compreendido entre 1970 e 1993 .....	55
TABELA 5.	Brasil e Nordeste: Participação percentual dos setores no PIB - 1965/75/85/90 .....	59
TABELA 6.	Composição do PIB por região nos anos de 1970/80/85/92 .....	60
TABELA 7.	Evolução das exportações no Brasil e no Nordeste nos anos de 1970/80/90 .....	62
TABELA 8.	Evolução da área cultivada, quantidade produzida, rendimento médio das principais lavouras do Nordeste, nos anos de 1970/80/90 .....	66
TABELA 9.	Evolução da área cultivada, quantidade produzida, rendimento médio das "novas" lavouras do Nordeste nos anos de 1970/80/90 .	67
TABELA 10.	Nordeste e sub-regiões: estimativas dos produtos brutos por sub-regiões, nos anos de 1970/75/80/85/88/92 .....	79
TABELA 11.	Evolução dos perímetros e das áreas irrigadas no Nordeste nos anos de 1980/82/92 .....	80
TABELA 12.	Nordeste: evolução do volume das exportações de frutas (em kg) nos anos de 1992/93/94/95/96 .....	100 <sup>B</sup>
TABELA 13.	Nordeste: evolução do faturamento líquido (em US\$ 1,00) das exportações de frutas em 1992/93/94/95/96 .....	101 <sup>B</sup>
TABELA 14.	Nordeste: total do volume e do faturamento das exportações de frutas por estados nos anos de 1992/93/94/95/96 .....	102 <sup>B</sup>
TABELA 15.	Submédio São Francisco-PE: evolução da produção e das exportações de frutas, 1991 - 1994 .....	108
TABELA 16.	MAÍSA - Produção anual de frutas tropicais (em t) de 1983 a 1993. Vendas para o mercado interno .....	112
TABELA 17.	MAÍSA - Produção anual de frutas tropicais (em t) de 1983 a 1993. Vendas para o mercado externo .....	112
TABELA 18.	MAÍSA - Faturamento líquido (em US\$ 1,00) por tipo de mercado de 1983 a 1994 .....	113



## INTRODUÇÃO

Escrever sobre o Nordeste, especialmente sobre sua agricultura, quando se vive nesta região, parece ser inevitável, pois a necessidade de compreender e encontrar formas ou apenas apontá-las para superação de suas limitações inerentes ou impostas, torna-se sobrepujante. À procura dessa compreensão, buscou-se reunir elementos e posições teóricas que conferissem a este estudo um embasamento para analisar um período mais recente da agricultura nordestina e, a nível de perspectiva, apontar uma possível saída para a crise que atinge o setor agrícola.

O Nordeste do Brasil pode ser considerado como uma das regiões mais estudadas do mundo. Os mais diversos tipos de estudos foram realizados sobre ele, desde a formação de sua estrutura econômica até os símbolos e os signos adotados pelo seu povo. No entanto, são poucos aqueles que enfocam a evolução e o comportamento da agricultura num período mais recente. O objetivo principal deste trabalho é o de apresentar a agricultura nordestina a partir dos anos 50, interpretando-a como produtiva e viável economicamente. Toma como base a análise de autores pouco conhecidos na literatura tradicional sobre a temática agrícola nordestina, para compor uma visão panorâmica, sistematizando idéias que se encontravam dispersas, procurando apresentar, através de um estudo abrangente, uma forma de ver esta agricultura.

Para tanto procurou-se elaborar um perfil do comportamento desta agricultura, desde as décadas de 50, 60, e 70. Como a grande maioria dos estudos realizados sobre os anos 80 discorreram sobre fatos ou situações isoladas, buscou-se a ordenação de um perfil geral da agricultura nordestina nesta década, tratando-se desde a crise do seu

subsetor tradicional até o progresso da agricultura irrigada. Partindo, depois, para uma análise da agricultura no início da década de 90 e da sua já tão conhecida crise. Assim, este trabalho torna-se relevante à medida que sistematiza novas informações acerca do setor agrícola nesse período. Pretendeu-se comprovar que a agricultura nordestina foi, durante muitos anos, uma das principais atividades e fonte de rendimento da região, sendo inclusive uma das responsáveis pelo “financiamento” do modelo de desenvolvimento adotado para a região a partir dos anos 50. Tal política tinha como objetivo o de implementar o desenvolvimento industrial no Nordeste, contrariando a idéia de que era a agricultura a responsável pelo atraso da região por ser arcaica e improdutiva. Nos dias atuais, ela é uma das principais responsáveis pelo dinamismo que atinge algumas sub-áreas da região. Portanto, pode se constituir, nos anos 90, numa das possíveis alternativas de desenvolvimento para o Nordeste.

A agricultura nordestina ainda permanece como uma das mais importantes atividades econômicas visto que, de acordo com os dados estimativos do IBGE para 1993, aproximadamente 40% da população da região permanece na zona rural. A ocupação nesta região, como no Brasil, se deu a partir da expansão da agricultura em áreas específicas, fazendo com que cada sub-região tivesse uma estrutura diversificada e com características próprias, assumindo uma forma peculiar de produzir e reproduzir suas condições objetivas. Continua importante para o Nordeste porque se mantém empregando mão-de-obra, fornecendo matéria-prima para indústria local e suprindo o mercado interno e externo de produtos alimentares. Sempre foi caracterizada pela oposição de dois sistemas de exploração, de um lado a grande produção, voltada para o mercado externo; do outro lado a pequena produção e a pecuária, voltadas para o mercado interno local e a subsistência. *Justiça* Todavia, o que realmente determinou e condicionou o desenvolvimento econômico da região foram as atividades relacionadas com as exportações, onde predominou a produção da cana-de-açúcar, e posteriormente, o algodão. Em contrapartida, na agricultura da pequena exploração, predominou a produção de culturas de subsistência: arroz, milho, feijão e mandioca, realizada,

basicamente, por pequenos produtores, em escala reduzida e com baixos níveis de produtividade.

A falta de insumos básicos (máquinas, equipamentos, fertilizantes e defensivos), crédito rural, melhores vias e meios de transportes, sistemas de armazenamento, assistência técnica, políticas de comercialização e preços mínimos, incentivos e investimentos governamentais, dentre muitos outros fatores) apresentou-se, ao longo dos anos, como um grande obstáculo ao desenvolvimento da produção agrícola nordestina. Esta situação conduziu-a lentamente a uma crise de difícil retorno, pois implicou profundas perdas econômicas e sociais. O tripé sobre o qual se desenvolveu a economia nordestina nos últimos decênios (agricultura de exportação, agricultura de subsistência e pecuária), está cada dia rumando para um processo de crise. Esta produção decresce e perde espaço ao nível do mercado nacional.

As perspectivas delineadas para a agricultura nordestina nos anos vindouros, a partir da atual conjuntura econômica do país, apontam o aprofundamento das transformações verificadas neste setor nas quatro últimas décadas. Isto, contudo, em um ritmo mais acelerado do que o observado no passado, agravando-se, principalmente, pela crise estrutural que assola o Brasil. Toda a agricultura brasileira precisa ser cuidadosamente pensada, no sentido de ser conduzida e reconduzida ao pleno desenvolvimento e à plena produtividade.

Quanto à estrutura planejada neste trabalho, pode-se dizer que o primeiro capítulo constitui uma síntese análise retrospectiva, do desenvolvimento da agricultura nordestina da década de 50 à década de 70, a partir de uma compilação das concepções teóricas de alguns estudiosos. É importante esclarecer que, dentre as inúmeras vertentes sobre este assunto, no período estudado neste trabalho, foram selecionadas aquelas que conduziram suas análises para o conjunto da agricultura. Em outras palavras: as que não partiram de estudos de caso. Foram utilizados os seguintes trabalhos: para a década de 50, o relatório do GTDN e Francisco Sá Jr.; para a década de 60, Marcos Antônio de Melo e

Ricardo de Medeiros Carneiro e para os anos 70, René Louis de Carvalho e Otamar J. de Carvalho. Cumpre acrescentar que, apesar de não aparecerem em destaque neste trabalho, muitos outros estudiosos desta matéria, que vão de encontro aos posicionamentos aqui colocados e que poderiam constituir um interessante embate teórico, não foram abordados porque a pretensão deste trabalho não era enveredar por este caminho, mas apenas apresentar uma outra visão da agricultura nordestina.

No segundo capítulo, procurou-se construir de forma laboriosa e criteriosa, um panorama da agricultura nordestina na década de 80. Partindo-se da hipótese de que este período não poderia ser considerado, de todo, uma “década perdida”, pois durante o mesmo consolidou-se na região um tipo de agricultura dinâmica, resultado de um avanço técnico, no qual, determinadas áreas adotaram um tipo diversificado de culturas produtivas, destinadas a um mercado muito mais amplo e exigente. Parte-se de uma explanação geral sobre a economia brasileira neste período, e da crise que assolou o país, atingindo todos os seus setores, para então elaborar uma breve análise sobre os impactos desta crise em toda a agricultura brasileira. Em seguida, expôs-se a situação do setor agrícola nordestino neste decênio, tanto da agricultura tradicional como da incipiente agricultura irrigada, apresentando-se dados que mostram a evolução, o crescimento, a estagnação ou regressão da agricultura nordestina em seus subsetores. O desfecho deste capítulo é a análise da agricultura no período, partindo das exposições do capítulo 1, no sentido de informar que as previsões e as metas dos planos de desenvolvimento, feitos no final da década de 70, para a região, se confirmaram ou não.

Antes de focar-se o terceiro capítulo, é interessante mostrar a razão porque este foi pensado. O decênio de 90 é marcado por uma nova lógica nas relações econômicas: a integração de mercados e a realocação das funções produtivas ao nível do (inter)nacional. Este novo contexto econômico induz a uma certeza: a de que todas as regiões deste planeta devem procurar meios para inserir-se nestas novas relações.

O terceiro capítulo, como já mencionado, foi pensado a partir das idéias supra citadas. Faz, em princípio, uma análise da crise da agricultura tradicional nordestina no início da década de 90, para em seguida, apresentar a necessidade de pensar em um outro tipo de agricultura, que seja capitalizada e voltada para atender as novas regras (imposições) do mercado (inter)nacional. Para tanto, trabalhou-se a título de perspectiva, com a possibilidade da agricultura concentrar-se na a produção de frutas tropicais em áreas irrigadas. Os dados contidos neste capítulo são apresentados para mostrar a viabilidade deste tipo de produção, a partir das áreas já existentes e das taxas de crescimento de exportação, da participação do PIB regional, pessoal ocupado, dentre outras.

Não será repetitivo enfatizar que, para chegar-se aos resultados mencionados, foi preciso fazer todo um levantamento teórico e partir para a análise de dados a fim de proceder-se a uma síntese crítica a partir da década de 50, buscando-se os parâmetros de análise para o decênio de 80, e, como resultado final, de construir-se o perfil da agricultura neste período.

Como procedimento metodológico, realizou-se um levantamento em torno dos estudiosos que trabalharam a agricultura nordestina a partir da década de 50. A opção recaiu sobre dois autores por década. A escolha dos autores selecionados deve-se ao fato de que estes são representantes de um grupo de pensadores que confirmam a hipótese levantada neste trabalho, apesar de existirem outras interpretações, aqui não abordadas, defendidas por outros autores mais conhecidos e mais importantes. Em relação aos dados empíricos, foram utilizados boletins, relatórios, documentos impressos de várias instituições, entre elas: IBGE, IPEA, PIMES, Banco do Brasil, Banco do Nordeste, DNOCS, SUDENE e MINTER. Portanto, a construção das análises contidas neste trabalho deu-se, a partir de aspectos econômicos produtivos, no sentido de sistematizar criticamente as diversas abordagens sobre a agricultura nordestina, vista sob o parâmetro da sua dualidade. Quanto ao objetivo norteador, situou-se na construção de uma análise da agricultura nordestina a partir da década de 50, para apresentar, posteriormente, a

título de perspectiva, a realidade que se descortina para a região, no início de um novo contexto econômico conjuntural: a unificação de mercados.

Acredita-se que, a partir deste estudo, pesquisadores das mais diversas áreas possam visualizar um Nordeste mais viável economicamente e que este estudo possibilite a elaboração de projetos em prol do resgate da prosperidade do seu povo.

## CAPÍTULO I

### 1. A AGRICULTURA NORDESTINA NAS

### DÉCADAS DE 50, 60 E 70.

Escrever sobre o Nordeste é discorrer sobre um dos temas mais polêmicos em nosso meio, especialmente quando se pretende examinar o seu desempenho agrícola nas quatro últimas décadas. As interpretações são as mais diversas. Vão das que procuram ver apenas através dos números às que conseguem ver apenas com os olhos da paixão. Neste capítulo, serão expostas algumas vertentes de interpretação do processo de desenvolvimento da agricultura nordestina, nas últimas quatro décadas. Sem sombra de dúvidas o Nordeste é uma das regiões mais discutidas do país, contando com uma extraordinária e vasta bibliografia, que trata, na sua maioria, dos problemas decorrentes de suas condições geográficas, histórico-estruturais, conjunturais a projeções futuras, via planos de desenvolvimento. O interesse de escrever sobre o Nordeste advém, possivelmente, do fato de um país de tamanha extensão territorial, com tanta riqueza potencial (em solo e subsolo), ter dado origem a tão grandes disparidades econômicas entre suas regiões. Fatos como esses provocam incredulidade, dúvida, curiosidade, ressentimento ou simplesmente uma mera necessidade de compreensão.

Durante muitos anos (e ainda hoje), apesar da sua real divisão geopolítica, o Brasil foi dividido em duas grandes regiões: Norte (Norte e Nordeste) e Sul (Sul, Sudeste e Centro-Oeste), respectivamente sinônimo de: agricultura e indústria, atraso e modernidade, entrave e desenvolvimento. As discrepâncias entre estas macrorregiões se acentuam no início da segunda metade deste século, em decorrência da política econômica internacional, imposta aos países do terceiro mundo pelas hegemonias norte americana e européia, com a pretensão

de “incentivar” e “financiar” o desenvolvimento industrial nesses países, iniciando um período de intervenção estatal, planejamento e restrições às importações. Tudo com o objetivo de desenvolver a indústria local.

É também do início da segunda metade deste século que datam “... os primeiros modelos da economia política brasileira [que] surgiram na esteira do forte avanço da acumulação capitalista no Brasil, verificado principalmente no pós-guerra. Até então, as análises econômicas se haviam limitado a apreender aspectos parciais ou superficiais da trama de relações de produção que constituíam essa sociedade.”<sup>1</sup>

Foi a partir deste período que os estudiosos da economia brasileira constataram que o capitalismo local não acompanhava o mesmo processo de evolução (acumulação) do capitalismo dos países desenvolvidos ou de primeiro mundo. “(...) Cientes desses problemas, os primeiros artífices da economia política brasileira interpretavam o avanço do capitalismo no Brasil como um processo de substituição de importações.”<sup>2</sup> As bases para a formação do modelo de substituição de importações foram lançadas por Celso Furtado, no início dos anos 50, com a elaboração da teoria do subdesenvolvimento. Com esta teoria, Celso Furtado pretendia detectar e apontar as causas do subdesenvolvimento que acometia toda a América Latina.

Curiosamente, a primeira análise sobre a estrutura econômica do Nordeste foi feita por Celso Furtado no início dos anos 50, juntamente com uma comissão de pesquisa denominada de Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN). E foi exatamente a partir do GTDN que se pensou em desenvolver a indústria nordestina sob uma espécie de modelo interno de substituição de importações. A análise contida nesta dissertação, não responsabiliza, mas aponta as análises do GTDN como um dos elementos que

---

<sup>1</sup> Guido Mantega. *A economia política brasileira*, 4ª edição. Petrópolis, Vozes/Polis, 1987, p. 77.

<sup>2</sup> Ibid., p. 78.

conduziram a agricultura nordestina a uma crise crescente, marcando assim o início de um novo tempo para toda a região. A razão estaria no fato de o GTDN ter priorizado o desenvolvimento da indústria nordestina e ter concebido a agricultura do Nordeste como arcaica, atrasada e improdutiva, tendo relegado-a, conseqüentemente, a segundo plano. Quando se analisam os dados referentes às taxas de produção e crescimento da agricultura nordestina do período estudado pelo GTDN, percebe-se quanto estas eram progressivas e até superiores, em relação ao conjunto do país. Portanto, as análises do GTDN foram aqui consideradas superficiais e politicamente comprometidas.

Desde então, a indústria nordestina passou a ser implementada com subsídios creditícios, com incentivos fiscais e com a transferência de recursos públicos para o setor privado. Enquanto ao nível do Brasil, especificamente nas regiões Sul e Sudeste, a partir dos anos 50, desenvolveu-se uma indústria de bens de consumo duráveis (automobilística, eletrodoméstica e eletroeletrônica), no Nordeste desenvolveu-se uma indústria complementar e intermediária a esta (têxtil, eletrodoméstica, química, petroquímica, transformações de minerais não-metálicos). Deste modo, a indústria que se desenvolveu no Brasil foi associada e/ou dependente do capital estrangeiro, com toda a sua base montada via intervenção estatal. No Nordeste esse processo de dependência privada em relação ao setor público foi muito mais acentuado, a exemplo do 34/18 (programa de incentivos fiscais adotado pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE), posto em prática após 1964.

Os anos 50 foram tomados como limite ou parâmetro para início desta dissertação, por haver sido considerados como o ponto de partida para uma nova realidade no Brasil e, conseqüentemente, para o Nordeste. Foram as mudanças oriundas do panorama mundial, com o pós-guerra, que provocaram as profundas transformações econômicas, políticas e sociais ocorridas no Brasil, a partir da década de 50.

No Brasil, até os anos 50 (aproximadamente), a região Nordeste era a que mais exportava açúcar, algodão, sisal, cacau, mamona e, naturalmente, a que mais trazia divisas para o país. Como região de caráter eminentemente agrícola, com uma indústria incipiente, precisava importar produtos industrializados (“gêneros de primeira necessidade, implementos agrícolas e outros instrumentos de trabalho”), o que, de acordo com a política econômica de industrialização, que o país viria a adotar, não poderia ser feito ao nível do mercado externo. O Nordeste deveria (e poderia) apenas comercializar com a região Centro-Sul, a qual, como já foi mencionado anteriormente neste trabalho, abrange as regiões: Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

Quando, em meados dos anos 50, o Nordeste, por várias razões, não conseguiu manter o seu padrão de exportação, políticas de desenvolvimento passam a ser “confeccionadas” para a região, com o intuito de evitar que as disparidades regionais se agravem e o Nordeste possa ser conduzido ao pleno crescimento, como acontecia na região Centro-Sul. Naquele período, planejar e estudar o Nordeste era analisar a sua agricultura. Hoje, estudá-lo continua sendo, em grande medida, analisar sua agricultura, como diz Ricardo Carneiro num dos seus trabalhos: “(...) apesar do disfarce dos grandes centros urbanos, e da fachada de progresso dos novos e pequenos bairros de classe média, a importância do mundo rural, através de sua tradicional classe dominante, se faz sentir a todo instante.”<sup>3</sup>

Este capítulo serve de suporte referencial para a análise que se faz desta agricultura dos anos 80. Traz uma exposição breve, mas crítica a economia agrícola do Nordeste dos anos 50 aos anos 70. Para ser escrito, foram estudados alguns autores que trabalharam a do questão Nordeste, especificamente sobre o processo de desenvolvimento da agricultura dos últimos decênios. Serão expostas apenas algumas das inúmeras vertentes de interpretação desse processo. Os autores selecionados para compor o capítulo são aqueles que expressam mais proximamente, a concepção da autora sobre o Nordeste. Para tanto, dois autores foram

---

<sup>3</sup> Ricardo de Medeiros Carneiro. *Capitalismo e pequena produção na agricultura do Nordeste*. Dissertação de Mestrado. Campinas, 1978. p. i.

analisados para cada década. Para a década de 50, utilizou-se o relatório do **GTDN**, considerado a obra que iniciaria um novo período em se tratando dos estudos sobre o Nordeste. Apresenta o Nordeste como uma região eminentemente agrícola, atrasada e subdesenvolvida, com um setor industrial incipiente, que representava, portanto, o grande entrave ao desenvolvimento do Brasil, por uma série de razões que serão apresentadas rapidamente no decorrer deste capítulo. Contrapondo-se a esta concepção, apresentou-se o trabalho de **Francisco Sá Júnior**, que mostra o Nordeste como uma região progressivamente produtiva, tendo a agricultura de alimentos ou de subsistência um papel importantíssimo: o suporte para o crescimento nordestino, a base do seu processo de desenvolvimento autosustentado.

Para a década de 60, utilizou-se o trabalho de **Marcos Antônio de Melo**, que também concebe a agricultura de alimentos do Nordeste como a base para o desenvolvimento desta região. No entanto, o autor mostra que esta afirmação é válida para a década de 50 e que, a partir dos primeiros anos da década de 60, este modelo de desenvolvimento fracassa, dando origem a um novo modelo, denominado por ele de “agricultura autosustentada voltada para o mercado interno.” **Ricardo de Medeiros Carneiro**, trabalhado logo a seguir, vai mais além e mostra que, a partir dos anos 60, a agricultura de alimentos evolui assumindo um caráter especializado, dando origem ao que o autor chama de “agricultura de alimentos especializada e mercantilizada.”

Para a década de 70, tem-se o trabalho de **René Louis de Carvalho**, mostrando que, após o fracasso do modelo de desenvolvimento extensivo da agricultura de alimentos no Nordeste, no início dos anos 70, esse subsetor passa a ser alvo de investimentos produtivos de capital, que o autor também denomina de “produção especializada no Nordeste.” Tudo isso implicou a adoção de novas técnicas de produção, mecanização e uso de insumos, culminando com o crescimento da produção de novos produtos (hortifrutigranjeiros), resultando, portanto, no fracasso da produção tradicional. E do mesmo período, a análise de **Otamar de Carvalho**, mais estrutural, mostra que o Nordeste continua a ser uma região ambígua, que

apresenta uma agricultura atrasada, no entanto “permeada de traços de desenvolvimento.” A razão disto estaria não só nas suas condições naturais, mais principalmente na elevada concentração da estrutura agrária e nas linhas de financiamento e comercialização impostos para a região. Na sua concepção, a região permanece no atraso que lhe é inerente por não conseguir encontrar meios para desenvolver novas formas de acumulação de capital.

Portanto, o objetivo deste capítulo foi o de analisar, dentro da concepção de diversos autores, a evolução da agricultura nordestina nas décadas de 50, 60 e 70, especialmente da agricultura de alimentos ou de subsistência, por esta haver sido considerada ineficiente e meramente complementar. Procurou-se captar a dinâmica das modificações ocorridas na sua estrutura e as transformações no(s) modelo(s) de desenvolvimento adotado(s) para a região. E assim, sem se fazer relação entre causa e efeito, procurou-se buscar uma melhor compreensão do contexto em que se encontra a agricultura nordestina na década atual (capítulo 3), e indagar se este contexto confirma ou não as perspectivas previstas a partir da análise teórica.

Estudar a agricultura do Nordeste não é possível sem fazer uma retrospectiva, ainda que breve, do seu processo de desenvolvimento nos últimos quarenta anos, período esse onde a questão Nordeste assume um novo redimensionamento, sem se considerar que a agricultura hoje é o reflexo direto das medidas e planos de desenvolvimento adotados no período analisado neste capítulo. São anos marcados pela corrida à “moderna industrialização” (indústria de bens de consumo duráveis), que fizeram o Nordeste aparecer como um dos entraves ao desenvolvimento nacional, dando origem a uma grande preocupação: a “urgência” de elaborar modelo(s) de desenvolvimento que reorganizasse a produção agrícola nordestina (em última instância) e impulsionasse a indústria. O Nordeste precisava acompanhar as “profundas” transformações que ocorriam no âmbito nacional: a modernização e a capitalização do campo (“revolução verde”). Para que se possa remeter ao presente e ao futuro (futuro da unificação de mercados), precisa-se repensar, retroceder no tempo (recente) para detectar, segundo alguns estudiosos, os fatores que entravam o desenvolvimento da sua agricultura.

## 1.1. VERTENTES DE INTERPRETAÇÕES E MODELOS DE DESENVOLVIMENTO

### 1.1.1. A DÉCADA DE 50

Neste subitem, tratar-se-á da busca do entendimento das causas do declínio e da crise, enfrentados pela agricultura nordestina, a partir dos anos 50. Mostrar-se-á, sempre em duas concepções, a visão de alguns estudiosos sobre a produção agrícola nordestina. Essa exposição tem início com o GTDN, resultado do trabalho elaborado pelo grupo no início dos anos 50, “*Uma Política de Desenvolvimento para o Nordeste*”. Segundo Francisco de Oliveira, na apresentação de um livro do Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas (IPESPEC), este trabalho é um divisor d’águas, “ (...) é a certidão de nascimento de um tempo inovador, verdadeira caixa de pandora de um turbulento processo cujos tremores repercutem até hoje.”<sup>4</sup>

O GTDN constitui-se, segundo o governo, a partir da necessidade de avaliação da região Nordeste. O trabalho do grupo resultou numa análise documental da “real” problemática da região, do período de 1948 a 1956. E foi da conclusão deste trabalho que se originou a SUDENE nos anos 60. A análise do GTDN é considerada por muitos como um dos primeiros programas destinados a combater os efeitos da seca nesta região, “ (...) que serviu de base para a montagem da estratégia de desenvolvimento regional e se constitui no marco da discussão sobre a questão regional brasileira e a questão nordestina em particular.”<sup>5</sup>

---

<sup>4</sup> Abraham B. Sicsu et all. *O GTDN: da proposta à realidade - ensaios sobre a questão regional*. Recife, Universitária, 1994, p.10.

<sup>5</sup> *Ibid.*, p.12.

O referido trabalho é definido pelo grupo como um “ (...) documento [que] compreende uma análise sucinta do problema que representa o Nordeste, no quadro do desenvolvimento econômico nacional, e um conjunto de recomendações concretas que, levadas à prática, poderão modificar os dados desse problema e encaminhar uma solução definitiva do mesmo.”<sup>6</sup>

As diretrizes usadas pelo grupo para realizá-lo partiu de “recomendações” preestabelecidas, que no texto é apresentada em onze pontos, para os quais os pesquisadores deveriam sempre atentar. Eram eles:

1. A disparidade de níveis de renda existente entre as regiões Nordeste e Centro-Sul;
2. A inferioridade do ritmo de crescimento da economia nordestina, em relação ao Centro-Sul, nos últimos decênios;
3. A ausência de uma política própria de desenvolvimento, ou seja, as políticas de desenvolvimento eram inadequadas à região, fazendo com que as disparidades regionais se agravassem;
4. As relações econômicas entre o Nordeste e o Centro-Sul eram caracterizadas por um duplo fluxo de renda, operando o setor privado como instrumento de transferência de capitais contra o Nordeste e o setor público (governo federal) em sentido inverso;
5. O desenvolvimento da economia nordestina recebia seu impulso básico do setor agroexportador;
6. O elemento dinâmico fundamental da economia nordestina era o *QUANTUM* de suas exportações e o apoio do setor público;
7. A arrecadação tributária da região tendia à regressividade, em decorrência do baixo nível de renda;
8. A possível superação do atraso relativo, mediante uma política de industrialização;

---

<sup>6</sup>BRASIL. *GTDN: uma política para o desenvolvimento do Nordeste*. p. 155. O livro acima citado foi reeditado como anexo no livro: *O GTDN: da proposta à realidade - ensaios sobre a questão regional*. ( ver nota de rodapé n.4 ) p. 155.

9. A economia da zona semi-árida do Nordeste definia-se por um complexo de pecuária extensiva e agricultura de baixo rendimento, sendo mais importante a atividade agrícola, do ponto de vista da população trabalhadora;
10. O combate aos efeitos da seca consistia em medidas (ineficazes) de curto prazo (criação de empregos temporários) e de longo prazo (construção de açudes e de rodagens);
11. A elaboração de um plano de ação deveria ser estruturada, tendo como prioridade a criação de um centro industrial autônomo, a transformação da agricultura da faixa úmida, a transformação da economia das zonas semi-áridas e o deslocamento da fronteira agrícola do Nordeste para o Maranhão.<sup>7</sup>

Este documento só veio a público em 1959. Na sua análise “teórica” sobre os “reais” problemas do Nordeste, mostra que a região, a partir de uma avaliação estatística, não conseguia caminhar rumo ao seu próprio desenvolvimento econômico ou, de modo mais elementar, propiciar a base de um futuro desenvolvimento. E as razões que impediam esse processo eram: a indústria incipiente e atrasada, a agricultura de exportação falida e a agricultura de subsistência (improdutiva, arcaica e desestruturada). No caso da indústria, as razões do atraso estavam relacionadas com uma inadequada política de industrialização adotada pela região na década de 40 e na agricultura que possuía “(...) escassez relativa de terras aráveis, inadequada precipitação pluviométrica, extrema concentração de renda na economia açucareira, e predominância do setor de subsistência na pecuária do *HINTERLAND* semi-árido (...)”<sup>8</sup>

Apesar de o GTDN tratar de forma intrinsecamente relacionada com a indústria e com a agricultura (no que diz respeito ao fornecimento de mão-de-obra pouco especializada, subsídios, inversões e transferências de capitais e matéria-prima), enfocou-se apenas a parte do trabalho que diz respeito à agricultura, especificamente à agricultura de subsistência,

---

<sup>7</sup> Id. Ibid., pp. 156 e 160.

<sup>8</sup> Id. Ibid., p. 156.

considerada pelo mesmo como a principal causa do atraso nordestino. Na análise, ela é vista sempre como improdutiva e atrasada devido a uma série de fatores, dentre os quais “(...) a disponibilidade de recursos naturais, tais como água e terra arável.”<sup>9</sup>

Uma outra interpretação deste mesmo período histórico é dada por **Francisco Sá Júnior**, no seu trabalho intitulado **O Desenvolvimento da Agricultura Nordestina e a Função das Atividades de Subsistência**, escrito entre o ano de 1965 e o ano de 1967, durante o tempo em que o autor foi estagiário da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste). (A pesquisa trata do período de 1946 à 1964 e comporta uma análise diferenciada da economia do Nordeste. No decorrer de sua análise, o autor contrapõe-se totalmente às idéias contidas e defendidas no relatório do GTDN. Para ele, a agricultura de alimentos, no período tratado, foi um dos motores do desenvolvimento da região Nordeste. Com o objetivo de rebater as idéias veiculadas pelo GTDN, Francisco Sá procura mostrar, através de dados estatísticos, que a agricultura nordestina (na sua concepção também existindo em duas modalidades, ambas produtivas, que seriam: “culturas dominantes X culturas subsidiárias”, respectivamente, a produção de matéria-prima para indústria e a produção de alimentos para consumo) no período analisado não se constituía um entrave ao desenvolvimento da região, como fazia parecer o GTDN. Na verdade, a agricultura crescera em taxas elevadíssimas, inclusive maior que nas demais regiões do país.

Na perspectiva apresentada por Francisco Sá, a agricultura de alimentos assume um papel de destaque, é considerada a base do processo de desenvolvimento nordestino, um desenvolvimento voltado para dentro, autosustentado. Especificamente, a agricultura de alimentos, juntamente com o setor terciário (serviços e comércio), foram a base e a mola propulsora do desenvolvimento industrial nordestino. Enceta suas análises a partir de uma breve exposição sobre as concepções dualistas, muito em voga nesse período, que tentavam explicar a economia brasileira sempre contrapondo-a sobre dois parâmetros: o desenvolvimento e o atraso. Nessa concepção, o Nordeste apresentava-se como a região que

---

<sup>9</sup>Id. Ibid., p. 170.

obstaculizava a expansão do capitalismo brasileiro, por ser a que mantinha vivas as relações arcaicas (que, segundo o autor, são a base de reprodução do sistema capitalista no Brasil) e uma estrutura econômica atrasada e obsoleta. Em contraposição à região Centro-Sul, tecnificada, industrializada e em pleno desenvolvimento, constituía-se num grande incentivo ao progresso do país.

A preocupação central do autor consistia em descobrir o porquê do Nordeste, com todas as características de atraso que lhes eram inerentes, conseguir apresentar sua produção agrícola com taxas de crescimento admiráveis, igualando-se (e muitas vezes superando) os índices de crescimento das demais regiões do país. Para tanto, inicia as suas análises partindo da constatação de que “(...) a região comporta duas agriculturas marcadamente distintas, uma comercial e outra de subsistência, e que reagem de modo diverso, muitas vezes simétrico, à ação de estímulos externos e/ou internos.”<sup>10</sup> Espantando o fato de que apesar de todas as mudanças que ocorriam no âmbito (inter)nacional, o setor agrícola, especificamente o agroexportador, não dava qualquer sinal de esgotamento ou de superação, fazendo com que a agricultura agrária nordestina permanecesse intocada, mas, naturalmente, atendendo as necessidades do sistema no seu processo de evolução urbana e industrial, como cita o próprio autor numa passagem do texto: “(...) é surpreendente que as características arcaicas da agricultura regional permanecem não por inércia ou resistência a mudança do tipo clássico, mas tendem a aprofundar-se e acentuar a sua simetria, à medida que avançam os processos de urbanização e industrialização do país. E ainda mais desconcertante é a compatibilidade entre essa estrutura aparentemente obsoleta e o crescimento acentuado dos níveis de produção.”<sup>11</sup>

Para o autor, esse dualismo na economia regional ultrapassava as fronteiras internas e atingia a economia nacional como um todo, originando “(...) a formação de uma dualidade na economia brasileira. Seria um dualismo econômico com tendência a acentuar-se

---

<sup>10</sup> Francisco Sá Júnior. “Desenvolvimento da agricultura nordestina e a função das atividades de subsistência”. IN.: *Revista Estudos CEBRAP*. Rio de Janeiro, 1973, p. 90.

<sup>11</sup> Id. *Ibid.*, p. 90.

progressivamente,”<sup>12</sup> que segundo o autor, devia-se a forma como o capitalismo se desenvolvia entre nós, como também devido às características geográficas do país. No entanto, apesar dessa contradição, a economia agrícola nordestina é extremamente produtiva.

Na análise feita sobre a estrutura econômica da região, nos dois trabalhos, tem-se o seguinte: No relatório do GTDN, “o complexo econômico nordestino pode ser dividido, para fins de análise econômica, em duas grandes sub-regiões: a faixa úmida do litoral oriental e o interior semi-árido. Essa divisão corresponde, grosso modo, aos dois sistemas econômicos que aí se constituíram desde os primórdios da colonização: um com base na produção de açúcar; o outro, apoiado na pecuária.”<sup>13</sup>

No Nordeste “a faixa úmida litorânea - densamente povoada - localiza-se entre os contrafortes da Borborema e o Oceano Atlântico, estendendo-se da Bahia ao Rio Grande do Norte (...). Considerada em suas linhas básicas, a faixa úmida se caracteriza por um elevado grau de especialização agrícola (...).”<sup>14</sup>

Toda a agricultura desta sub-região desenvolveu-se determinada por condicionantes externos, vinculados não só ao mercado internacional, mas também às imposições da região Centro-Sul, ou especificamente, das necessidades de caráter nacional. Pode-se então afirmar que a economia da faixa úmida cresceu na dependência e na “indução de fatores externos.” O documento mostra que ela nunca sofreu um grande colapso, quando não estava atendendo ao mercado externo, estava atendendo à demanda da região Centro-Sul. E foi, conseqüentemente, o que “(...) travou o desenvolvimento do mercado interno no Nordeste (...),”<sup>15</sup> devido à grande concentração de renda oriunda da economia açucareira.

---

<sup>12</sup> Id. Ibid., p. 91.

<sup>13</sup> BRASIL. *GTDN: uma política para o desenvolvimento do Nordeste*. cit, p. 195.

<sup>14</sup> Id. Ibid., p. 195.

<sup>15</sup> Id. Ibid., p. 196.

Na concepção de Francisco Sá Jr., o dualismo na agricultura nordestina é resultado da formação histórica da produção que continua presente até os nossos dias. Qualquer alteração que possa ter acontecido neste quadro, denota-se que não foi significativa, já que não provocou profundas mudanças estruturais. Deste modo, partiu-se dessa conjectura para se situar a agricultura de subsistência ou de alimentos e mostrar a importância que a mesma assumiu neste período. Segundo as afirmações deste autor, "(...) a formação histórica da economia regional selecionou para as atividades de exportação as melhores terras e favoreceu um processo de concentração de renda e da propriedade que resultou na atrofia do mercado interno e, conseqüentemente, na marginalização das atividades de subsistência. Estas, ou funcionaram como atividades subsidiárias dentro das próprias unidades produtivas voltadas para exportação ou, quando se desvincularam do latifúndio, lhes sobraram as terras de menor fertilidade e mais difícil acesso, nas quais se estabeleceram em unidades produtivas de tamanho familiar."<sup>16</sup>

A cultura dominante sempre foi a de matéria-prima destinada à indústria, praticada em grandes e médios estabelecimentos; ao passo que a agricultura de alimentos (que nunca assumiu caráter empresarial) é destinada apenas à subsistência, e posteriormente, ao suprimento de parte do mercado interno, apenas com o excedente produzido. Essa produção advinha, na sua grande maioria, de estabelecimentos com menos de 10 hectares .

No relatório do GTDN afirmar-se, em relação à dualidade regional, que a razão da discrepância de ritmos de crescimento entre o Nordeste e o Centro-Sul pode, perfeitamente, encontrar uma de suas causas em fatores como a falta de desenvolvimento do mercado interno, associados aos aspectos anteriormente mencionados. Para que uma região se desenvolva, é preciso melhorar o nível de renda de sua população, o que naturalmente impulsiona diversos setores. Este foi o caso da economia cafeeira. Os salários pagos nessa

---

<sup>16</sup> Francisco Sá Jr. Op. cit. p. 107.

economia eram muito mais elevados que os salários pagos na economia açucareira de modo que, “(...) isso determinou a mais rápida formação de um mercado de manufaturados de consumo geral no Sul do país, mercado esse que serviu de ponto de partida para o processo de industrialização.”<sup>17</sup>

Dentro dos parâmetros do GTDN, a saída, portanto, era repensar a região semi-árida, reorganizá-la ao nível da produção (tudo deveria ser feito conforme de planos de desenvolvimento). “(...) Sendo uma região escassa de boas terras aráveis, e de elevada densidade demográfica, o Nordeste era uma região que dificilmente poderia alcançar um nível de renda alto apoiado na exportação de produtos agrícolas.”<sup>18</sup> As terras de boa qualidade que existiam estavam destinadas às culturas para exportação, que não favoreciam a criação do mercado interno. Portanto a pergunta que se fazia, em termos de viabilidade para a região, era esta: Capitalizar a agricultura ou fomentar o processo de industrialização? No caso, o GTDN tenta esclarecer, todo o tempo, que desenvolver a indústria é muito mais viável, porquanto o progresso estava na industrialização. No entanto, um grave problema se apresentava: grande parte da população nordestina, aproximadamente 70%, se encontrava na zona rural e vivia da produção de alimentos para autoconsumo, sendo a grande maioria localizada na região semi-árida, onde a agricultura desenvolvida era de qualidade inferior e continuava a ser impulsionada apenas pelo crescimento populacional.

No GTDN consta o seguinte sobre a região semi-árida do Nordeste: “(...) é formada por vastos territórios, que se estendem da Bahia ao Piauí, e onde vem se desenvolvendo, secularmente, uma pecuária extensiva. Condições particulares de solo e água condicionam uma vegetação própria, que tem servido de base para a sua classificação em zonas: Caatinga, Seridó, Carrasco, Agreste e Sertão. Os solos são rasos e secos, com vegetação do tipo xerófila. Ao contrário da faixa úmida, a região Semi-Árida dedicou-se desde o início, a uma economia principalmente de subsistência (...), [que] foi se expandindo à medida que

---

<sup>17</sup>BRASIL. *GTDN: uma política de desenvolvimento para o Nordeste*. cit, p.196.

<sup>18</sup>Id. *Ibid.*, p. 197.

aumentava a população - e penetrando mesmo nas regiões mais pobres, no que respeita a terra e águas(...).”<sup>19</sup> A economia da sub-região semi-árida é constituída por uma junção da pecuária, extensiva, mais a agricultura de alimentos, de baixo rendimento. Inclui-se aí a cultura do algodão mocó.

De modo esquemático, “(...) pode-se apresentar a unidade de produção das zonas semi-áridas com uma estrutura formada de três camadas superpostas: a primeira, constituída pela agricultura de subsistência; a segunda, pela cultura do algodão mocó ou alguma outra xerófila; e a terceira, pela pecuária extensiva. (...) Resulta que metade da renda corresponde aos moradores e metade ao fazendeiro (...). [Tem-se,] então que o núcleo central da economia das zonas semi-áridas é a lavoura de subsistência, pois a renda real de grande parte da população encontra aí sua fonte primária, e as outras atividades, na forma como estão organizadas, pressupõem a existência dessa mão-de-obra barata. O homem do campo trabalha em primeiro lugar para alimentar-se (...).”<sup>20</sup>

Em linhas gerais, “(...) a economia da região semi-árida caracteriza-se, conforme vimos, por uma baixa produtividade e reduzido grau de integração nos mercados. Essa economia, extremamente débil, está, além disso, sujeita a crises periódicas de produção.”<sup>21</sup> Essas crises que são provocadas pelas secas atingem duramente a agricultura. Das três camadas da economia da zona semi-árida, a que mais sofre os efeitos da seca é a agricultura de subsistência., tanto que “(...) uma modificação na distribuição das chuvas ou uma redução no volume destas (...) bastam para desorganizar toda a atividade econômica.”<sup>22</sup>

No Nordeste, do ponto de vista da unidade produtora típica das zonas semi-áridas, a seca se traduz numa contração que, geralmente, alcança grandes proporções. Demais, os

---

<sup>19</sup> Id. Ibid., p. 208.

<sup>20</sup> Id. ibid., p. 209.

<sup>21</sup> Id. ibid., p. 210.

<sup>22</sup> Id. Ibid., p. 210.

prejuízos são relativamente maiores para quem tem menos resistência econômica, isto é, a classe trabalhadora.

O documento mostra que, mesmo constatada toda essa situação de crise na economia agrária nordestina, o governo, na elaboração da sua política nacional de desenvolvimento, nunca adotou medidas que favorecessem a região Nordeste; ao contrário, os efeitos sempre foram negativos. Em se tratando do Nordeste, a política do Governo Federal sempre foi assistencialista, sem nenhum efeito na estrutura econômica e na capacidade de produção do sistema. A ação governamental se divide entre as medidas a curto prazo (empregos temporários em frentes de obras públicas - "as emergências") e a longo prazo (construção de açudes e rodagens). No entanto, nenhuma dessas medidas (sempre de caráter emergencial e provisório) contribuíram para modificar o problema.

O trabalho do GTDN constituiu-se numa análise cuidadosa da região Nordeste, especificamente de sua agricultura, com o intuito de apresentar propostas e diretrizes que deveriam ser atenciosamente observadas quando se deu a elaboração de qualquer plano futuro de desenvolvimento para a região.

As considerações ou as conclusões a que chegaram no documento dizem respeito a toda a estrutura econômica da região. De modo geral, o texto faz várias recomendações como: "(...) a formulação de uma política de conjunto contra os efeitos das secas (...), considerar por que uma crise de produção, que para o conjunto da região não chega a ser de grande magnitude, assume aspectos sociais tão graves. Por último, convém definir se o que se tem em vista é reduzir os efeitos sociais da crise de produção ou reorganizar a economia da região de forma a torná-la mais resistente aos impactos dessa crise."<sup>23</sup> Por outro lado, também se faz necessário integrar o mercado a agricultura de alimentos, visto que grande parte do que é produzido não é comercializado. Todavia, a proposta apresentada pelo

---

<sup>23</sup> Id. Ibid., p. 217.

documento, diz que viável para a região é adaptar a sua economia às condições geográficas (meio físico), partindo-se dos recursos tecnológicos acessíveis. É extremamente inviável pensar em aumentar a resistência econômica da região com base na açudagem e na irrigação, pois os benefícios dessas obras estarão circunscritos a uma fração de terras do semi-árido muito pequena, sem se falar do seu elevadíssimo custo real para a região. É no final do GTDN, no capítulo “Plano de ação”, que se percebe claramente a falta de estudos realmente criteriosos, no que diz respeito às perspectivas futuras da produção agropecuária nordestina.

Contrariando as perspectivas do GTDN, Francisco Sá Jr., para apontar as razões do crescimento da agricultura nordestina no mesmo período analisado no relatório, parte da apresentação de dados estatísticos mostrando o crescimento da produção agrícola nordestina, para ir, ao longo do seu trabalho, apresentando as possíveis causas desse elevado crescimento. Nas tabelas 1 e 2, ele mostra dados que comprovam as elevadas taxas de crescimento da agricultura nordestina, superior ao resto da produção agrícola brasileira em seu conjunto.<sup>24</sup>

---

<sup>24</sup> Francisco Sá Júnior. Op. cit, p. 94.

**TABELA 1**  
**NORDESTE E BRASIL**

**TAXAS DE CRESCIMENTO ANUAL DO PRODUTO REAL DE 1957 A 1964**

	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964
<b>NORDESTE</b>	3,1	-6,3	9,1	8,2	7,4	6,0	6,7	3,5
<b>BRASIL</b>	6,9	6,6	7,3	6,7	7,3	5,4	1,6	3,1

**FONTE:** Francisco Sá Júnior. "O desenvolvimento da agricultura nordestina e a função das atividades de subsistência." In: **Estudos CEBRAP**. nº 1. São Paulo, Brasiliense, 1977. p. 94

**TABELA 2**  
**NORDESTE**

**TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DA PRODUÇÃO REAL AGROPECUÁRIA, DE 1949 A 1964**

<b>ANOS</b>	1949	1950	1951	1952	1953	1954	1955	1956
<b>TAXAS</b>	2,2	5,1	-18,0	8,9	2,3	16,3	4,1	5,5
<b>ANOS</b>	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964
<b>TAXAS</b>	8,8	-13,9	18,8	10,2	5,4	6,7	4,7	4,2

**FONTE:** Francisco Sá Júnior. "O desenvolvimento da agricultura nordestina e a função das atividades de subsistência." In: **Estudos CEBRAP**. nº 1. São Paulo, Brasiliense, 1977. p. 94.

Na sua análise, a resposta para o porquê de a agricultura de subsistência apresentar-se tão “progressiva” está na estrutura das relações de produção. O Nordeste, neste período, não apresentou aumento nos índices técnicos de investimentos nem mesmo de modernização de equipamentos e insumos; portanto não há outra razão para este crescimento que não o resultado da forma que assume as relações de produção, a real organização da mão-de-obra. Aliada a este fato encontra-se “(...) a expansão do processo de urbanização e a contínua abertura de novas estradas (...)”<sup>25</sup> que também proporcionaram crescimento na produção de alimentos. O autor mostra que, no referido período, o mercado de alimentos cresceu mais que o de matéria-prima para a indústria. Um dos fatores do crescimento da produtividade da agricultura de subsistência, apontado por ele, encontra-se na “rearrumação” da estrutura agrária, com a mudança que ocorre com a pequena e com a média propriedades nesse período: as pequenas se subdividem cada vez mais e as médias diminuem de tamanho (estes dados são apresentados na tabela 3). É em esses pequenos estabelecimentos que se concentra a excedente mão-de-obra nordestina. De acordo com os dados apresentados por Francisco de Sá, entre as décadas de 1950 e 1960, o aumento da população agrícola ativa foi mais intensa nos pequenos estabelecimentos: nos de menos de 10 há, o aumento foi mais de 100%; nos de menos de 5 ha o aumento foi na ordem de 120%; ao passo que, nos estabelecimentos de mais de 1000 há, o emprego caiu 21% no mesmo período.<sup>26</sup>

---

<sup>25</sup> Id. *ibid.*, p. 100.

<sup>26</sup> Id. *ibid.*, p. 108.

**TABELA 3**  
**NORDESTE: EVOLUÇÃO DO ACRÉSCIMO E VARIAÇÃO PERCENTUAL DE ÁREA POR DÉCADA 1940 - 1975**

ESTABELE CIMENTOS	ÁREA (HA)		DIFE RENÇA	VARI AÇÃO	ÁREA (HA)		DIFE RENÇA	VARI AÇÃO
	1940	1950	(b-a)	(%)	1950	1960	(c-b)	(%)
	(a)	(b)			(b)	(c)		
< 10 haA	1.441.491	1.693.928	202.437	14,0	1.693.928	2.735.420	1.091.492	66,2
10 a 100 ha	9.442.261	10.031.215	588.554	6,2	10.031.215	13.752.199	3.720.984	37,1
> 100 ha	32.003.586	46.666.316	14.662.730	46,8	46.666.316	47.083.533	417.217	0,9
Nordeste	42.887.698	58.341.459	15.453.767	36,0	58.341.459	63.571.152	5.929.693	8,9

  

ESTABELE CIMENTOS	ÁREA (HA)		DIFE RENÇA	VARI AÇÃO	ÁREA (HA)		DIFE RENÇA	VARI AÇÃO
	1960	1970	(d-c)	(%)	1970	1975	(e-d)	(%)
	(c)	(d)			(d)	(e)		
< 10 ha	2.735.420	4.069.486	1.334.066	48,8	4.069.486	4.311.476	241.990	5,9
10 a 100 ha	13.752.199	17.880.590	4.128.391	30,0	17.880.590	18.185.588	304.998	1,7
>100 ha	47.083.533	52.348.637	5.265.104	11,2	52.348.637	56.193.425	3.844.788	7,3
Nordeste	63.571.152	74.298.713	10.727.561	16,9	74.298.713	78.690.489	4.391.776	5,9

**FONTE:** Marcos Antônio de Melo. "Considerações sobre a tendência ao esgotamento do modelo de crescimento da agricultura nordestina baseado nas atividades de subsistência. In: *Revista Econômica do Nordeste*. v.13, nº 3. Fortaleza, jul/set. 1982. pp. 413 e 423.

De acordo com o autor em apreço, "(...) é possível que a explicação deva ser buscada no fato em outro fenômeno, a saber, a incapacidade que a economia de mercado voltada para o lucro tem revelado, sobretudo nos últimos dez anos, no sentido de absorver a maior parte da mão-de-obra que atinge a idade de trabalhar. Essa mão-de-obra excedente, para sobreviver é forçada a dedicar-se a atividades de subsistência ou a serviços de baixo rendimento. (...) Enquanto a agricultura familiar dos minifúndios puder multiplicar-se e expandir a sua área de lavoura, ela prosseguirá absorvendo a mão-de-obra sem possibilidades

de empregar-se nas atividades mais propriamente capitalistas da economia, e a produção de alimentos se manterá, conseqüentemente, em expansão, quaisquer que forem as condições de mercado desses produtos.”<sup>27</sup>

Pode-se dizer, que na concepção do autor, “ (...) o recesso dos níveis de emprego nas atividades capitalistas da economia”<sup>28</sup> contribui imensamente para a expansão das atividades de subsistência no Nordeste. Tendo alguns fatores que funcionaram como “catalisadores” desse processo, que foram o ritmo intenso de abertura de novas estradas e uma política fiscal mais segura para a região.

A formação da estrutura agrária nordestina, ao longo dos anos, foi sendo atingida pelas crises do mercado mundial de produtos primários, provocando alterações no funcionamento, mas não na forma dos grandes estabelecimentos que viviam em função da produção agroexportadora. “(...) A análise empírica tem revelado não é propriamente o fim das possibilidades de regressão, mas sim uma mudança na maneira como elas ocorrem. Em vez de serem as próprias unidades produtivas mais diretamente vinculados ao comércio exterior, notadamente os grandes estabelecimentos, que se fecham sobre si mesmos, diminuindo a atividade de mercado e elevando a de subsistência, eles simplesmente reduzem o seu ritmo de atividade global, empregando menos trabalho. Diante disso, fica transferido aos estabelecimentos voltados para o consumo da própria região a função de absorver a mão-de-obra excedente. Se tal absorção se traduz por uma integração dessa mão-de-obra ao mercado interno, ou um retorno a uma economia de subsistência, é um problema que depende da dimensão do mercado interno e dos incentivos para a integração nesse mercado (...).”<sup>29</sup>

---

<sup>27</sup> Id. Ibid., pp. 101 e 102.

<sup>28</sup> Id. Ibid., p. 103.

<sup>29</sup> Id. Ibid., p. 107.

No entanto, apesar de ser a agricultura de subsistência a grande “estrela” da região, nesse período ela apresentava graves deficiências que advinham da falta de “(...) assistência técnica, por um lado, e sobretudo, a inexistência de conhecimentos científicos da potencialidade dos solos, por outro, são os fatores que se juntam aos de ordem estrutural e institucional, como responsáveis pela insuficiente flexibilidade das culturas ao comportamento do mercado.”<sup>30</sup> Daí conclui-se que, segundo o autor, o problema do Nordeste não é o de produtividade, mas o de falta de tecnologia e mudanças (reformas) estruturais. Dentro da sua análise, ele propõe para a região, a título de mudança, a implantação de uma política de desenvolvimento regional, via incentivos fiscais, que promovesse uma diversificação geográfica dos incentivos do governo, proporcionando para o Nordeste redistribuição de investimentos, redistribuição de renda e alargamento do mercado interno, o que poderia ser feito, por exemplo, mediante uma reforma agrária.

O GTDN pode ser considerado um novo marco teórico que divide e define um novo tempo para o Nordeste, orientando, desde então, as análises e as pesquisas que passaram a ser feitas sobre a região a partir dos anos 50. No entanto, as análises contidas no GTDN atendiam as prerrogativas de um novo modelo de desenvolvimento político econômico adotado pelo país. Modelo este, que pregava a necessidade da implantação de um parque industrial que promovesse o desenvolvimento do país, mesmo que esta indústria local se desenvolvesse em setores específicos e não concorresse com a indústria estrangeira. Foi, portanto, no início dos anos 50 que o Brasil tornou-se o “berço” do desenvolvimento de uma indústria financiada pelo capital internacional. Em decorrência dessas imposições, as análises feitas pelo GTDN defendiam e incentivavam a implementação de uma indústria nordestina, não necessariamente local, mas que na verdade fosse complementar à indústria que se desenvolvia na região Centro -Sul.

O GTDN veio a “desacreditar” uma região que tinha como base econômica a produção agropecuária, visto que estas análises mostravam o atraso, a desestruturação, a improdutividade e a inviabilidade da agricultura nordestina. Por ser “dual”, a agricultura

---

<sup>30</sup> Id. Ibid., p. 130.

destinada à exportação não favorecia a criação de um mercado interno-regional, nem tampouco a agricultura de subsistência era próspera o suficiente para impulsioná-lo. Em contrapartida, o GTDN pregava a viabilidade do desenvolvimento de um parque industrial na região que só viria a trazer benefícios via criação e incremento do mercado interno-regional. Esta era a única saída “real” para a região. Portanto, foi a partir do GTDN que a agricultura nordestina começou a perder, gradativamente o seu espaço e a sua importância econômica, não precisamente por conta do GTDN, mas pelo que ele representava: o início de um novo tempo para o Brasil, onde imperavam as teses cepalinas, que rebatiam duramente a agricultura e a responsabilizava pelo atraso brasileiro.

A nova divisão internacional do produção, que fora (re)definida no pós-guerra, passa também a ser prioritária para o Brasil, intra-regionalmente. A função do GTDN era a de mostrar a viabilidade da indústria para a região. Estudos mais recentes, como o de Francisco de Sá Júnior, mostram que, no período analisado pelo GTDN, a agricultura tinha para a região Nordeste uma importância fundamental: era a fonte geradora de renda, empregos e divisas, não só para a região mas também para todo o Brasil, especialmente. E muitos outros pesquisadores mostram que, em grande medida, a indústria nordestina desenvolveu-se mediante recursos oriundos do setor agrícola.

A análise do autor citado acima considerada neste trabalho, ao contrário do GTDN, como fiel e politicamente descomprometida, mostrando assim a real importância da agricultura nordestina. Nos seus estudos fica evidente que, apesar da estrutura agrícola arcaica e obsoleta, o Nordeste continuava a crescer sob um modelo de desenvolvimento denominado por ele de auto-sustentado. E fora exatamente o setor agrícola que financiara este modelo. No citado período, a agricultura nordestina apresentou taxas de crescimento positivas, mesmo que não tenha apresentado aumento nos índices técnicos de investimento e de modernização de equipamentos nem no uso de fertilizantes e defensivos, as suas taxas de crescimento eram maiores que as de todo o Brasil.

A década de 50 pode ser considerada o ponto de partida para qualquer estudo que se pretenda realizar sobre o comportamento recente da agricultura nordestina, pois foram esses

anos que marcaram o começo de todo o processo de transformação que atingiria a agricultura desta região, conduzindo-a de um quadro de crescimento para uma tendência para crise crescente, que a acompanha até os dias atuais. O processo de industrialização brasileiro, e especificamente o regional, com todas as mudanças que lhe são inerentes pode, ser considerado o grande responsável pela mudança da agricultura nordestina, a qual se deu partir da segunda metade deste século.

### 1.1.2. A DÉCADA DE 60

No período dos anos 60 um outro panorama descortinava-se para a agricultura nordestina de subsistência: a inclinação para o depauperamento do modelo extensivo. Das várias vertentes de explicação deste período, como no item anterior, trabalhou-se apenas com as idéias de dois pensadores. O primeiro oriundo do pensamento de **Marcos Antônio de Melo**, no seu trabalho “**Considerações Sobre a Tendência ao Esgotamento do Modelo de Crescimento da Agricultura Baseado nas Atividades de Subsistência**”, publicado no início dos anos 80. Nesse trabalho o autor expõe dados sobre a agricultura nordestina que vão do ano de 1950 ao ano de 1975. Neste capítulo foram utilizados apenas os dados referentes aos anos 60, já que a análise feita pelo autor para os anos 50 é a mesma apresentada por Francisco de Sá. Segundo ele, seu “(...) trabalho tem como principal objetivo o exame da tendência ao esgotamento do modelo de crescimento da agricultura nordestina, baseado nas atividades de subsistência. Procura a partir de uma base teórica, calcada no recente desenvolvimento das relações de produção capitalista no Nordeste, explicar a perspectiva da perda de dinamismo do processo de crescimento agrícola extensivo na região, cujo suporte tem sido a pequena unidade familiar de produção.”<sup>31</sup>

O segundo é **Ricardo de Medeiros Carneiro**, serão expostas suas idéias a partir do seu trabalho **Capitalismo e pequena produção na agricultura do Nordeste**, escrito em

---

<sup>31</sup> Marcos Antônio de Melo. Op. cit, p. 399.

1978. É importante salientar que, dentre as diversas análises da agricultura, que tratam da problemática da agricultura a partir dos anos 50, pode-se considerar a abordagem de Ricardo Carneiro como uma das mais completas. Este autor faz uma análise do período de 1950 a 1975, enfocando-o tanto de forma teórica como de forma estatística, discutindo a estrutura e a conjuntura de cada período, no que diz respeito à agricultura, com o "(...) objetivo de compreender melhor a situação em que se encontrava o Nordeste."<sup>32</sup>

Marcos Antônio de Melo trabalha com a idéia de que o esgotamento ocorrido na agricultura nordestina, nos anos 60, é decorrente do alto índice de crescimento populacional rural e urbano, associado à diminuição das pequenas propriedades familiares. Para tanto, este autor faz uma recapitulação da formação histórica da estrutura agrária nordestina. Parte da análise de vários teóricos que trabalharam essa questão, para também conceber a agricultura nordestina como dualista, cooptando com a tese de que a retração na agricultura de exportação foi a grande responsável pelo surgimento de uma agricultura auto-sustentada, destinada ao mercado interno, já que nas suas sucessivas crises deslocaram grande parte da mão-de-obra nordestina para as atividades secundárias. Na sua pesquisa, trabalha com a hipótese de que a queda da agricultura nordestina de subsistência não está relacionada com a falta de "modernização" no campo. Esta afirmação precisava ser urgentemente reformulada e contestada. É importante perceber que modernizar não é apenas utilizar-se de máquinas e equipamentos de alto nível tecnológico (técnicas modernas de plantio e colheita), mas também passar da enxada para o arado, mesmo que seja o de tração animal. É utilizar defensivos e fertilizantes, enquanto hoje o "supra-sumo" da modernização é praticar a agricultura orgânica. A concepção defendida naquele período era a de que a agricultura moderna era apenas a "industrializada", e esta concepção influenciou demasiadamente a grande maioria dos teóricos que estudavam a agricultura regional, que tinham como preceitos as teses da modernização agrícola dominante.

Para este autor, o fator que na verdade se encontrava na raiz do problema (no caso do Nordeste e até de todo o Brasil) era a disposição da estrutura agrária e a forma como se

---

<sup>32</sup> Ricardo de Medeiros Carneiro. Op. cit, p. i.

davam as relações de trabalho. O Nordeste havia adotado um modelo de desenvolvimento agrícola baseado no crescimento extensivo, iniciado no fim dos anos 50 e que veria duas décadas depois ser acometido de um grave processo de esgotamento, pelo simples fato de que a terra tornou-se um elemento escasso. A falta de acesso à terra transformou o espaço rural e conseqüentemente, o espaço urbano. Desde o início da segunda metade deste século, os pequenos estabelecimentos agrícolas que assumem uma indiscutível importância passam a ser “ (...) os principais responsáveis pelo abastecimento de alimentos das populações rurais e urbanas da região, bem como pela concentração de grande contingente da força de trabalho rural.”<sup>33</sup>

Então, toda a análise de Marcos Antônio de Melo é baseada em dois fatores: terra e trabalho. De modo geral a análise feita dos anos 50 é a mesma apresentada por Francisco Sá Júnior. As causas apontadas para o crescimento e para proliferação dos pequenos estabelecimentos são estas: a ampliação da rede rodoviária apoiado num mecanismo fiscal seguro, propiciaram o povoamento das margens das estradas e a viabilidade de comercialização. Para este autor, foram essas condições que deram origem a um considerável crescimento extensivo da produção agrícola de alimentos, num processo que se estendeu até o final dos anos 60. Para confirmar a sua hipótese, ele apresentou dados aqui já expostos na tabela 3.

Na sua análise, ele atribui aos anos 60 as mesmas características estruturais de crescimento da década anterior, que só começa a apresentar sinais de perda de dinamismo nos anos 70 e 75, devido às mudanças ocorridas nas relações de trabalho e à escassez do fator terra. Portanto, o crescimento verificado nas décadas de 50 e 60 se deve ao incremento da terra e ao trabalho humano.

As relações de produção agrícolas no Nordeste se deram de forma muito específica. “O traço fundamental, que caracterizava [estas relações] é a apropriação do trabalho pelo

---

<sup>33</sup> Marcos Antônio de Melo. Op. cit, p. 401.

capital. E esta apropriação se dá de forma a manter a força de trabalho com o estritamente necessário à sua reprodução. (...) Na realidade, a massa camponesa por se constituir numa oferta infinitamente elástica de mão-de-obra, fica sob arbítrio de setores mais capitalizados da economia, que lhes determinam taxas de exploração, que se traduzem em autoconsumo e emprego sazonal no campo e salário de subsistência nas cidades.”<sup>34</sup>

O modelo de desenvolvimento extensivo nordestino foi construído com base em relações do tipo pequeno arrendamento de terra (meação), morador (às vezes, semi-assalariado) e parceria. Essas relações, que durante muitos anos foram a base da expansão da agricultura de subsistência, vão à falência com a introdução do progresso técnico (mecanização, correção de solo, adubos e fertilizantes), a expansão da pecuária, o esgotamento das fronteiras agrícolas. Marcos A. de Melo traz, em seu trabalho, dados que mostram que o crescimento da mão-de-obra se deu praticamente nos pequenos estabelecimentos, por exemplo, que entre os anos de 1960 e 1970, a força de trabalho que era de 6.6 milhões de pessoas, pulou para 7.5 milhões. Esse acréscimo deu-se nos pequenos estabelecimentos, enquanto que os médios e grandes estabelecimentos sofreram um decréscimo de 366 mil pessoas, no mesmo período.<sup>35</sup> Todavia, a principal causa da tendência ao esgotamento e a conseqüente redução da produção interna de subsistência, segundo Marcos A. de Melo foi “ (...) a concentração de terra, a nível de grandes estabelecimentos, combinada com as recentes mudanças nas relações de produção.”<sup>36</sup> E a esses fatores ainda se pode acrescentar a pressão demográfica sobre os pequenos estabelecimento e o fechamento e limiar da fronteira agrícola.

Fazendo-se um breve comentário sobre as variáveis apontadas como responsáveis pelo fracasso do modelo de desenvolvimento extensivo da agricultura de subsistência, pode-se mostrar como Marco Antônio de Melo comprova a sua tese com dados estatísticos. No caso

---

<sup>34</sup> Id. Ibid., pp. 425 e 426.

<sup>35</sup> Id. Ibid., p. 419.

<sup>36</sup> Id. Ibid., p. 435.

da pressão demográfica sobre o pequeno estabelecimento, são apresentados dados que confirmam a redução do tamanho médio destes ao longo do tempo (1950/1975), caindo em torno de 33% nos estabelecimentos de 10 ha, e 44% nos estabelecimentos com menos de 5 ha. Cumpre salientar que era nos estabelecimentos com menos de 5 ha que se concentravam 34% da força de trabalho ocupada na agricultura, nos anos 60, que chegou a atingir 44,7 % em 1970 e 47% em 1975.<sup>37</sup>

Uma outra consequência da escassez de terra é a redução da produção de alimentos. A transformação que atinge as relações de trabalho, atinge, conseqüentemente, o modelo de desenvolvimento. “Ao empreendimento capitalista que se instala no Nordeste não interessa produzir alimentos tipo feijão, milho, farinha de mandioca, fava, pois além do risco natural que esse tipo de agricultura apresentava (...), há também o problema de sua baixa elasticidade renda de demanda. (...) A grande oportunidade econômica para a produção capitalista tem sido exclusivamente as culturas de exportação tipo cacau, cana, caju, etc. Quando não há viabilidade de produzir culturas de exportação, devido ao clima e solo, a opção (...) tem sido a pecuária bovina de baixa produtividade e, portanto, com despesas de custeio e investimentos reduzidas.”<sup>38</sup>

O autor cita uma reportagem da Revista Veja, de 12 de agosto 1977, mostrando que, se todos os pequenos produtores nordestinos tivessem acesso à terra, o produto agrícola da região poderia crescer mais de quatro vezes, o que resultaria na quintuplicação do produto bruto. No entanto, o Nordeste importa produtos hortifrutigranjeiros das demais regiões do país.

Dentre os fatores que agravam a situação da agricultura de subsistência, encontra-se os fatores escassez e/ou falta de acesso à terra, associado, muitas vezes ao uso da mesma como

---

<sup>37</sup> Id. Ibid., p. 435.

<sup>38</sup> Id. Ibid., p. 438 e 439.

reserva de valor, além do elevado crescimento da pecuária que provocou sérios danos à pequena produção de alimentos, visto que a terra passou a ser usada para pastagens. Todos esses fatores associados provocaram uma acentuada queda na produção de alimentos no início dos anos 70, indicando o esgotamento de um modelo de desenvolvimento que durou pouco mais de dois decênios. O autor conclui o seu trabalho chamando a atenção para o fato de que medidas precisam ser tomadas, a fim de poder ser retomado o ritmo de desenvolvimento atingido pelo Nordeste nos anos anteriores. Dentre as medidas que deveriam ser tomadas, Marcos A. de Melo indica o incentivo mercadológico e a adoção de tecnologias e técnicas modernas para que se possa atingir “ (...) a elevação da produtividade é a opção que resta no sentido de se dinamizar o crescimento agrícola da região, caso não se modifique a estrutura fundiária.”<sup>39</sup>

Como tantos teóricos que tratam a questão regional e, conseqüentemente, as disparidades intra-regionais (internas ou externas), Ricardo Carneiro chama a atenção, logo no início do seu trabalho, para a grande importância do mundo rural no Nordeste, apesar do aparente progresso dos centros urbanos. É ao rural que remete para mostrar a influência da forma de suas relações de trabalho no desenvolvimento geral da região, apontando-as, relações de produção no campo, como o principal determinante dos vários modelos de crescimento adotados pelo Nordeste ao longo da sua evolução histórica.

Ricardo Carneiro no seu trabalho, propõe-se discutir problemas do desenvolvimento capitalista na região Nordeste. Principia suas análises a partir dos estudos do GTDN e, posteriormente, dos Planos de Desenvolvimento da SUDENE - Plano(s) Diretor(es) de Desenvolvimento Econômico e Social I, III e IV, que, segundo o referido autor, não passam de “anseios” representativos de uma “ (...) expressão intelectual de forças organizadas que constituíram em determinado momento, uma possível alternativa para uma organização social da produção distinta.”<sup>40</sup> No entanto, faz-se indispensável iniciar o trabalho pelo GTDN, já

---

<sup>39</sup> Id. Ibid., p. 452.

<sup>40</sup> Ricardo de Medeiros Carneiro. Op. cit, p. i

que este se constituiu num “ (...) paradigma que influenciou e ainda influencia hoje a maior parte das análises sobre a agricultura nordestina (...).”<sup>41</sup> Visto que tudo quanto se escreveu naquele período não passa de repetição ou aprofundamento das idéias contidas neste documento.

Ricardo Carneiro no seu trabalho, procura contradizer e provar em contrário as idéias apresentadas no GTDN de que a agricultura nordestina era improdutiva e inviável e que, portanto, se deveria pensar em um novo modelo alternativo de desenvolvimento para a região. Assim, mostra-nos que as formas assumidas pela agricultura nordestina, no transcorrer da sua evolução histórica, foram decorrentes do resultado direto do distinto grau de subordinação ao capital. Ao longo do seu trabalho, o autor faz uma análise panorâmica dos diversos tipos de relações inerentes à agricultura nordestina, especialmente a de alimentos, a qual não se remete neste trabalho. A parte utilizada é aquela que trata do período 1960. A análise feita dos anos precedentes é a mesma já apresentada no início deste capítulo.

Conforme sua visão, nos anos 60, a agricultura de alimentos evoluiu, contrariando o rumo previsto pelo GTDN. Esses anos foram marcados por características distintas dos anos anteriores. A produção cresce. A grande interrogação é saber como o Nordeste resolveu o seu problema de excedente de alimentos, considerando-se que não se pode contar com a produção do litoral e, apenas parcialmente, com a nova produção da fronteira agrícola. No entanto, ocorreu um crescimento bem mais rápido das culturas alimentares, sugerindo que “(...) a produção de alimentos adquire em caráter especializado e independente das tradicionais culturas de exportação, ou seja, o mercado interno já tem suficiente dinamismo para justificar a constituição de uma agricultura mercantil de alimentos.”<sup>42</sup>

---

<sup>41</sup> Id. Ibid., p. 1.

<sup>42</sup> Id. Ibid., p. 11.

A concepção do autor sobre este período é a de que surge um novo tipo de agricultura de alimentos, denominada por ele de *agricultura especializada*, que seria decorrente da intensificação do desenvolvimento capitalista no campo,<sup>43</sup> ocasionada pelo crescimento do mercado interno, dando mais dinamismo à cultura de alimentos que à cultura para exportação. Para ele, “(...) este fenômeno da especialização representa, na verdade, um aspecto típico do crescimento capitalista na agricultura, ou seja, a passagem da produção de subsistência, entendida esta como produção voltada para o consumo imediato, para a produção mercantil.”<sup>44</sup>

No Nordeste, a produção de alimentos sempre foi oriunda da pequena e da média exploração. A produção e a oferta de alimentos, que na sua maioria destinava-se apenas ao autoconsumo, sempre fora proporcionada pelo somatório de pequenos excedentes da produção de subsistência. A partir dos anos 60, esse mesmo tipo de produção vê-se agora responsável por atender, também, a uma demanda bem mais elevada, ou seja, passa a abastecer o mercado interno de alimentos. Para tanto, a forma utilizada para aumentar a produtividade se deu, tanto com a intensificação do trabalho, quanto na adoção de novas técnicas.

Portanto, pode-se dizer que a agricultura de alimentos, que, durante os anos anteriores cresceu, extraordinariamente, baseada no modelo de desenvolvimento extensivo, tem, no final dos anos 60, de alterar sua estratégia de crescimento. Em outras palavras: uma oferta que dependia de um crescimento extensivo das áreas produtivas precisa encontrar uma outra forma de crescimento, pelo simples fato de que o elemento havia se tornado escasso, como também a fronteira agrícola havia se esgotado. Daí haver uma grande necessidade de inovação e incorporação de progresso técnico. Necessidade que esbarrou na estrutura agrária da região. Os pequenos produtores sentem-se desestimulados a fazer inversões na agricultura por vários motivos, tais como: a falta de segurança quanto à permanência na terra, que

---

<sup>43</sup> Id. Ibid., p. 12.

<sup>44</sup> Id. Ibid., p. 16.

desencoraja os não-proprietários (rendeiros, posseiros, meeiros e outros) de realizarem melhorias na capacidade produtiva, desde que não há garantias para usufruir os resultados. Além disso os riscos e custos das culturas são transferidos aos parceiros e rendeiros da terra, retirando-lhes assim a capacidade de (re)investir na terra, na produção.<sup>45</sup>

Portanto, em decorrência das mudanças que começaram a ocorrer na agricultura nordestina nos anos 60, dá-se um aumento significativo na produção, em decorrência da incorporação de novos recursos e técnicas, como há também um aumento de área cultivada. “(...) A partir de 1960, entretanto, a incorporação de progresso técnico na agricultura do Nordeste, passa a ser um dado indiscutível. O dado que mais merece destaque é o crescimento do número de arados de tração animal. No intervalo de 10 anos seu número mais que sextuplica(...). É importante ressaltar que, do ponto de vista do progresso técnico, a passagem de uma agricultura que utiliza instrumentos primitivos como enxada, para a utilização de arados de tração animal representa um salto tecnológico mais amplo que a passagem de arados de tração animal para arados de tração mecânica.”<sup>46</sup>

Baseado em dados censitários dos anos 70, o autor aponta um elevado crescimento no número de máquinas, compara-o ao percentual de área cultivada para mostrar, que apesar dos números apresentados, o progresso técnico foi localizado. As áreas onde se denotou um crescimento no número de máquinas foram aquelas destinadas à produção para exportação ou aquelas destinadas à produção de alimentos tidos como dinâmicos (cebola, batatinha, tomate, sorgo, dentre outros). As áreas destinadas à produção tradicional (feijão, milho, mandioca e algodão) permanecem sem alterações.

Com esses dados, é perfeitamente possível concluir que a agricultura de subsistência também se capitalizou, quando se deu a utilização de novos instrumentos de trabalho e uso de

---

<sup>45</sup> Id. Ibid., p. 27 e 28.

<sup>46</sup> Id. Ibid., p. 30 e 31.

insumos modernos. Também nesse tipo de produção, a capitalização atinge apenas uma pequena fração dos produtores. Em sentido lato, conclui-se do trabalho de Ricardo Carneiro, que, apesar do esgotamento do modelo de desenvolvimento extensivo no início dos anos 60, a agricultura de subsistência continuou a ser produtiva. Com as diversas mudanças que ocorreram nas estruturas rural e urbana, essa agricultura, que se destinava apenas ao autoconsumo, transforma-se (mas não tanto) e volta a produzir para abastecer o mercado interno, dando origem a uma “agricultura especializada,” com uma boa produtividade, devido a novos recursos e ao aumento da área cultivada e da mão-de-obra, associados à utilização de novas técnicas e insumos.

As duas interpretações apresentadas sobre a década de 60 são complementares e casam-se perfeitamente. Por ser conjuntural, portanto mais ampla, a análise de Ricardo Carneiro pode ser considerada mais completa, tendo sido a análise de Marcos Antônio de Melo muitas vezes apenas estatística. A título de considerações, o que se pode dizer da década acima analisada é proveniente da junção das interpretações apresentadas. Os anos 60 foram marcados por uma nova definição na esfera produtiva. As razões estariam nos seguintes fatores: o esgotamento do modelo de produção agrícola extensivo, provocada pelo fim da fronteira agrícola, e o elevado crescimento populacional rural e urbano resultando e resultado do crescimento urbano e do processo de capitalização do campo (na agricultura de exportação, que pegava uma mão-de-obra sazonal). Estes fatores, associados a outros já mencionados nas duas interpretações apresentadas, conduziram a agricultura nordestina ao desenvolvimento de uma agricultura tida como especializada, que seria a produção de alguns produtos novos para a região (hortifrutícolas) destinados ao abastecimento de um mercado interno que crescia dia-a-dia, que deram origem, nos anos 80, aos chamados “pólos de desenvolvimento agrícola”. Outro fator importante é que, no decorrer desta década em apreço o mercado interno local tornou-se dinâmico.

### 1.1.3. A DÉCADA DE 70

No que diz respeito à década de 70, a tese de doutoramento de **René Louis de Carvalho**, intitulada “**Développement Capitaliste de l’agriculture, Rente Fancière et Paysannerie au Brésil: 1950/1980**”, pode ser considerada um dos trabalhos mais completos sobre a agricultura nordestina deste período. Neste trabalho são apresentados dados sobre a década de 70, pouco trabalhada no que diz respeito à produção e à produtividade da agricultura de subsistência. Utilizou-se o terceiro capítulo da tese, aprofundado e transformado em um texto para publicação, que se intitula “**Principais Tendências da Evolução Recente da Produção Agropecuária Nordestina**”.

Nos seus estudos, René de Carvalho procura coadunar as idéias de Ricardo de M. Carneiro e as Otamar de Carvalho sobre a situação da agropecuária Nordestina, no período de 1970 a 1980, nos seus trabalhos publicados em 1985, respectivamente: *Crescimento Econômico e Estrutura Agrária (A dinâmica da agricultura Nordestina - 1950/80)* e *O Nordeste semi-árido: questão de economia política e política econômica*.

Para se complementar a análise da década 70, usou-se o trabalho de **Otamar de Carvalho**, intitulado: *A economia política do Nordeste (seca, irrigação e desenvolvimento)*, escrito em 1988. Neste trabalho o autor discorre especificamente, do semi-árido nordestino, a partir da junção de vários fatores: geográficos, sociais, políticos, econômicos, estruturais e conjunturais, mostrando que a região, nos últimos decênios, vem passando um processo de mudança que atinge, especialmente, a indústria a agricultura permanece atrasada por não haver encontrado novas formas de reprodução e desenvolvimento. A agricultura continua atrasada devido à natureza das relações de produção dominantes, ainda reflexo da exploração econômica oriunda do período colonial.

Na análise de René Louis de Carvalho também, estão contidas as mesmas idéias já apresentadas neste capítulo, dando continuidade à concepção aqui defendida de que a agricultura de alimentos no Nordeste, durante muitos anos, foi produtiva e essencial para o desenvolvimento da região. No decorrer do trabalho vai apontando as suas concordâncias e as suas divergências, em relação às interpretações, para posteriormente fazer uma aglutinação

com as idéias e assim construir uma terceira interpretação sobre a agricultura nordestina dos anos 70.

René de Carvalho inicia sua interpretação a partir da afirmação de que a agricultura brasileira, nos últimos quarenta anos, sofreu profundas transformações. Mudanças provocadas por acelerado processo de urbanização e de expansão industrial, associados ao modelo de desenvolvimento destinado à agricultura, especificamente no caso do Nordeste. Do seu trabalho, que trata do período de 1950 a 1980, interessam ao presente estudo apenas os anos 70, porque a análise feita sobre as décadas anteriores partem dos mesmos parâmetros aqui já apresentados. Também na concepção deste autor, o período a ser analisado é resultado de um processo de mudanças ocorrido na estrutura econômica do Brasil, desde os anos 50, que termina por determinar um novo modelo de desenvolvimento para a agricultura nordestina, culminando nos anos 70 com o surgimento de uma agricultura baseada na produção intensiva, que deu origem a uma agricultura especializada, destinada a atender as novas prerrogativas, a demanda do mercado interno nordestino, que, para tanto precisou moderniza-se e integrar resto do país.

Na concepção de Otamar de Carvalho, a agricultura brasileira como um todo "(...) apresentou graus de desenvolvimento diversos, de acordo com a direção seguida pelo processo geral de acumulação que teve lugar em suas diferentes regiões."<sup>47</sup>

Conseqüentemente, o processo de modernização que atinge a agricultura brasileira a partir da segunda metade deste século, mais evidentemente na região Centro-Sul, também traz reflexos de modernização para a agricultura nordestina (silos para forragem; aumento da força mecânica: arados, tratores, caminhões e automóveis; construção de açudes e barragens e uso de fertilizantes e técnicas de plantio), mesmo que localizado em áreas específicas no interior das propriedades mais capitalizadas com produção destinada à exportação ou à agroindústria. Essas mudanças deram origem a um novo processo de desenvolvimento para o Nordeste: a agricultura tornou-se menos diversificada, para tornar-se mais especializada.

---

<sup>47</sup> Otamar de Carvalho. *A economia política do Nordeste (seca, irrigação e desenvolvimento)*. Rio de Janeiro, Brasília, Associação Brasileira de Irrigação e Drenagem (ABID), 1988, p. 20.

Já René de Carvalho, na análise que faz dos anos 70, mostra que, com as transformações ocorridas na agricultura, agora buscando ser especializada e intensiva, “ (...) o eixo fundamental, passa a ser a condição de valorização de investimentos de capital produtivo na agricultura (...). À medida que produz novas terras, pelo aumento da produtividade, as condições naturais passam a ser filtradas pelo capital.”<sup>48</sup>

Assim é possível apontar esta mudança, acima mencionada, como o segundo processo que passou a agricultura nordestina de alimentos após os anos 50. Tal é o chamado processo de especialização da produção no Nordeste. O autor nos revela que, nesse período, ocorreu uma “ (...) relativa marginalização da agro-pecuária nordestina que se expressa, em particular, na crise de seus sistemas produtivo tradicionais.”<sup>49</sup> Essa marginalização expressa-se na crise que atinge, principalmente, a agricultura de alimentos, como se pode observar a partir dos dados apresentados por René de Carvalho. Ele mostra que “ (...) o período de maior crescimento da produção é o de 1950 a 1960, com a taxa anual de 4,6% ao ano. O período de 1960 a 1970, apresenta já um decréscimo de ritmo: 3,4% ao ano. No entanto, é a partir de 1970 que notamos uma queda acentuada: apenas 1,7% ao ano (1970-80).”<sup>50</sup>

No entanto, a partir dos anos 70, alguns destes sistemas conseguem se reestruturar, modernizando-se e, conseqüentemente, acompanhando o resto do país. Para René de Carvalho, “(...) os anos de 1970 ou 1975 tendem a apresentar um panorama predominantemente positivo para a evolução agropecuária nordestina.”<sup>51</sup> Ou seja: a estagnação que atinge a agricultura nordestina não é generalizada; apenas alguns subsetores são alcançados, enquanto outros, como o hortifrutigranjeiro e a pecuária, continuam em

---

<sup>48</sup> René Louis de Carvalho. **Principais Tendências da Evolução Recente da produção Agropecuária Nordestina.** Cadernos de Economia, Texto nº 35, Campina Grande, Mestrado de Economia Rural, Set. de 1989, p. 2.

<sup>49</sup> Id. Ibid., p. 3.

<sup>50</sup> Id. Ibid., p. 10.

<sup>51</sup> Id. Ibid., p. 4.

pleno desenvolvimento. Nesse ponto do seu trabalho, passa a existir uma concordância com as idéias de Ricardo Carneiro. Também para René de Carvalho, “ (...) o que no Nordeste foi um processo de crescimento desigual que implicou uma grande diferenciação da agricultura regional, concentrando dinamismo em torno de uma dezena de atividades.”<sup>52</sup> O que se pode deduzir, a partir do trabalho deste autor é que, de modo geral, os produtos tradicionais são os que apresentam maior declínio. O algodão, o sisal e a mamona sofrem uma queda absoluta. Das matérias-primas para a indústria, apenas a cana-de-açúcar e o cacau tiveram um comportamento diferenciado. Os produtos alimentares básicos sofrem a mesma evolução tendencial (queda), com exceção da mandioca e do arroz. O milho e o feijão atingem resultados negativos. Portanto, era o comportamento dessas culturas que haviam obscurecido a expansão das culturas dinâmicas. Os produtos denominados dinâmicos ou especializados são os plantados em áreas irrigadas, os hortifrutícolas, que são: cebola, tomate, laranja, banana, e alguns outros, todos apresentando taxas elevadas de produção. A exceção foi a batata inglesa que, apresentou taxas negativas.

Otamar de Carvalho, na análise que faz sobre a década de 70, mostra que as alterações ocorridas na agricultura nordestina sempre se deram nos moldes determinados do padrão agrícola da região Centro-Sul. Em relação à agricultura do Nordeste, o autor afirma que, apesar do significativo aumento da produtividade, o modelo de desenvolvimento continuou a ser o extensivo. A exaustão deste modelo é confirmada nos dados do IBGE, que mostram a queda nas taxas de crescimento da agricultura da nossa região, em relação ao resto do país. No Nordeste, os anos 70 são um período de decadência, decréscimo e depressão, por exemplo, enquanto a região Sudeste adotava um processo produtivo que já tinha como base “ (...) o uso mais intensivo de inovações, não apenas biológicas (sementes de mais alta qualidade), como químicas (adubos e defensivos) e físicos (máquinas e equipamentos que contribuem para elevar a produtividade do trabalho, melhores tratamentos culturais, etc.), [no Nordeste] (...) as inovações referidas, especialmente as de natureza química e física, ou são introduzidas lentamente ou nem chegam a ser adotadas, refletindo o atraso das forças produtivas e o caráter conservador - ou não-progressista - das relações de produção que

---

<sup>52</sup> Id. Ibid., p. 5.

prevalecem no Nordeste.”<sup>53</sup> Portanto a modernização que atingiu o Nordeste, pode-se dizer conservadora, se deu de forma extremamente peculiar, “(...) o seu avanço só se dá na medida em que não contrarie os bem alicerçados interesses do Estado e dos grandes proprietários de terra, dedicados estes com exclusividade (ou não) aos negócios da agropecuária ou a eles relacionados, via comércio e indústria.”<sup>54</sup>

No período relacionado, tem-se um novo tipo de agricultura, em se tratando de Nordeste, uma agricultura especializada, que se dava com a produção pura dissociada do consórcio, pura. Surge por conta da demanda exercida pela agroindústria, de dentro e de fora da região. “O espaço criado para a constituição de uma agricultura de alimentos dinâmica no Nordeste restringir-se-ia assim a produtos cuja exploração se fizesse em bases essencialmente capitalistas, ou seja, produtos cuja demanda se definisse em função principalmente dos interesses da agroindústria.”<sup>55</sup>

Em relação às limitações do processo de modernização do Nordeste, René de Carvalho e Otamar de Carvalho concordam plenamente: para estes, a modernização foi tina foi tênue e restrita a determinadas sub-áreas, tendo existido em decorrência da produção de novas culturas: a hortifrutícola.

René L. de Carvalho reforça a posição anterior, mostrando que, a partir dos anos 70, ocorreu uma mudança na estrutura produtiva do Nordeste e novos produtos passaram a ser incorporados a seu quadro produtivo. “ (...) O total de terras produtivas passa de 52 para 84 milhões de hectares (...).”<sup>56</sup> Também no decorrer deste mesmo período, a pecuária destaca-se de forma admirável. A produção de avicultura e a produção de suínos são as grandes

---

<sup>53</sup> Otamar de Carvalho. Op. cit, pp. 25 e 26.

<sup>54</sup> Id. Ibid., p. 33.

<sup>55</sup> Id. Ibid., p. 28.

<sup>56</sup> René Louis de Carvalho. Op. cit, p.12.

revelações. No caso da pecuária bovina, a expansão mais forte se dá para o mercado de leite, a demanda para carne permanece praticamente igual à das décadas anteriores.

Para fazer um fechamento dessa vertente, mostrar-se-ão rapidamente algumas das conclusões a que chega René de Carvalho. Para ele, a agricultura nordestina dos anos 70 contraiu-se fortemente no seu ritmo de crescimento, perdendo importância relativa no plano nacional.<sup>57</sup> Conforme sua opinião, é por conta desse desempenho e de um processo de modernização retardado e setorizado, que o Nordeste, em relação a sua posição, “(...) enfraqueceu-se, no que se refere a intensidade dos processos produtivos e a seus rendimentos físicos.”<sup>58</sup> Na sua concepção, o Nordeste desde os anos 70 sofreu muitas transformações, as quais se deram ao nível da realocação geográfica da produção nordestina, provocando um processo de substituição de culturas. Mesmo assim, a agricultura nordestina, hoje, encontra-se mergulhada numa crise crescente. Os processos modernizantes dinâmicos foram limitados.<sup>59</sup>

Para Otamar de Carvalho, qualquer estudo sobre a recente produção agrícola nordestina, na década de 70, demonstra o crescente ritmo de expansão da agricultura regional, apesar dos obstáculos apresentados. “(...) Esse crescimento estaria se dando, apesar das restrições impostas pelas condições desfavoráveis de clima e solo e pelo caráter conservador das relações de produção, como resultado do crescimento das áreas de cultivo e do progresso técnico adotado, ainda que circunscrito a determinados espaços.”<sup>60</sup> Finaliza seu trabalho afirmando que há um bom desempenho na agricultura do Nordeste e que isto, no período estudado, tem a ver com a nova divisão interregional do trabalho neste país. No entanto o Nordeste permaneceu como uma região dual, onde a agricultura ainda pesa demasiadamente.

O que se pode dizer é que, neste período, as tendências surgidas na década anterior tendem a aprofundar-se. Por um lado, tem-se o aprofundamento da crise do modelo

---

<sup>57</sup> Id. Ibid., p. 26.

<sup>58</sup> Id. Ibid., p. 27.

<sup>59</sup> Id. Ibid.

<sup>60</sup> Otamar de Carvalho. Op. cit, P. 34.

extensivo; por outro, a consolidação de um sub-setor produtivo dinâmico que tinha como objetivo o de abastecer especialmente as agroindústrias surgidas. De modo geral, a agricultura modernizou-se, não em larga escala, mas apenas nos subsetores onde já existia uma produção mais lucrativa. É também nesse período que a agricultura intensiva e especializada dá origem a uma agricultura capitalizada, a exemplo do Centro-Sul.

## 1.2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se pode perceber, em se tratando da questão regional, as interpretações são sempre permeadas de posições dúbias e muitas vezes equivocadas. Poucos são os que procuram ver o Nordeste como uma região produtiva, dinâmica, sempre em busca de formas para superar as imposições naturais, ou aquelas impostas pelos homens, fruto de uma incapacidade político-administrativa que acompanha a região desde a sua colonização. A região Nordeste, com o seu velho estigma de “poço sem fundo”, passa a ser vista pela grande maioria dos estudiosos como estagnada e retrógrada.

Nos estudos que se realizaram sobre a região Nordeste, o que fica sempre evidente é uma permanente diferenciação entre os seus setores e sub-setores produtivos. O desenvolvimento nordestino nunca foi pleno nem absoluto. Esse “mau-desenvolvimento”, denominado por alguns estudiosos, sempre deu margens a visões incertas, vagas, muitas vezes equivocadas e quase sempre permeadas de uma concepção de que o Nordeste é uma região atrasada e em processo de estagnação.

As perspectivas previstas, a partir das análises teóricas apresentadas, traduzem a evolução de uma agricultura que, desde o início da segunda metade deste século ingressa no estágio de crise que se aprofunda gravemente a partir dos anos 60. No entanto, essa mesma

agricultura apresenta, ao longo desses anos, um sub-setor dinâmico e próspero, que é a produção de hortifrutigranjeiros, praticada nos denominados pólos de desenvolvimento agrícola. No decorrer dos últimos trinta anos, esta afirmação de atraso e estagnação não pode ser aplicada ao conjunto da economia nordestina, especialmente em se tratando da agricultura. Estes sub-setores acima mencionados mudaram no decorrer destes anos, a imagem da região, de tal forma que diversas sub-regiões passam a confrontar-se violentamente com a usual paisagem nordestina, dando origem a “vários Nordeste” (expressão de Tânia Bacelar).

É verdade que, para muitos, a concepção de atraso e de estagnação do Nordeste esteja intrinsecamente relacionada com sua tendência ou veia agrícola. No entanto, é inegável, incontestável até, o fato de que grande parte (se não a maior parte) do desenvolvimento industrial e comercial do Nordeste tenha sido proporcionado e sustentado pela agricultura, inclusive a agricultura de alimentos ou subsistência. Poucos, porém, são os que delegam à agricultura a sua real importância dentro do contexto do desenvolvimento da região, a partir da segunda metade deste século.

Neste sentido, os estudiosos relacionados para compor este capítulo, com exceção do GTDN, foram exatamente aqueles que coadunam as interpretações acerca da agricultura nordestina, que mais se aproximam da posição defendida e contida neste trabalho: de uma agricultura próspera, em determinados sub-setores, dinâmica e subsidiadora de um modelo de desenvolvimento voltado para a industrialização da região.

Para tanto, é válido salientar (e lembrar) o fato de que “o setor agrícola ocupa um papel fundamental na economia dos países em desenvolvimento, sendo responsável por uma

elevada parcela do nível de emprego, renda e receitas de exportação.”<sup>61</sup> Isto sem mencionar a participação sempre expressiva deste setor no PIB.

As pesquisas dos Censos Agropecuários referentes às décadas de 50, 60 e 70 são bem claras, no sentido de apontar, no mínimo, a estabilidade do setor agrícola nordestino. É claro que alguns sub-setores, como os de produtos tradicionais (feijão, arroz, milho e cana-de-açúcar) apresentaram quedas significativas nas suas taxas de crescimento; mas outros, com novos produtos - os hortifrutícolas - apresentaram taxas de crescimento consideravelmente progressivas. No decorrer destes três últimos decênios, em muitos anos, o Nordeste chegou a apresentar uma taxa de crescimento agrícola superior às demais regiões e até à do país como um todo.

---

<sup>61</sup> Roberto de A. S. Vellutini. “Financiamento do Desenvolvimento Agrícola” In: *Revista de Economia Política*, Vol. 11, nº 2(42) Abril/Junho 1991, p. 107.

## CAPÍTULO 2

### 2. UM PANORAMA DA AGRICULTURA NORDESTINA NOS ANOS 80

Discorrer sobre a agricultura nordestina na década de 80 não se constitui tarefa fácil, visto que a escassez de dados e de trabalhos escritos sobre o período é significativa. Também é fato que os trabalhos existentes, na sua grande maioria, circulam em setores fechados (bancos regionais, institutos de pesquisas e revistas especializadas), dificultando o acesso dos dados. Portanto, a carência de material de estudo, associada à complexidade técnica dos estudos existentes, agravam ainda mais esta realidade, obscurecendo o conhecimento que já se poderia ter sobre a agricultura da região na década de 80.

O objetivo deste capítulo foi o de construir o perfil da década em apreço, a partir de uma pesquisa teórica e de um laborioso levantamento estatístico. A partir das dúvidas, das interrogações e das perspectivas advindas das colocações do capítulo 1, entendeu-se que analisar o comportamento da agricultura neste período, quando, pensando-se no contexto do país nos anos 80, seria responder a indagações do tipo: Será que a agricultura nordestina apresentou o mesmo comportamento da agricultura brasileira nesse período (desenvolvimento do setor agrícola - técnicas e tecnologias - com crescimento em alguns subsetores e com estagnação ou estabilidade nos demais), ou será que enveredou no processo de crise que assolou o país? Será que se consolidaram as perspectivas que se apresentavam para a agricultura da região, no final dos anos 70?

Foram estas indagações, dentre muitas outras, que se buscou responder. Para tanto, este capítulo divide-se em duas partes, interativas: uma breve análise teórica e em seguida, uma série de levantamento de dados, que vão desde o crescimento da agricultura nordestina, nas áreas irrigadas, à crise do setor tradicional. A partir dos dados apresentados, faz-se-á, no capítulo 3, uma “radiografia” da agricultura nordestina, no sentido de mostrar suas potencialidades e perspectivas; pensando-as no contexto das novas regras comerciais e produtivas para a década de 90: unificação de mercados e a realocação da produção, no âmbito internacional.

## 2.1. ASPECTOS GERAIS DA ECONOMIA BRASILEIRA NA DÉCADA DE 80

Antes de escrever sobre o Nordeste nos anos 80, faz-se necessário expor alguns aspectos do período analisado. Na exposição sobre a conjuntura do período, ficará evidente qual o “palco” que a agricultura nordestina dispunha para produzir e reproduzir sua estrutura econômica. Torna-se muito mais fácil apreender e avaliar o crescimento ou a estagnação de um setor, se as taxas ou dados apresentados forem contrapostos às taxas ou dados do país como um todo. Deste modo, se faz indispensável tecer alguns comentários panorâmicos sobre a situação da economia e da agricultura brasileira, na década de 80.

Na década de 80, o Brasil deveria ter atingido o auge de seu processo de desenvolvimento, iniciado na segunda metade deste século. No entanto, as mudanças ocorridas no âmbito da economia internacional conduziram o Brasil, com sua economia extremamente atrelada ao comércio exterior, a um grave processo de crise acarretou significativas e amplas transformações em todos os setores da economia brasileira.

**Argemiro J. Brum**, em sua obra intitulada **O Desenvolvimento Econômico Brasileiro**, relata a história do processo de evolução da economia brasileira, analisa e

demonstra os acontecimentos de um período denominado por ele “ a fase do desenvolvimento associado dependente”, iniciado na década de 50 mas aprofundado na de 80. Segundo este autor, até o final da década de 70, o Brasil tinha suas principais “fontes” de financiamento no exterior e nos investimentos estatais subsidiados pelo governo ao setor privado, como: subsídios para a exportação, subsídios de crédito, isenções fiscais, moratórias e perdões de dívidas, incentivos fiscais para o setor industrial e para regiões, preços artificialmente baixos de bens e tarifas de empresas estatais, que se transformaram em apreciável adicional de lucro para investimento pelo setor privado. Em síntese, o padrão de desenvolvimento do Brasil estava baseado no financiamento externo e estatal. E são exatamente, na concepção do autor, duas as causas básicas da crise dos anos 80: a redução da taxa de investimentos e a redução da eficiência dos investimentos. <sup>1</sup> São estas as suas palavras: “(...) ao término da década de 70 a economia brasileira apresenta claros sinais de debilitamento - sintomas de que estava estruturalmente doente: exacerbada concentração econômica e de renda, acentuado desequilíbrio do balanço de pagamentos, elevada dívida externa, crescimento dependente de ingresso de capital externo, inflação elevada e em ascensão, conflitos trabalhistas, entre outros.”<sup>2</sup> Nesse período o Brasil é duramente abalado pelas alterações no quadro da economia mundial. “A situação econômica e financeira torna-se insustentável, (...). Não há possibilidade, no quadro vigente de manter o crescimento econômico. Diante de tantos fatores negativos, internos e externos(...)”<sup>3</sup> Em decorrência dos aspectos acima expostos o país transforma-se num transferidor líquido de capital para o exterior, inviabilizando o futuro da nação.

Termina então, nos anos 80, a facilidade de crédito externo com que Brasil financiava o seu desenvolvimento. O país viu-se obrigado a submeter-se às exigências dos credores, sob a tutela e a auditoria do FMI. Diante do processo de crise, o governo brasileiro acreditava poder, através de determinadas medidas, conter a situação e reconduzir o país para o caminho do crescimento. Porém, as medidas adotadas agravaram a situação. O país enveredou num processo de crise sem precedentes; passam a imperar a recessão e o colapso econômico.

---

<sup>1</sup> Argemiro J. Brum. *O desenvolvimento econômico brasileiro*, 10<sup>a</sup> ed. Petrópolis, Vozes, 1991, pp. 263-269.

<sup>2</sup> *Ibid.*, p. 227.

<sup>3</sup> *Id. Ibid.*, p. 229.

No que diz respeito à agricultura brasileira, a década de 80 foi de modo geral, um período de intensas transformações. Apesar da queda nas taxas de crescimento e na participação no Produto Interno Bruto (PIB), a crise interna e as condições da economia mundial impulsionaram e conduziram a agricultura a um novo caminho: o da agricultura tradicional, de estabilidade e/ou estagnação; mas, para a insurgente agricultura alternativa, voltada para a produção hortifrutícola e de grãos, as taxas de crescimento se mostravam progressivas. De modo geral, a agricultura nos anos 80 continuou sua marcha rumo ao desenvolvimento que havia sido iniciado nos anos 70, prosseguiu com a capitalização do campo e das relações de trabalho. Mas, apenas de forma setorizada, a agricultura tradicional “penou” na década de 80.

Na opinião de **Gervásio Castro Rezende**, a agricultura brasileira, neste período, apesar de ter enfrentado sérios problemas e muitas ameaças, “(...) é vista como o setor que se manteve crescendo a taxas relativamente elevadas.”<sup>4</sup> Este trabalho de G. C. Rezende confirma uma taxa de crescimento consideravelmente alta, que, durante o período analisado, alguns subsetores da agricultura chegaram a apresentar. Portanto, é certo mencionar que houve crescimento da agricultura, mas um crescimento “**relativo**”; enquanto a indústria reduzia suas taxas de produção, a agricultura apresentava uma produção com taxas de crescimento lentamente progressiva. Mantinha “ (...) uma taxa média anual de crescimento geométrico, entre 1980 e 1988, de 3,1% para a agricultura e de 1,2% para a indústria, enquanto as mesmas taxas foram, no período 1970/80, de 4,7% e 9,3%, respectivamente, ou seja, a agricultura reduz sua taxa média de crescimento em 1,6 ponto percentual, enquanto a indústria perde cerca de oito pontos na década de 80, se comparada com a década de 70.”<sup>5</sup> Para um outro pesquisador, **Guilherme Delgado**, em seu trabalho **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil**, foi no decorrer dos anos 80 que a agricultura “ (...) torna-se crescentemente menos dependente do laboratório natural da terra e da força de trabalho rural, e simultaneamente mais articulada, por um lado, com a indústria produtora de insumos e

<sup>4</sup> Gervásio Castro de Rezende. “Agricultura e ajuste externo no Brasil: novas considerações.” In.: *Revista: Pesquisa e Planejamento Econômico*. 19(3) Rio de Janeiro, dez. 1989, p. 554.

<sup>5</sup> *Ibid.*, p. 555.

bens de capital para a agricultura, e por outro, com a indústria processadora de produtos naturais.”<sup>6</sup>

Para muitos estudiosos, a década de 80 pode ser considerada como o ápice do processo de desenvolvimento da agricultura brasileira, no que diz respeito ao processo de capitalização, setorizado. Processo este, que teve início em meados dos anos 50 e pretendia promover uma ruptura na estrutura produtiva agrícola, que, até aquele período, era baseada no crescimento por extensão de áreas. A partir de então, o Estado passou a intervir e orientar uma “nova dinâmica” para o setor agrícola. Esta nova política era um reflexo direto das regras (imposições) da política econômica internacional. O que provocou na agricultura a necessidade de ingressar numa nova fase, modernizando-se e integrando a indústria. O Estado passou a ser então o mediador entre a indústria e a agricultura. No entanto, este processo de desenvolvimento da agricultura, iniciado em meados dos anos 50, promoveu o desenvolvimento em áreas localizadas. Não foi um desenvolvimento homogêneo; pelo contrário, as desigualdades regionais tornaram-se mais acentuadas.

As razões apontadas para explicar as contradições entre o comportamento do setor agrícola e o setor industrial são as seguintes: a necessidade de modernizar-se e a de adaptar-se à demanda de um país urbanizado e industrializado. No primeiro caso, o Brasil, até o fim da década de 70, tinha nas exportações de produtos agrícolas seu maior percentual, cerca de 80% da pauta de exportações globais, e tinha como maior comprador a Europa. No início dos anos 80, as políticas protecionistas européias somadas à recessão internacional, levaram as exportações a uma queda considerável. Para voltar a competir no mercado internacional, o Brasil precisava modernizar-se, o que significava a necessidade de os produtos agrícolas para exportação apresentarem um novo perfil: o de produtos agrícolas elaborados. O resultado desta mudança foi a participação da indústria neste novo momento.<sup>7</sup> No segundo caso, tem-se o seguinte: a partir dos anos 80, há uma inversão nas taxas de ocupação das áreas rural e urbana. “(...) Na década de 70, pela primeira vez a população rural decresceu em

---

<sup>6</sup> Guilherme da Costa Delgado. *Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985*. Campinas, Icone/ UNICAMP, 1985, p. 19.

<sup>7</sup> *Ibid.*, pp. 26 - 29.

números absolutos.”<sup>8</sup> De acordo com os dados do IBGE, a população urbana brasileira, estava, nos anos 70, em torno de 55,92% do total do país; nos anos 80, este número passou para 67,57 % e a taxa de crescimento urbano girou em torno de 4,5 a.a. nesse período. Segundo a estimativa de alguns estudiosos, no final dos anos 90, aproximadamente 80% da população brasileira estará urbanizada. Este processo de urbanização acelerado conduziu, nos anos 80, a um **relativo** aumento da demanda do mercado interno de alimentos, que representou, posteriormente, um crescimento para o setor de alguns novos produtos, que, de acordo com dados apresentados por Elizeu Alves e Elísio Contini, giraram em torno de 5%a.a., nos hortifrutícolas e proteínas animais e vegetais.

Segundo Gervásio C. Rezende, nos estudos atuais, a agricultura, dos anos 80 pode ser vista como o setor que manteve alguns dos seus subsetores crescendo. O mesmo autor afirma que a contribuição decisiva para esse crescimento advém da produção para o mercado interno. Afirma ainda, ao longo do seu trabalho, que o crescimento recente do setor agrícola brasileiro se deu por manter a exploração do enorme potencial representado pelo mercado interno. Associado a isto estaria o fato de a agricultura não seguir o padrão cíclico da economia como um todo. As políticas e os planos de estabilização econômica lançados pelo governo, a política de preços mínimos (mesmo que esta não tenha a intenção de compensar a agricultura de mercado interno) e os investimentos, tudo isto favoreceu a prosperidade da agricultura de alimentos.<sup>9</sup> A tabela 4, montada a partir de dados do Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada (IPEA)-1995, mostra o comportamento dos três grandes setores da economia com as suas taxas médias anuais de crescimento, referente ao Brasil, particularmente ao Nordeste, entre o período de 1970 e 1993.

---

<sup>8</sup> Elizeu Alves & Elísio Contini. “A modernização da agricultura brasileira” In.: *Os principais problemas da agricultura brasileira: análise e sugestões*. S/1, PNPE/ IPEA, nº 18 pp. 49 a 50.

<sup>9</sup> Gervásio Castro de Rezende. Op. cit. pp. 554 a 573.

**TABELA 4**  
**BRASIL E NORDESTE:**  
**TAXAS MÉDIAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DOS PRODUTOS**  
**AGROPECUÁRIO, INDUSTRIAL E DE SERVIÇOS.**  
**PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1970 E 1993**

local	período	produtos	taxa média anual de crescimento (%)
Brasil	1970 - 1993	agropecuária	3,5
		indústria	3,6
		serviços	4,9
Nordeste	1970 - 1993	agropecuária	1,9
		indústria	4,6
		serviços	6,8
Brasil	1970 - 1980	agropecuária	4,1
		indústria	8,9
		serviços	9,1
Nordeste	1970 - 1980	agropecuária	3,6
		indústria	9,7
		serviços	10,9
Brasil	1980 - 1990	agropecuária	2,8
		indústria	2,1
		serviços	3,4
Nordeste	1980 - 1990	agropecuária	2,9
		indústria	2,4
		serviços	5,6
Brasil	1990 - 1993	agropecuária	2,3
		indústria	0,9
		serviços	1,3
Nordeste	1990 - 1993	agropecuária	-8,0
		indústria	0,8
		serviços	0,4

FONTE: G. M. Gomes & J.R. Virgolino. *A Macroeconomia do desenvolvimento nordestino: 1960 - 1964*. texto para discussão nº 372. Brasília, IPEA, 1995.

Os dados apresentados não são satisfatórios em relação à agricultura. No período compreendido entre 1980 e 1989, a agricultura cresce dentro de etapas cíclicas: no triênio 81 - 83 e nas “supersafras” de 1987/88/89. Um outro fator que se deve levar em consideração foi que a agricultura apresentou, no conjunto do período, um crescimento mais firme. Em síntese, pode-se dizer que a agricultura teve um comportamento independente, contrastando fortemente com o resto da economia. Contrariando todas as prerrogativas, a agricultura manteve as taxas de crescimento da década anterior, mesmo que um pouco mais baixas. Os elementos que conduziram a agricultura neste rumo, de modo mais preciso, foram, em primeiro lugar, a necessidade de atender a nova demanda do mercado interno, e em segundo lugar, a necessidade de adaptar-se, ajustar-se às “novas” imposições do mercado externo, que exigia para consumo um novo padrão de produto agrícola.<sup>10</sup>

Em relação a este contexto, é possível citar outro trabalho de **Gervásio Castro Rezende** e **Ian Goldin**, onde os autores procuram mostrar que, apesar da recessão, a década de 80 “(...) esconde um fenômeno crescentemente importante: enquanto a produção industrial caiu, a produção agrícola manteve seu ímpeto de crescimento.”<sup>11</sup> Foi nesse período que “(...) o crescimento industrial sofreu uma derrocada, em contraste com a continuidade do crescimento agrícola. Com isso, na crise dos anos 80, a agricultura emergiu como o setor econômico líder, exercendo uma força estabilizadora e amortecendo o colapso do crescimento da renda.”<sup>12</sup>

## 2.2. A AGRICULTURA NORDESTINA DA DÉCADA DE 80

No decorrer da década de 80, de modo geral, poucas mudanças aconteceram no Nordeste; todavia a política de desenvolvimento concebida para a região, nos anos 70, progrediu enormemente. Dentre as várias prerrogativas, encontrava-se a política que

---

<sup>10</sup> Ibid., p. 555.

<sup>11</sup> Gervásio Castro de Rezende & Ian Goldin. *A agricultura brasileira na década de 80: crescimento numa economia em crise*. Rio de Janeiro, IPEA, 1993, p. 3.

<sup>12</sup> Ibid, p. 5.

visava o desenvolvimento de uma agricultura irrigada e tecnificada, voltada para a produção de hortifrutícolas, visando não só o abastecimento do mercado local e de uma incipiente indústria processadora de alimentos, mas também a exportação de produtos e gêneros tropicais. Esta agricultura alternativa, em relação ao Nordeste e à produção tradicional, terminou por desenvolver-se em áreas ou sub-regiões específicas. Estas áreas passaram a ser denominadas de “**Pólos ou áreas de desenvolvimento**”. E foi nestas áreas que muitas transformações se fizeram sentir não só em relação à produção, mas também às técnicas, tecnologias e relações de trabalho. A agricultura que passou a dominar nestas áreas era extremamente capitalizada, produtiva e rentável.

Em relação às áreas citadas acima, o progresso foi perceptível e inegável. Mesmo assim, várias indagações se colocam à medida que se estuda (e se observa) o novo panorama da região, como: Qual o comportamento da agricultura tradicional, no decorrer deste período, e como se encontrava no início dos anos 90: em estágio de crescimento, de estagnação ou de regressão? Esta avaliação, que foi feita neste capítulo, a partir de um levantamento de dados em vários institutos de pesquisa e desenvolvimento, levou a um outro questionamento: Para a década de 90, é viável a permanência deste modelo de desenvolvimento agrícola baseado em sistemas irrigatórios? A este questionamento se responderá no capítulo 3.

Em se tratando da década de 80, uma importante análise sobre a economia nordestina encontra-se nos trabalhos de **Tânia Bacelar de Araújo**. Dentre eles pode-se citar um texto escrito para compor o livro: **Desigualdades Regionais e Desenvolvimento**, publicado em 1995, onde “(...) enfoca a trajetória recente, as características atuais e as perspectivas das atividades econômicas desenvolvidas na região Nordeste do Brasil e sua inserção no contexto nacional.”<sup>13</sup> A autora faz uma análise breve sobre a “nova” agricultura nordestina surgida a partir da década de 70, que atingiu

---

<sup>13</sup> Tânia Bacelar de Araújo. “Nordeste, Nordestes: Que Nordeste?” In.: *Desigualdades Regionais e Desenvolvimento*. São Paulo, FUNDAP. 1995, p. 125.

seu auge nos anos 80, mostrando os pólos de desenvolvimento ou, como os denomina, os novos “subespaços dinâmicos” da região.

Para os anos 80, a referida autora concebe o Nordeste sob de um novo “prisma” e afirma: “(...) o lento crescimento econômico que, durante muitas décadas, caracterizou o ambiente econômico do Nordeste, foi substituído pelo forte dinamismo de numerosas atividades que se desenvolveram na região (...)”<sup>14</sup>

É importante ressaltar que, no decorrer da década de 80, o Nordeste, especializou-se na produção de bens intermediários, destinados, em grande parte, à exportação. Paralelamente, desenvolveu uma agricultura moderna de grãos e um importante pólo de fruticultura, ambos para exportação o que ajudou a resistir aos efeitos de retração da demanda interna.<sup>15</sup> No caso da produção de grãos, a região do Cerrado baiano, o Sul do Maranhão e Piauí, juntamente com a região de Barreiras (na Bahia), aparecem nos últimos anos como prósperas produtoras de soja irrigada. No caso da fruticultura temos diversas sub-regiões, a produção de uva e de melão para exportação e para consumo interno, na área Petrolina /Juazeiro.

Segundo a autora acima citada, em relação à agricultura como um todo, o Nordeste sofreu muito pouco a crise dos anos 80, apesar de as taxas de crescimento da agropecuária terem declinado de 22,5%, em 1970, para algo em torno de 19%, no início dos anos 90<sup>16</sup>. No entanto quando visto no ambiente econômico nacional, o Nordeste continua sendo **relativamente** mais importante como região produtora agropecuária. Esta produção participa na composição econômica do país com um percentual que atinge a casa dos vinte pontos (do total nacional), enquanto que a indústria chega aos doze pontos percentuais e o setor terciário, aos 15%. Estes percentuais foram dados a partir de dados da SUDENE para 1990.<sup>17</sup> Na tabela 5, mostra-se o comportamento dos três

---

<sup>14</sup> Ibid., p. 126.

<sup>15</sup> Id. Ibid., p. 129.

<sup>16</sup> Id. Ibid., p. 128.

<sup>17</sup> Id. Ibid., p. 129.

setores produtivos do país e da região Nordeste, num período relacionado 1965/90, para que as taxas de crescimento ou queda destes setores possam ser mais bem visualizados.

**TABELA 5**  
**BRASIL E NORDESTE:**  
**PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS SETORES NO PIB\***  
**(1965 /75 /85 /90)**

ANOS	AGROPECUARIA		INDÚSTRIA		SERVIÇOS	
	BRASIL	NORDESTE	BRASIL	NORDESTE	BRASIL	NORDESTE
1965	-	29,1	-	23,1	-	47,8
1975	12,25	23,9	37,41	27,6	51,34	48,5
1985	10,50	16,2	40,10	30,1	49,40	53,7
1990	9,26	14,4	34,20	28,2	56,54	57,4

FONTES: IBGE / SUDENE / Comissão Pastoral Operária (CPO); Centro de Formação Urbano

Rural Irmã Araújo (CEFURIA). *O Mundo do trabalho em dados - 1995*. Curitiba, s/c, s/a. p.70.

\* OBS.: A participação no PIB refere-se especificamente, no caso do Brasil, ao PIB nacional; no caso do Nordeste, ao PIB regional.

A partir dos dados apresentados na tabela 5, torna-se mais fácil compreender por que, quando se dá a demonstração do relevamento do PIB das regiões brasileiras, o PIB da região Nordeste apresenta-se sempre em taxas crescentes, quando algumas das regiões chegam a apresentar quedas nos mesmo período, como mostra a tabela 6.

**TABELA 6**  
**COMPOSIÇÃO DO PIB POR REGIÃO NOS ANOS DE 1970 /80 /85 /92**  
 ( Em percentagem do PIB )

<i>REGIÕES</i>	<i>1970</i>	<i>1980</i>	<i>1985</i>	<i>1992</i>
NORTE	2.24	3.48	4.35	5.53
<b>NORDESTE</b>	<b>12.01</b>	<b>12.12</b>	<b>13.83</b>	<b>15.86</b>
SUDESTE	65.00	62.16	59.40	56.18
CENTRO OESTE	3.72	4.99	5.33	5.69
SUL	17.04	17.25	17.09	16.74
BRASIL	100	100	100	100

FONTE: Comissão Pastoral Operária (CPO); Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo (CEFURIA). *O Mundo do trabalho em dados - 1995*. Curitiba, s/c, s/a. p.75.

A partir dos dados apresentados na tabela 6, é possível constatar um certo crescimento da região Nordeste, ocorrido ao longo dos anos, mesmo em números “pequenos”. O Nordeste apresentou um comportamento evolutivo, que vai de encontro às taxas das regiões mais desenvolvidas e industrializadas do Brasil; enquanto o Nordeste aumentava sua participação no PIB nacional, estas regiões (Sul e Sudeste) diminuíam suas participações. Como já foi dito anteriormente, é possível perceber o porque do aumento da participação nordestina quando se observam os dados apresentados na tabela 5, os setores de serviço e indústria são os grandes responsáveis por este crescimento. No entanto, a agricultura teve sua participação diminuída, a agricultura tradicional, mas a agricultura voltada para a produção de frutas, verduras e grãos neste mesmo período apresentou crescimento.

A exportação teve uma participação importante para o desenvolvimento da região nesse período. A região duplicou seu valor exportado: passou, em 1975 de US\$ 1,5 bilhões, para US\$ 3 bilhões em 1990.<sup>18</sup> É válido ressaltar que estas exportações foram frutas tropicais e produtos semimanufaturados, provenientes, em grande parte, da agroindústria de modo que os produtos tradicionais perderam seu espaço. Foi do

<sup>18</sup> Id. Ibid., p. 131.

atendimento a esta demanda cada vez mais crescente que as sub-regiões passaram a se desenvolver no Nordeste, onde se localizam atualmente os “focos” de modernidade, os chamados pólos agroindustriais. Para os dados referentes à comercialização geral com o exterior e as suas respectivas taxas de crescimento em relação aos anos 70, o IBGE apresenta para o Brasil e para a região Nordeste os seguintes números ao longo dos anos 70, 80, 85 e 90 expostos na tabela 7.

**TABELA 7**  
**EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES NO BRASIL E NO NORDESTE**  
**NOS ANOS DE 1970, 1980, 1985 e 1990**

	Brasil				Nordeste			
	1970	1980	1985	1990	1970	1980	1985	1990
Quantidade (t)	39.969.585	109.100.450	146.351.383	168.094.790	1.230.348	4.220.072	6.968.485	5.969.113
Valor US\$ 1.000	12.903.608	20.132.401	25.639.000	31.413.756	754.769	2.231.401	2.429.000	3.030.379
Participação do Nordeste no comércio exterior (%)	100	100	100	100	3,2	2,6	2,1	2,8
taxa de crescimento (%)	---	56,02	99,80	143,44	---	195,64	221,82	301,49

**FONTE: IBGE: Anuário Estatístico 1971,1982,1986 e 1992.**

**(\*) As taxas de crescimento são referentes ao valor das exportações, tendo 1970 como ano base.**

A partir dos dados demonstrados na tabela 7, percebe-se que o Nordeste “sofre” de uma certa instabilidade na sua participação no comércio exterior e que, desde os anos 90, passou a apresentar um aumento relativo nesta participação. Numa recente entrevista, dada pelo Vice-Presidente da República, Marco Maciel, ele afirma: “(...) de acordo com os dados do Ministério da Indústria e Comércio indicam que as exportações das regiões Norte e Nordeste para os países membros do MERCOSUL cresceram 130% de 1991 a 1995. Mas seu percentual em relação ao total das exportações do país para aqueles países caiu de 6,1 para 5,5%.”<sup>19</sup>

De acordo com os estudos realizados acerca da dinâmica do Nordeste, é perceptível a tendência da região a ampliar suas relações com o mercado externo (assunto a ser tratado posteriormente). Estas novas relações extra-regionais se deram através dos pólos agrícolas e agroindustriais da região. Tânia Bacelar mostra, na sua análise, que, a partir dos anos 70, o perfil produtivo da agropecuária nordestina envereda por este “novo” caminho. Em consequência disto, a região “(...) reduzia a área cultivada com algodão, mamona, mandioca, sisal, expandia a área ocupada com cana-de-açúcar, arroz, cacau, feijão, laranja e milho. Ao mesmo tempo, algumas culturas não-tradicionais na região, pelo valor de mercado relativamente alto que possuem, apresentaram peso crescente na produção regional: é o caso de frutas como mamão, manga, melancia, e uva (nas áreas irrigadas pelo São Francisco), do cacau e abacaxi (em manchas favoráveis do Sertão e do Agreste), e do tomate, café, soja e borracha (em áreas favoráveis do São Francisco, do Agreste, do Cerrado e da Zona da Mata, respectivamente). Esses produtos que representavam, em 1970, apenas 3% do valor da produção agrícola do Nordeste, crescendo seu peso para 13,5% em 1989.”<sup>20</sup>

Para a referida autora, o Nordeste, a partir da nova base agrícola implantada, adquirira uma nova “(...) vocação para a produção de produtos cujo beneficiamento se

---

<sup>19</sup> Manoel Mendes. “Nordeste precisa se integrar ao MERCOSUL”. In: Seção Geral, João Pessoa, O Norte, 20 de outubro de 1996, fl. 18.

<sup>20</sup> Tânia Bacelar de Araujo. Op. cit, p. 129.

dará fora do Nordeste e, em alguns casos, fora do país. Salvo em casos como o das frutas tropicais, enviadas “in natura” para o mercado consumidor externo, ou da uva, transformada em vinho no Nordeste, ou do farelo de soja, parte importante da produção agrícola e mineral da região é vendida para ser transformada fora.”<sup>21</sup> Portanto, os produtos semi-manufaturados, nos anos 80, passam a ser o maior percentual de venda do Nordeste para o resto do mundo.<sup>22</sup>

Para a agropecuária do Nordeste brasileiro, apesar da queda nas taxas de crescimento nos anos 80, ainda pode ser considerada uma das mais importantes atividades econômicas. O Nordeste, de acordo com a última estimativa demográfica do IBGE-1993, possui 43.792.133 habitantes (28,9% da população total do país), apresenta uma densidade demográfica de 28,05 habitantes por quilômetro quadrado. Deste total, aproximadamente 40% da população ainda vive na zona rural. Estes dados confrontam-se, enormemente, com os do conjunto do país que apresenta uma população rural em torno de 24,6% do total da sua população.<sup>23</sup> No Nordeste, no decorrer da década de 80, a agricultura participava na composição econômica da região, com uma média de 15,3% do PIB. Este mesmo percentual em relação ao resto do país, na década de 80, era em torno dos 11%.<sup>24</sup> No início dos anos 90, estes percentuais passam, respectivamente, para 14,4% e 20% (dados da SUDENE para 1990). Afirmar que a agricultura cresceu na década de 80 parece ser contraditório quando se observam os dados. No entanto, quando se afirma que o crescimento da agricultura se deu em subsetores, aqueles voltados para a produção de hortifrutícolas, a afirmação de que existiu o crescimento passa a ser perfeitamente aceitável, visto que este crescimento foi **relativo**. Esta constatação pode ser feita quando se compara a participação do setor agrícola na composição econômica regional. Esta caiu, na década de 70, de 30 pontos percentuais para os 14,4 do início da década de 90. É interessante ressaltar que, nos anos 70, a

---

<sup>21</sup> Id. Ibid., p. 130.

<sup>22</sup> Id. Ibid., p. 146.

<sup>23</sup> IBGE. Censo Demográfico - Estimativa, 1993.

<sup>24</sup> G. M. Gomes & J. R. Virgolino. *A Macroeconomia do Desenvolvimento Nordestino: 1960/1994*. Texto para discussão nº 372. Brasília, IPEA, 1995.

produção do setor agrícola era fundamentada no trinômio: boi - algodão - culturas de subsistência.

Apesar de a agricultura ter diminuído sua participação no PIB nos anos 80, isso não implica, necessariamente, uma queda de produção e de produtividade, mas possivelmente o aumento da participação dos setores de indústria e de serviços. Para tanto, as tabelas 8 e 9 demonstram a evolução dos principais produtos agrícolas tradicionais e de alguns dos principais produtos “alternativos” do Nordeste, nos últimos vinte anos.

**TABELA 8**  
**EVOLUÇÃO DA ÁREA CULTIVADA, QUANTIDADE PRODUZIDA,**  
**RENDIMENTO MÉDIO DAS PRINCIPAIS LAVOURAS**  
**DO NORDESTE NOS ANOS DE 1970/1980/1990**

PRODUTOS	ÁREA (HA)			QUANTIDADE PRODUZIDA (T)			RENDIMENTO MÉDIO (KG/HA)		
	1970	1980	1990	1970	1980	1990	1970	1980	1990
CAVE	287.486	296.081	249.109	263.299	234.981	185.156	915	793	743
MGODÃO*	2.953.390	2.904.832	841.861	516.915	384.024	189.558	175	109	225
ARROZ	763.042	1.275.185	1.050.863	856.002	1.483.538	855.288	1.121	1.163	813
BATATA DOCE	63.694	32.577	25.025	522.031	249.503	204.687	8.195	7.658	8.179
ACAU	412.224	438.113	548.538	188.598	302.481	298.060	457	690	543
MANA-DE- AÇÚCAR	625.207	1.025.888	1.476.795	26.900.395	47.935.479	71.689.738	43.026	46.725	48.543
FEIJÃO	1.199.378	1.791.329	1.995.039	448.061	501.283	580.037	373	279	290
ALMO (em folha)	73.507	87.605	46.855	56.263	72.799	45.124	770	830	963
AMONDA	269.394	354.437	267.581	208.803	154.959	123.428	775	437	461
MANDIOCA	995.418	1.293.021	1.108.617	12.198.230	13.324.339	11.832.690	12.254	10.304	10.673
ABÓRGO	1.700.545	2.193.108	2.139.037	870.829	830.460	648.582	512	378	303

FONTE: IBGE : Produção Agrícola Municipal 1970, 1980 e 1990

(\*) Inclusive Arbóreo.

**TABELA 9**  
**EVOLUÇÃO DA ÁREA CULTIVADA, QUANTIDADE PRODUZIDA,**  
**RENDIMENTO MÉDIO DAS "NOVAS" LAVOURAS DO NORDESTE**  
**NOS ANOS DE 1970/1980/1990**

PRODUTOS	ÁREA (HA)			QUANTIDADE PRODUZIDA (T)			RENDIMENTO MÉDIO (KG/HA) **		
	1970	1980	1990	1970	1980	1990	1970	1980	1990
ABACAXI *	13.614	12.639	16.477	133.295	196.306	426.988	9.791	15.531	25.914
CAJU *	***	183.443	***	759.778	6.571.412	***	***	370.008	***
CASTANHA de caju	***	***	573.794	***	***	106.634	***	***	2.639
COCO-DA-BAIA *	111.743	159.717	198.006	612.049	498.951	619.698	5.477	3.123	3.129
LARANJA *	21.348	49.082	73.789	1.572.521	4.623.615	6.628.820	73.661	94.201	89.834
MANDARINA *	***	28.695	16.977	490.817	1.138.276	897.966	***	439.191	475.394
MELANCIA *	***	50.280	35.962	71.354	41.882	52.769	***	10.801	13.333
MELÃO *	***	3.254	5.353	3.988	23.483	50.062	***	30.792	68.546
SOJA	16	1.098	376.814	25	2.320	225.502	1.562	1.168	598
SORGO (granífero)	***	4.383	16.786	116	2.973	11.060	***	4.561	3.384
TOMATE	14.113	11.789	21.626	144.723	279.177	631.684	10.254	23.681	29.209
UVA	157	503	1.139	4.868	4.692	14.483	31.006	21.445	12.716

FONTE: IBGE: Censo Agropecuário 1970/ Produção Agrícola Municipal 1980 e 1990

(\*) A quantidade destes produtos é dada por mil frutos.

(\*\*) O rendimento médio obtido dos produtos com asteriscos são dados por mil frutos por hectare plantado.

(\*\*\*) Os dados aos referidos períodos não foram encontrados.

Faz-se necessário ressaltar que muitas das culturas produzidas no Nordeste, nos anos 80, podem não ter sido expressivas, em relação à produção total do país. No entanto, são demasiadamente importantes para a sub-região ou estado onde são produzidas. Seria o caso, no início dos anos 90, das seguintes produções:

1. abacaxi - **Paraíba** (maior produtor do Brasil);
2. melão, sorgo(granífero), cebola, tomate, uva, abacate e goiaba - **Pernambuco** (2º maior produtor de goiaba do Brasil);
3. cana-de-açúcar - **Alagoas** ( 2º maior produtor do Brasil);
4. banana, uva, melancia, melão, mamão e cebola - **Bahia** ( maior produtor de mamão e de cacau do Brasil);
5. banana, castanha de caju e melão - **Rio Grande do Norte**;
6. abacate, melão e castanha de caju - **Ceará** ( maior produtor de castanha de caju do Brasil);
7. laranja e maracujá - **Sergipe** (maior produtor de maracujá, e um dos maiores produtores de laranja do Brasil );
8. arroz e melancia - **Maranhão** ( um dos maiores produtores de melancia do país);
9. arroz e castanha de caju - **Piauí** ( 2º maior produtor de castanha de caju do Brasil);

Estes produtos, denominados por alguns estudiosos de “produtos dinâmicos”, são provenientes da agricultura irrigada, das áreas onde se desenvolveram (e ainda se desenvolvem) os projetos de irrigação, públicos e privados, são os aqui já denominados neste trabalho, pólos de desenvolvimento. Estes projetos foram o resultado direto do modelo de desenvolvimento adotado para a região, no final dos anos 70, que visava a promover o fortalecimento da economia agrícola da região, com a agricultura irrigada. O governo passa a acreditar no financiamento e na implantação de uma “política hidrológica” para desenvolver a região.

---

A agricultura irrigada, apesar de ser uma das atividades mais antigas do mundo, passa a ser utilizada no Nordeste e deveria funcionar para a região como um “processo de modernização”, tendo como objetivo o de aumentar a produção, via incremento da produtividade da terra, e a possibilidade de produzir novas culturas, para a região. A partir do desenvolvimento desse modelo, haveria geração de empregos, aumento da produção agrícola e progresso para a região. Portanto, na década de 80, falar sobre a agricultura com altos índices de produtividade no Nordeste passou a ser falar sobre a produção de culturas alternativas em área irrigada, uma das poucas que apresentava um crescimento considerável. No decurso deste período, a agricultura irrigada assumiu um importante e definitivo lugar. Em consequência disto, o Nordeste transformou-se numa grande “colcha de retalhos”, com prósperas áreas agrícolas irrigadas, as áreas de produtos tradicionais em crise e sendo palco do surgimento de áreas com grandes pólos agroindustriais.

Quando se deu a publicação do **II Plano Nacional de Desenvolvimento**,<sup>25</sup> veio anexo o **Programa de Irrigação do Nordeste semi-árido**, que deveria ser posto em prática sob a supervisão do **DNOCS** para o início dos anos 80. Os projetos postos em prática a partir da execução deste plano foram os seguintes:

#### **1 - Projetos Instalados ( 1978 ) - Denominado: Projeto Sertanejo**

- 1- Piripiri ( P. I.\* Caldeirão - PI )
- 2- Simplício Mendes ( P.I. Fidalgo - PI )
- 3- Tavá (P.I. Várzea do Boi - CE )
- 4- Icó ( P.I. Lima Campos - CE )
- 5- Caicó ( P.I. Itans - Sabugi - RN )
- 6- Pau dos Ferros ( P.I. Pau dos Ferrôs - RN )
- 7- Sumé ( P.I. Sumé - PB )
- 8- Souza ( P.I. São Gonçalo - PB )
- 9- Salgueiro ( P.I. Boa Vista - PE )
- 10- Custódia ( P.I. Custódia - PE )
- 11- Santana do Ipanema ( Núcleo do 4º Distrito de Engenharia Rural - AL )
- 12- N. S. Glória ( Fazenda Experimental\*\* de Área Seca N. S. da Glória - SE )

---

<sup>25</sup> DNOCS. *II Plano Nacional de Desenvolvimento. Programa de Irrigação do Nordeste Semi-Árido, 1976 - 1979.* Fortaleza, DNOCS, 1976.

\* **P. I.** : significa Projeto de Irrigação

\*\* **Fazendas Experimentais:** São fazendas de estudos experimentais para áreas secas, com o objetivo de buscar o melhoramento de culturas agrícolas ( melhoramento de forrageiras nativas, aclimatização de plantas exóticas às condições regionais, melhoramento genético de plantas xerófilas de valor econômico), e melhoramento de rebanhos ( ovino, caprino, bovino e suíno ). Estas Fazendas, na grande maioria, procuram desenvolver as chamadas `Áreas de Sequeiro`, que correspondem a áreas utilizadas com lavouras em regime de chuvas que, embora associada ao perímetro de irrigação, não se beneficia diretamente da infra-estrutura hidráulica do perímetro de irrigação.

## **II - Projetos a serem instalados - responsabilidade do DNOCS, início dos anos 80:**

- 1- Fronteiras ( P. I. Gurguéia ) Fronteiras - PI
- 2- Forquilha ( P. I. Forquilha ) Sobral - CE
- 3- Baixo Açu ( P. I. Baixo Açu ) Açu - RN
- 4- Acari ( Núcleo da 3º DR ) Acari - RN
- 5- Eetevão Marinho ( Núcleo da 3º DR ) Coremas - RN
- 6- Cachoeira II ( P. I. Cachoeira II ) Serra Talhada - PE
- 7- Moxotó ( P. I. Moxotó ) Ibimirim - PE
- 8- Palmeira dos Índios ( 3º Distrito de Eng. Rural ) Palmeira dos Índios - AL
- 9- Jacurici ( P. I. Jacurici ) Itiuba - BA
- 10- Cocorobó ( P. I. Vaza Barris ) Euclides da Cunha - BA

## **III - Vales prioritários: "Futuros" pólos de desenvolvimento:**

- 1- Vale do Gurguéia ( PI )
- 2- Baixo Parnaíba ( PI )
- 3- Vale do Acaraú ( CE )
- 4- Vale do Jaguaribe ( CE )
- 5- Vale do Apodi ( RN )
- 6- Vale do Piranha ( PB/RN )
- 7- Vale do Itapicuru ( BA )
- 8- Vale do Rio De Contas ( BA )

## **IV - Instalação de "postos experimentais":**

- 1- **PIAUÍ** - Lameiro, Longá
- 2- **CEARÁ** - Quixadá
- 3- **PARAÍBA** - Pendência

4- PERNAMBUCO - Sertânia

5- SERGIPE - N. S. Glória

6- BAHIA - Vauá

### 2.2.1. A AGRICULTURA IRRIGADA NO NORDESTE

Como já foi mencionado, na década de 80, discorrer sobre agricultura com altos índices de produtividade no Nordeste é tratar sobre agricultura irrigada. Ao longo dos anos 80, esta atividade assumiu um papel fundamental para o desenvolvimento de algumas subáreas no Nordeste, através das quais, o Nordeste transformou-se num grande complexo de subsetores produtivos, diversamente opostos, dando origem aos atuais pólos de desenvolvimento agrícolas e agroindustriais da região.

A irrigação constitui uma das práticas mais importantes para a agricultura, pois permite, em determinados períodos, de acordo com as exigências de cada cultura, manter as boas propriedades físicas do solo e valorizar regiões que se encontram em desuso. Um dos conceituados estudiosos sobre irrigação da atualidade, Alberto Daker, incentiva a irrigação, mostrando que esta pode ser transformada num dos mais fortes aliados de uma produção agrícola. Afirma que qualquer produtor rural teria uma série de vantagens com o uso dela, como a produção garantida, já que esta deixaria de depender da chuva: maior produção por unidade de área, obtenção de mais de uma colheita por ano, obtenção de colheitas fora do período normal e mais uma série de outras vantagens, inclusive sociais.<sup>26</sup>

O Brasil possui uma área territorial de 851 milhões de hectares e explorando em baixa produtividade somente 200 milhões (150 milhões de ha em pecuária e 50 milhões em agricultura). Até meados dos anos 80, irrigava uma área de aproximadamente 2

---

<sup>26</sup> Alberto Daker. *Irrigação e Drenagem*. Vol. III, 6ª edição. Rio de Janeiro, Freitas Boas, 1984. p. 16.

milhões de hectares, ou seja, apenas 4% de sua área cultivada,<sup>27</sup> uma grande disparidade quando se sabe que a potencialidade atual de irrigação no Brasil ultrapassa os 30 milhões de hectares. No Nordeste, até o ano de 1985, “(...) señalaban la existência de 260 mil hectáreas irrigadas, de las cuales 71.275 eran de iniciativa pública y el restante de iniciativa privada.”<sup>28</sup>

Antes de se fazer qualquer tipo de referência à agricultura irrigada no Nordeste, um breve histórico se faz necessário. Apesar das características climáticas da região, a irrigação só passou a constituir-se uma preocupação governamental nos fins do século passado, quando se deu o primeiro projeto público de irrigação no Nordeste. No entanto, a princípio, a intenção central do governo (dos muitos que se sucederam até o início dos anos 60) era a de combater a seca, ação, que comumente, se fazia mediante a construção de açudes e barragens. Os primeiros estudos, realmente amplos, das possibilidades de irrigação, no Nordeste e no restante do Brasil, só foram iniciados a partir dos anos 70. E veio a ser produzido a partir de um consórcio de firmas que trabalharam para o então recém-criado Grupo Executivo de Irrigação para o Desenvolvimento Agrícola (GEIDA). Como resultado desta análise, aproximadamente 1/3 da área total do país foi considerado como apto a desenvolver projetos de irrigação. Essa área abrangia o Nordeste, o Leste, o Sudeste e o Sul brasileiros.<sup>29</sup>

De forma mais minuciosa, pode-se dizer que um interesse maior pela irrigação passa a existir na década de 30: é criada a lei de nº 175 de 07 de janeiro de 1936, que fixava as regiões em que deveriam ser realizadas as grandes obras governamentais, que não foram levadas adiante. As razões apresentadas pelo DNOCS para a não execução das obras estariam nas seguintes causas: a resistência dos próprios usuários a inovações, o desconhecimento e a falta de preparo dos proprietários de terras, tudo isso associado à

---

<sup>27</sup> Ibid., pp. 10 -11.

<sup>28</sup> Eugênio Maffei & Hermínio Ramos de Souza. “Modernización y empleo agrícola: la expansión da la agricultura irrigada en Brasil”. In.: *Revista Agricultura y Sociedad*. S/1, Julio/Septiembre - 1990. p. 167.

<sup>29</sup> Gustavo M. Gomes. *A Política de irrigação do Nordeste: Intenções e Resultados*. Texto para discussão Nº 75. Recife. CME - PIMES - UFPE. Junho/1979, pp. 2- 3.

falta de recursos. Acrescentem-se a essas causas as de natureza política, como a inexistência de uma lei de irrigação que disciplinasse o uso e a posse da terra e as relações entre os usuários das obras e o governo.<sup>30</sup>

Portanto, “foi a partir do relatório publicado em 1958 pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), que a irrigação passou a ser abordada como uma estratégia para o fortalecimento da zona semi-árida. A SUDENE, a agência criada dentro da nova perspectiva de combate ao subdesenvolvimento, seguindo as linhas de ação preconizadas pelo GTDN realizou, no terreno da irrigação, levantamentos sistemáticos dos recursos naturais da região e de suas potencialidades agronômicas, além de começar a implantação de alguns projetos. Nessa ocasião colaboraram com a SUDENE nos levantamentos dos vales do São Francisco e do Jaguaribe, a FAO, o United States Bureau of Reclamation e o governo Francês.”<sup>31</sup>

É interessante salientar que “até a criação da SUDENE, quando se definiu um novo modelo para a economia do Nordeste e se formularam as estratégias para o seu desenvolvimento, não havia praticamente nenhuma ligação entre as medidas de combate às secas, o desenvolvimento da agricultura irrigada e a melhoria das condições socio-econômicas da área.”<sup>32</sup> Medida nesse sentido só seria tomada em 1964, com a lei nº 4.593 de 29 de dezembro de 1964, que criava uma política nacional com estratégias para o desenvolvimento do Nordeste. A irrigação era mencionada como uma das medidas de modernização tecnológica da agricultura.

Vários órgãos, projetos, programas e planos de desenvolvimento foram elaborados e adotados para a região, em meados dos anos 50. Dentre os maiores e mais conhecidos, se podem citar os seguintes:<sup>33</sup>

---

<sup>30</sup> Maria Angélica Braga de Avellar. *O DNOCS e a irrigação no Nordeste*. Fortaleza, MINTER/DNOCS, 1976, p. 9.

<sup>31</sup> *Ibid.*, p. 10.

<sup>32</sup> *Id. Ibid.*, 10.

<sup>33</sup> Comissão Brasileira para o Programa Hidrológico Internacional (COBRAPHI). *Projeto Regional Maior e a Região Semi-Árida do Brasil*. Brasília, fev. de 1992, pp. 37 - 40.

a) **DNOCS** - Este órgão pode ser considerado o pioneiro. Datam de 1910 as primeiras observações hidrométricas (leituras e medições de descargas e pluviometrias) do Brasil, realizadas em Fortaleza - CE pelo **IOCS** (Inspetoria de Obras Contra as Secas), passando a ser, posteriormente **IFOCS** (Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas), até ser instituído, em meados de 1930 o **DNOCS** (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas).

b) **BNB** (Banco do Nordeste do Brasil). - Criado em 1952, este banco tinha como objetivo o de dar respaldo financeiro às atividades que se desenvolveriam na região.

c) **SUDENE** (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste). - Esta instituição foi criada em 1959, quando se questionava a validade das políticas contra a seca. A função destinada a este órgão foi a de planejar (e promover) o desenvolvimento regional. Neste órgão foi estruturado o **Departamento de Recursos Naturais**, no qual existia um **Setor de Hidrogeologia** destinado a inventariar as águas subterrâneas e implementar um racional programa de perfuração e exploração de poços.

d) **PIN** (Programa de Integração Nacional). - Posto em prática no ano de 1970, para dar ênfase à irrigação pública nas regiões Norte e Nordeste. Durante muitos anos, se havia acumulado água sem ser utilizada para fins agrícolas. Até 1966 o Nordeste tinha 234 açudes públicos e 591 particulares, acumulando 12,4 bilhões de metros cúbicos, enquanto que a área irrigada não ultrapassava os 30 mil hectares. O PIN estava incluído no **Programa de Metas e Bases para a Ação de Governo** (1970 - 71), que pretendia expandir a área irrigada do Nordeste em 20%.

---

Os órgãos, os projetos, os programas e os planos de desenvolvimento governamentais foram citados a partir dos estudos realizados pela COBRAPHI, que executou o projeto acima mencionado, financiado pelos organismos das Nações Unidas, com o intuito de resolver os problemas hidrológicos em áreas rurais.

e) **POLONORDESTE** - O POLONORDESTE é o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas, criado em 1974, com vistas a equacionar e superar, progressivamente, de modo ordenado e integrado, as distorções prevaletentes no meio rural do Nordeste. Neste programa, deveria integrar 2,1 milhões de pequenos agricultores à economia de mercado.

f) **PROJETO SERTANEJO**. - Com o nome de Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semi-Árida do Nordeste, este órgão foi criado em 1976, com o objetivo de fortalecer as pequenas e as médias unidades de produção agropecuária, tornando-as mais resistentes aos efeitos das secas, de modo que normalizasse o processo de produção. O programa fundamentava-se na valorização hidrológica das propriedades com recursos de poços, de pequenos e de médios açudes.

g) **PROHIDRO**. - Trata-se de um Programa de Aproveitamento de Recursos Hídricos, instituído em 1979 para consubstanciar um conjunto de medidas complementares ao POLONORDESTE e ao PROJETO SERTANEJO e aos programas de irrigação do Nordeste. A respeito disso, cabe referir a promulgação da **Lei 6.662/79**, que dispunha sobre a Política Nacional de Irrigação, consolidando a agricultura irrigada no Nordeste.

h) **PROVÁRZEAS** - Este é o Programa Nacional para o Aproveitamento Racional de Várzeas Irrigadas, criado em 1981, com a finalidade de promover a utilização racional e gradativa de áreas de várzeas nacionais ao nível da propriedade rural, mediante saneamento agrícola, drenagem e irrigação.

Atualmente, o grande “achado” dos planos de desenvolvimento são os chamados **Projetos de Transposições de Águas**. No Estado do Ceará, foi posto em prática em 1995 o **Projeto de Transposição das Águas do Jaguaribe**; Em 1996 será a vez do **Projeto de Transposição das Águas dos Açudes de Mãe D’água e Coremas**, na Paraíba. Está para ser posto em prática o grande **Projeto de Transposição das Águas do São Francisco** o qual beneficiará os Estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do

---

Norte e Ceará. Seja qual for a ação no campo hídrico que se pretenda realizar futuramente, "(...) é muito importante deixar explícito, neste ponto, o reconhecimento de que a irrigação constitui, para parte considerável do semi-árido do Nordeste, a única possibilidade de viabilizar uma agricultura diversificada e de alta produtividade física (...)."34

Quando se pensa na agricultura irrigada no Nordeste, pensa-se na importância dela para esta região. Uma avaliação da importância deste tipo de agricultura pode começar partindo-se de duas colocações: A primeira, oriunda de um relatório de pesquisa realizado e publicado pelo PIMES, no início dos anos 90, afirma que, apesar do desenvolvimento alcançado pela região, o Nordeste ainda pode ser considerado uma das regiões de mais baixa inexpressividade econômica e produtiva do Brasil, não só pela sua localização geográfica, mas também pelo atraso da sua base técnica (problema este, intensificado pelos movimentos migratórios). E aponta uma possível superação desse atraso na expansão da agricultura irrigada, nas áreas propícias ao seu desenvolvimento.<sup>35</sup>

A seguinte colocação, feita no final dos anos 70, numa palestra proferida pelo Engenheiro do DNOCS, José Oswaldo Pontes, para a Comissão de Agricultura do Senado Federal, em defesa da implantação de uma política irrigatória no Nordeste. O então Diretor Geral do DNOCS partiu de uma descrição das características físicas da região para defender suas propostas. Segundo ele, "(...) o clima é semi-árido e, em condições normais, apresenta-se particularmente favorável ao desenvolvimento biológico. Esta circunstância devemos, de modo especial, a **temperatura** propícia, praticamente constante, pois varia entre médias anuais de 23°C e 27°C; à **umidade relativa do ar**, da ordem de 60% e à **insolação** média anual de 2.800 horas. Este último parâmetro tem importância essencial para o fenômeno da fotossíntese. Além disso, abre largas perspectivas como fonte energética não convencional. Dos fatores climáticos,

---

<sup>34</sup> Gustavo M. Gomes. Op. cit., pp. 33.

<sup>35</sup> Augusto Cezar de Oliveira (coord.). *Impactos Econômicos da Irrigação sobre o Pólo Petrolina - Juazeiro*. Recife, PIMES / UFPB, Abril de 1991, pp. 13-14.

todavia a **pluviosidade** e a **evaporação** aparecem como fundamentais para a caracterização do Nordeste. As precipitações pluviométricas, variando entre 400 e 800 mm de média anual, situam-se entre limites razoáveis, compatíveis mesmo com as regiões de grande desenvolvimento. A elevadíssima evaporação, entretanto, com 2.000 mm/ano, conduz a um balanço hídrico altamente deficitário. Em agravamento a essa situação, as chuvas concentram-se em um único período, tem distribuição anual irregular e variações cíclicas aleatórias, com fases catastróficas ao longo do tempo. À pluviosidade e à evaporação associam-se a aspectos geológicos e condições fisiográficas que configuram no Polígono das Secas, o seu sistema hidrológico, a qualidade do seu solo e a natureza da sua cobertura vegetal.”<sup>36</sup>

De acordo com muitos estudiosos, uma das razões apontadas para o desenvolvimento do Nordeste encontra-se no fato de que aproximadamente 65% de sua região é localizada em área semi-árida, o que traz grande vulnerabilidade para a economia local. As condições climáticas do Nordeste são usadas como um dos principais argumentos para justificar a falta de desenvolvimento da região. Há muitos anos, ordens políticas vêm sendo aplicadas para promover a decolagem da região; no entanto são políticas ineficazes e, na grande maioria clientelistas. Projetos de desenvolvimento realmente sérios foram poucos.

Neste trabalho se pretende mostrar que, na relação das atividades programadas com o intuito de fortalecer a economia da região Semi-Árida, a irrigação surge como a mais promissora. É importante salientar que a irrigação não pode ser vista como a atividade que vai solucionar todos os problemas da região, mas deve ser vista como uma atividade que poderá proporcionar um progresso considerável. O que demais proveitoso se poderia retirar desta exposição é o notório e irrefutável, fato de que o Nordeste possui um grande potencial agrícola; entretanto, um dos principais elementos indispensáveis para se desenvolver com sucesso qualquer tipo de agricultura é escasso nesta região: a

---

<sup>36</sup> José Osvaldo Pontes. Plaquete intitulada: *O Trabalho do DNOCS e o Programa de Irrigação no Nordeste Semi-Árido*. Brasília, MINTER, 1978, p. 7.

água. O potencial que a região possui, especialmente para a produção de produtos tropicais, teria pleno êxito com a da implantação de um sistema produtivo irrigatório. Um exemplo disto é a próspera agricultura irrigada, que aqui se desenvolveu ao longo dos anos 80, confirmando que a região Nordeste é extremamente viável, em relação à produção agrícola, e que o maior obstáculo, o enorme fator limitante para este desenvolvimento, é a escassez de recursos hídricos.

Para se reconhecer a importância assumida pela agricultura irrigada para a região Nordeste, basta saber que os pólos de irrigação já estão sendo tratados como sub-regiões específicas, como áreas definidas para se fazer em levantamentos econômicos. Nos estudos realizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o Nordeste aparece dividido em quatro tipos áreas econômicas: Metropolitanas, Zona da Mata, semi-árido e Pólos de irrigação.<sup>37</sup> A razão atribuída pelo IPEA para esta divisão foi que os pólos de desenvolvimento, apesar de se encontrarem localizados na região do semi-árido, possuía uma agricultura moderna, embasada em técnicas de alta produtividade e em produtos de elevada elasticidade-renda da demanda e era uma microrregião em pleno desenvolvimento. Num dos relatórios apresentados por este instituto de pesquisa foram divulgados os seguintes dados, que mostram terem os pólos de irrigação multiplicado seus produtos e terem um grande incremento:

---

<sup>37</sup> G. M. Gomes & J. R. Virgolino. Op. cit., pp. 77-81.

**TABELA 10**  
**NORDESTE E SUB-REGIÕES**  
**ESTIMATIVAS DOS PRODUTOS BRUTOS POR SUB-REGIÃO,**  
**1970/1975/1980/1985/1988/1992**  
**(EM MILHÕES DE DÓLARES DE 1992)**

Sub-Região	ANOS					
	1970	1975	1980	1985	1988	1992
<b>Metropolitana</b>	5.165	9.607	16.286	23.288	29.065	32.081
<b>Mata</b>	5.774	9.270	12.120	15.863	14.044	19.824
<b>Semi-Árido</b>	8.457	12.629	16.263	15.958	20.193	9.350
<b>Irrigação</b>	<b>191</b>	<b>370</b>	<b>556</b>	<b>845</b>	<b>886</b>	<b>1.122</b>
<b>total - Ne</b>	19.587	31.876	45.225	55.954	64.188	62.379
( Em Números-Índice, 1970 = 100 )						
<b>Metropolitana</b>	100,0	186,0	315,3	450,9	562,7	621,1
<b>Mata</b>	100,0	160,0	209,9	274,7	243,2	343,3
<b>Semi-Árido</b>	100,0	149,3	192,3	188,7	238,7	110,6
<b>Irrigada</b>	<b>100,0</b>	<b>193,7</b>	<b>291,1</b>	<b>442,4</b>	<b>463,9</b>	<b>587,4</b>
<b>Total - Ne</b>	100,0	162,7	230,9	285,7	327,7	318,5

FONTE: G. M. Gomes & J.R. Virgolino. *A Macroeconomia do desenvolvimento nordestino: 1960/1964.* texto para discussão nº 372. Brasília, IPEA, 1995.

A fim de análise neste trabalho, foi usada apenas a agricultura irrigada pública. A justificativa pode ser dada a partir de um argumento usado por José Graziano da Silva, que aponta as "(...) inúmeras dificuldades de análise dos projetos privados de irrigação e de seus impactos na região em que se inserem (...)." <sup>38</sup> O autor afirma que, em grande parte, a dificuldade encontra-se nos diferentes empreendimentos e na forma como operam os particulares. Em outras palavras: são marcantes as diferenças entre as áreas de irrigação pública e a privada. Os perímetros particulares não apresentam

<sup>38</sup> José Graziano da Silva (coord.). *A irrigação e a problemática fundiária no Nordeste.* Campinas, Instituto de Economia/PRONI, 1988, p. 100.

homogeneidade nas suas estruturas, nem tampouco dão a mesma continuidade aos seus projetos - isto é afirmado sem aludir à diferença relativa entre os pequenos e os grandes empreendimentos agrícolas. Portanto definir os mesmos parâmetros de análise para a irrigação privada como um todo não é fácil. Na verdade foram os grandes projetos de irrigação pública que mudaram a paisagem do Nordeste.

Quanto à primeira, o DNOCS publica todos os anos, no seu relatório anual, a situação dos perímetros que se encontram sob sua responsabilidade. Uma parcial desse acompanhamento foi apresentada na tabela 11, para mostrar como caminhou a irrigação pública nos anos 80.

**TABELA 11**  
**EVOLUÇÃO DOS PERÍMETROS E DAS ÁREAS PÚBLICAS IRRIGADAS NO**  
**NORDESTE NOS ANOS DE 1980 /1986 /1992**

	PERÍODO		
	1980	1986	1992
PERÍMETROS	25	26	28
ÁREA TOTAL IMPLANTADA (ha)	51.376	56.754	40.419
ÁREA DOS PERÍMETROS *	36.446	35.287	34.200
ÁREA IRRIGADA (ha)	15.087	16.471	27.697
ÁREA SECA (ha)	21.359	18.816	6.503
COLONOS INSTALADOS	2.973	-	4.475

FONTE: Ministério do Interior - DNOCS. *Relatórios de 1980; 86; 92.* Fortaleza, DNOCS, 1981; 1988; 1995.

(\*) Terra cultivada

### 2.3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da década de 80, o Nordeste continuou a sofrer com os impactos, ora da seca ora da crise recessiva que assolava o país. No entanto, neste período, o Nordeste apresentou, como todo o Brasil, um progresso relativo em seu setor agrícola que proporcionou para algumas sub-áreas um grande passo para o desenvolvimento. As perspectivas que se apresentaram para o Nordeste, no final dos anos 70, eram de uma agricultura que caminhava rumo à adoção de uma produção alternativa, voltada tanto para o mercado interno como para o mercado externo. Consolidaram-se, dando origem a uma espécie de modelo de desenvolvimento auto-sustentado.

Como já foi dito, a década de 80 a agricultura tradicional ou de subsistência foi substituída, em várias sub-regiões, por uma agricultura irrigada, que se pode dizer, inclusive, moderna, tecnificada e muito diversificada. Enquanto a agricultura tradicional enveredava por um processo de crise profunda, esta agricultura alternativa tornava-se extremamente viável, do ponto de vista da economia. Nos anos 80 houve uma (re)definição e uma (re)composição da agricultura Nordestina, especialmente no que diz respeito àquela voltada para o mercado externo, que vem ganhando, mais uma vez no Nordeste, um lugar de destaque com vários produtos: uva, melão, manga, melancia, forragem de soja, castanha de caju, dentre outros.

Em linhas gerais pode-se dizer que a agricultura nordestina acompanhou, em certa medida, o comportamento, mas não a evolução da agricultura no resto do país. Ou seja: pode-se dizer que ela teve um crescimento **relativo** em relação a alguns sub-setores dinâmicos, haja visto os recursos hídricos, a agricultura tradicional foi substituída por uma agricultura irrigada. Enquanto isso, no resto do país a agricultura tradicional continuou como antes ingressando num grave processo de crise. Mas a agricultura brasileira como um todo modernizou-se e tornou-se mais produtiva e chegou a crescer,

segundo G. C. de Rezende, em uma taxa de 3,3% a.a.; enquanto a indústria crescia em taxas de 1,2% a.a. no mesmo período.

Portanto, a década de 80 não pode ser considerada uma década perdida para a agricultura, especialmente para a agricultura nordestina. A adoção de projetos de irrigação trouxe muitos benefícios para as sub-áreas onde foram implantados. Profundas transformações se fizeram sentir nestas áreas que foram denominadas de “pólos dinâmicos”. Os efeitos na produção e na produtividade foram visíveis e crescentes. As mudanças também se fizeram sentir, no tocante à expansão das oportunidades de emprego e ao melhoramento dos níveis de vida da população envolvida nestes projetos. Infelizmente a irrigação no Nordeste ainda caminha a passos lentos, as áreas irrigadas ainda continuam longe de atingir as metas estabelecidas no início dos anos 70, época em que a irrigação passou a ser adotada como a saída para a região do Semi-Árido.

Para que os projetos de irrigação se tornem realmente prósperos, faz-se necessário montar toda uma estrutura de serviços para que, quando ocorrem as suas implantações, proporcionem, dentre os vários requisitos, as técnicas de utilização de solo, o apoio gerencial, assistência técnica, máquinas e equipamentos, o desenvolvimento de tecnologias voltadas para a região e uma boa estrutura mercadológica.

Nos vários perímetros irrigados do Nordeste, públicos e privados, já se observa uma oferta maior de alimentos e de matérias-primas, como do surgimento de outras atividades paralelas que geram vários empregos. Mas, talvez o fato mais importante tenha sido o surgimento de muitos parques industriais de transformação de produtos agrícolas nestas áreas.

## **CAPÍTULO 3**

### **3. A AGRICULTURA E O NOVO CONTEXTO ECONÔMICO MUNDIAL**

As perspectivas apontadas para a agricultura brasileira, dentro do amplo contexto econômico (inter)nacional, para o fim do século XX apontam o aprofundamento das transformações e da crise verificadas nas últimas décadas. Contudo, em um ritmo mais acelerado, devido às mudanças que, atualmente ocorrem no mundo. Portanto, qualquer tipo de análise da atual agricultura brasileira deve levar em consideração não só os determinantes endógenos (a crise econômica do país, a falta de investimentos e as políticas de incentivos para a agricultura) mas também os determinantes exógenos (a unificação de mercados e a reordenação e realocação da produção à nível mundial).

Este novo panorama (inter)nacional pode representar para o Brasil e, de forma diferenciada, para suas regiões, uma nova possibilidade de desenvolvimento, umas poderão alcançar desenvolvimento através da indústria; outras, através da agricultura ou do setor terciário ou, ainda, de uma composição dos três setores. No entanto, as perspectivas de desenvolvimento se apresentam de forma satisfatória, quando se leva em consideração a estrutura mercadológica do bloco econômico, o qual o Brasil integrou. Em todo o Brasil existem diversas áreas com grandes potenciais de desenvolvimento. Todas estas áreas podem ser (re)aproveitadas para a produção destinada aos novos

mercados que se formam no mundo atual. Dentro deste novo contexto, a agricultura deve receber especial atenção pelo fato de deter o maior dos percentuais de exportações do bloco econômico do MERCOSUL, chegando a representar mais de 50% das exportações destes países.

Para melhor entender este período da agricultura brasileira, o terceiro capítulo traz uma análise breve da conjuntura econômica mundial, para depois fazer uma análise da agricultura, das perspectivas e da crise que a vem vitimando nos anos 90. A partir desta análise, apontaram-se os possíveis rumos que poderiam ou deveriam ser seguidos para o setor agrícola, especialmente o nordestino.

Para tanto, no final deste capítulo, serão apresentadas algumas alternativas de ação, a partir da realidade dada, que podem conduzir a agricultura, especificamente a nordestina, a alcançar condições de competitividade e integração ao nível do mercado (inter)nacional. Para se saber sob que ponto de análise se conduziu este trabalho, é importante fazer uma exposição sobre o que se denomina novo panorama econômico mundial.

### **3.1. O NOVO PANORAMA MUNDIAL: A UNIFICAÇÃO DE MERCADOS**

Na perspectiva das transformações que, atualmente ocorrem pelo mundo, a idéia de desenvolvimento tomou conta de todos os países. De súbito, regiões subdesenvolvidas deparam com a possibilidade de serem excluídas da economia (inter)nacional. O atraso que antes não as renegava e até tinha uma função, hoje as coloca em total oposição ao movimento de integração de mercados mundiais, onde ter uma “função” bem definida é

essencial, ou então será conduzido a um atraso e a uma estagnação cada vez mais crescentes.

Em relação ao que foi focado acima, se faz necessário um parêntese para se mostrar que falando-se de Brasil, o Nordeste, dentre todas as suas regiões, é a que pode ser considerada como a menos desenvolvida ou subdesenvolvida, em relação às desenvolvidas. No contexto econômico mundial, o Brasil, como país que encabeçará o Bloco Econômico da América Latina, precisa pensar no Nordeste como um elemento constitutivo (atuante) do seu conjunto. Para tanto, esta região precisa encontrar formas de se inserir neste novo cenário (inter)nacional, buscando, dentro de suas possibilidades (recursos e riquezas naturais), a ponte para a integração.

O panorama econômico que se apresenta para o início do século XXI torna cada vez mais distante o sonho de progresso, de prosperidade e de igualdade entre os homens. O mundo, agrava, cada vez mais, suas diferenças em crescente miséria, guerras, violência e recessão, tornando o desejo pelo desenvolvimento um objetivo cada vez mais persistente e difícil de atingir. Para muitos, este período marca o fim de mais uma etapa do capitalismo, uma crise estrutural contemporânea que conduz a uma nova forma de (re)organização e ao prenúncio de uma nova era: a mundialização da economia com a unificação de mercados que culminam com a formação de blocos econômicos, cujo fim é tornarem-se cada vez mais fortes e mais competitivos.

A análise econômica do capitalismo, até este final do século, poderia ser realizada a partir de dois campos bem definidos: o nacional e o internacional. Atualmente, porém, isso já se torna quase impossível dadas as relações cada vez mais fortes entre os países do mundo capitalista, decorrentes do processo de mundialização do capital. Em consequência disto, na aurora do século XXI, o mundo deparará com "(...) a crescente evolução das relações externas no sistema capitalista que vem levando a uma mundialização (ou globalização) do capital, que se manifesta no movimento de internacionalização da produção através das empresas transnacionais. Este processo de

mundialização do capital é o reflexo das modificações pelas quais vem passando o modo de produção capitalista, na tentativa de superar suas contradições (...). Nesse novo contexto (...) a exportação de mercadorias, que até então caracterizava as relações externas do capitalismo, passa a ceder lugar à exportação sob forma de capital produtivo. Este processo se realiza através de instalações de filiais-substitutas, que ao invés de exportarem os produtos finais, reexportam a produção inclusive para os países de origem, tirando principal partido dos custos de produção, ou por último da estratégia tecnológica, baseado na vinda de tecnologia para os países periféricos.”<sup>1</sup>

Atualmente, ao estudar-se a nova Geopolítica mundial, segundo autores como Reinaldo Scalzaretto, torna-se perfeitamente claro que “(...) parece inevitável, neste final de século, a globalização ou mundialização da economia e, conseqüentemente, dos modelos de organização sócio-política. Considera-se, no entanto que este processo poderá seguir dois caminhos distintos: a globalização por interdependência e a globalização por competitividade. A globalização por interdependência supõe reforço crescente dos laços comerciais, econômicos e políticos entre os países (...), a globalização por competitividade, por outro lado, fará aumentar os conflitos entre empresas e países. É, a previsão mais coerente pois obedece à lógica do capitalismo (...). Essa segunda tendência é a que vem sendo observada nos últimos anos, com as grandes empresas procurando firmar posição através de pesados investimentos nos países concorrentes.”<sup>2</sup>

De acordo com este estudioso, em conseqüência a este processo anteriormente mencionado “ (...) surge um mundo organizado sobre novas premissas. Anteriormente, as relações internacionais estavam baseadas em Estados tradicionais, que procuravam riquezas a qualquer custo, mediado por questões ideológicas (capitalismo/socialismo), sem perder de vista o frágil equilíbrio entre guerra e paz. Atualmente ganham precedência as questões do desenvolvimento econômico, paralelamente à procura de

<sup>1</sup> Raphael Gonsalves. “MERCOSUL - união econômica ou integração dos povos?” In: *Revista Mundo Jovem*, s/l, s/c, n° 178/outubro 1991, p. 10.

<sup>2</sup> Reinaldo Scalzaretto. *Geografia Geral - nova geopolítica*. São Paulo, Spicione, 1992, pp. 23 - 24.

equilíbrio ecológico global e regional, sob o enfoque da cooperação internacional. (...) Na direção dessa globalização e cooperação internacionais, os países mais desenvolvidos têm procurado formar blocos de influência direta, ou seja, áreas sobre as quais exercem domínio e que permitem seu fortalecimento no cenário mundial.”<sup>3</sup>

Esse quadro de unificação mundial tem início a partir da Segunda Guerra Mundial, quando o mundo passa a ser dividido em um sistema econômico baseado numa bipolaridade de forças, onde, de um lado estavam os Estados Unidos da América com seus aliados e, do outro, estava a União Soviética e seu bloco de influências. “ Nos últimos anos, com o fim da guerra fria e a destruição deste sistema, o mundo passou a se estruturar em torno de três grandes pólos hegemônicos liderados pelos Estados Unidos, Japão e Europa, tudo levando a crer que os países que estão fora desses blocos articulados correm o risco de ficarem marginalizados, com dificuldades crescentes não só de acesso a esses mercados, mas também de usufruírem dos fluxos de capital e principalmente de tecnologias. Esta nova configuração mundial exige uma ação coordenada por parte dos países latino americanos, de modo a definirem uma força alternativa de inserção na economia mundial. (...) Devido a esta tendência à mundialização do capital, a integração latino americana, materializada através do MERCOSUL, que integra Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, é hoje motivo de entusiásticos discursos nos meios empresariais e governamentais em nosso país.”<sup>4</sup> /

Em 26 de março de 1991, o Brasil, a Argentina, o Uruguai e o Paraguai assinaram o tratado de Assunção, que constituiu o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Em 25 de junho de 1996, o Chile passou a fazer parte deste bloco, estando previsto também o ingresso da Bolívia e de outros países da América do Sul e América Central. É importante salientar que estes países que passa(re)m a fazer parte do MERCOSUL o farão através de um tipo diferente de associação. Formarão o que se chama de zona de livre comércio e ficarão, gradativamente, livres das taxas e das tarifas de importação

---

<sup>3</sup> Ibid... p. 24.

<sup>4</sup> Raphael Gonsalves. Op. cit. p. 10.

que forem procedentes do bloco do MERCOSUL. Essa iniciativa se insere na tendência mundial de unificação comercial, através dos blocos, como o são os casos da Comunidade Econômica Européia (CEE), um dos mais antigos e até agora mais bem sucedidos dos blocos: os já tão conhecidos Tigres Asiáticos, liderados pelo Japão, e o mais novo dentre eles: o NAFTA formado pela junção dos Estados Unidos, Canadá e México. A formação do MERCOSUL constituiu um grande mercado em potencial: formou-se um bloco numa área de 12 milhões de quilômetros quadrados, com aproximadamente 200 milhões de habitantes e com um produto interno bruto (PIB) em torno de 700 bilhões de dólares.

De acordo os pesquisadores, Maria A. Carvalho e Cesar R. L. Silva, essa nova realidade mercadológica tem como principal argumento econômico para a formação de blocos o aproveitamento das vantagens comparativas dos países membros, numa situação ideal de ausência de restrições ao comércio e à mobilidade de fatores. Isso implica não apenas a eliminação das restrições tarifárias, como também a abolição de subsídios e estímulos à produção e à comercialização. Para países em desenvolvimento, como é o caso dos signatários do MERCOSUL, a participação em um mercado comum tem a vantagem de expandir os mercados consumidores, favorecendo o surgimento das economias de escala, e a de aumentar o poder de negociação diante de outros países, em boa parte já organizados em blocos econômicos.<sup>5</sup>

É importante esclarecer que a nova realidade econômica pode trazer sérios problemas para a nova organização mercadológica mundial: “(...) a integração econômica, todavia tem custos para países membros, sobretudo nas etapas de implantação. O maior deles, seguramente, está relacionado com a realocação geográfica da produção, induzida pelo padrão de vantagens comparativas que fica explícito com o livre comércio e a mobilidade de fatores.”<sup>6</sup> Por exemplo, caso o Nordeste se

---

<sup>5</sup> Maria A. Carvalho & Cesar R. L. Silva. “Abertura ao comércio e competitividade: o impacto do Mercosul na agricultura paulista”. In: *Anais da SOBER*, vol. II. Brasília, SOBER, 1993, p. 786.

<sup>6</sup> *Ibid.*, p. 787.

especializasse apenas na produção agrícola, como se manda a receita das vantagens comparativas, poderia ocorrer um retrocesso em seu setor industrial à medida que passasse a se preocupar apenas em desenvolver melhores técnicas para a agricultura. A realocação da produção, baseada em vantagens comparativas, pode trazer perdas significativas para os países membros de cada bloco. No entanto, é possível pensar em um processo de unificação de mercados onde essas “vantagens comparativas”, em determinado setor, possam promover o desenvolvimento associado dos demais setores produtivos. Pensando no caso do Nordeste, o que deveria ocorrer é o estímulo ao desenvolvimento de setores produtivos, que tomem como base as vantagens comparativas da região em relação ao MERCOSUL e se construa todo um complexo produtivo composto por um conjunto de indústrias. Este complexo industrial seria a princípio voltado para o processamento de alimentos e composto por indústrias necessárias à formação de um complexo agroindustrial. Com os lucros oriundos deste setor produtivo, promover-se-ia, posteriormente, a instalação de novas indústrias (eletroeletrônica, têxtil, automobilística, calçados, transportes) que, conseqüentemente, expandisse o setor de serviços. A partir da implantação deste processo produtivo, se promoveria assim um modelo de desenvolvimento auto-sustentado.

### 3.2. < O MERCOSUL E A AGRICULTURA >

Atualmente vive-se uma época em que a associação, a troca (comércio) e a auto-suficiência imperam. O mundo dividiu suas tarefas produtivas, de tal forma que a auto-suficiência prevista transformou-se em interdependência para vários países e regiões, de forma que as fronteiras estão desaparecendo gradativamente, rumo a uma unificação necessária. No entanto, a unificação que ocorre através do mundo acentua em muito as diferenças entre os países, como é o caso do bloco sul-americano. Dentro do processo de unificação, as vantagens comparativas passam a dominar, devido ao fim das tarifas

aduaneiras. A indústria mais desenvolvida levará vantagem e a agricultura mais produtiva levará vantagem. O mais importante, porém, será o fato de que as diferenças se destacarão cada vez mais, ou seja: uma agricultura diversificada, por exemplo, levará vantagem sobre uma produção agrícola - o que é comum aos países membros como um todo. /

Estas colocações supra citadas, apontam a tendência que passará a imperar nos anos vindouros de livre comércio. No entanto, as regras do livre comércio entre os blocos deverá ser seguida por todos os seus membros. Ele poderá conduzir tanto para a homogeneização de produtos quanto para a diferenciação absoluta entre eles. É nessas diferenças que os países levarão vantagens sobre os outros, como é o caso das agricultura da regiões Norte e Nordeste do Brasil. Mas, de modo geral, qual será a situação da agricultura brasileira, com o ingresso no MERCOSUL?

No ponto de vista de Maria A. Carvalho e Cesar R. L. Silva, o saldo da consolidação do MERCOSUL possivelmente será positivo para o Brasil. É suficientemente conhecida a sofisticação da indústria brasileira, dentro dos padrões da América do Sul. Entretanto, no setor agrícola, certamente surgirão graves problemas, com relacionados a produção de grãos, frutas e pecuária. A produção dos estados do Sul (Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul) será, possivelmente a mais afetada com a liberação do comércio, sobretudo pela concorrência dos produtos agrícolas argentinos.<sup>7</sup>

/ Marcos Sawaya Jank, no texto elaborado para o Encontro Nacional de Crédito Rural da ASBACE (Associação Brasileira dos Bancos Estaduais), em São Paulo, entre os dias 20 e 21 de agosto de 1992, nos seus estudos sobre o processo de integração econômica aponta o setor agrícola como o mais sensível, já que cerca de 60% das importações brasileiras são agrícolas, enquanto, em contrapartida, as exportações de produtos agroindustriais não atingem os 10% da receita global das exportações

---

<sup>7</sup> Ibid., p. 789.

brasileiras, direcionadas àqueles países.<sup>8</sup> Nos seus estudos, este autor apresentou duas listas referentes aos produtos mais e aos menos favorecidos na consolidação do MERCOSUL para o Brasil.<sup>9</sup>

**Os produtos mais sensíveis para o Brasil são:**

- a) trigo, milho, arroz, cevada, soja e girassol;
- b) lácteos;
- c) frutas temperadas (vinicultura, pêsego, maçã, etc.);
- d) alho, batata e cebola;
- e) carnes e couros bovinos.

Juntos, esses produtos representam mais de 70% do total das importações provenientes do MERCOSUL em produtos agrícolas e agroindustriais.

**Os produtos (tropicais) brasileiros mais favorecidos são:**

Os produtos com que o Brasil pode ser beneficiado pela integração são principalmente os tropicais:

- a) café e cacau;
- b) açúcar e álcool;
- c) frutas cítricas e tropicais;
- d) tabaco e frango;

É a partir da análise destas relações que se pode afirmar o quanto o MERCOSUL é viável para a região Nordeste, com sua riqueza e diversidade naturais. Através da fruticultura, da horticultura, da agroindústria processadora desses alimentos e da caprinocultura, o Nordeste e todo o Brasil pode encontrar a ponte para o desenvolvimento.

---

<sup>8</sup> Marcos Sawaya Jank. "Agricultura e MERCOSUL". In: Banco Essencial, s/l, s/c, agosto/outubro de 1992, p. 33.

<sup>9</sup> Ibid., p.33.

Muitos estudos foram realizados para analisar os impactos da integração sobre o setor agrícola nas regiões Sul e Sudeste. No entanto, estudos voltados para as regiões Norte e Nordeste são raros, como também qualquer tipo de política de beneficiamento ou de engajamento dessas regiões, no MERCOSUL, foram pensadas, imagine elaboradas. Assim, “(...) é certo que a proximidade da região Sul com os demais países do MERCOSUL com a similitude das condições climáticas constituem razões importantes para preocupação. Os efeitos da integração, no entanto, não se restringirão a esta parte do país. A agricultura paulista não ficará imune à liberação do comércio. A distância que separa São Paulo da Argentina, por exemplo, talvez não seja obstáculo suficiente para neutralizar as eventuais vantagens comparativas que este país tenha na produção de alguns produtos importantes da agricultura desse estado.”<sup>10</sup>

É muito importante esclarecer que, em se tratando de unificação ou de integração entre países, deve-se considerar a relatividade do comércio em questão, frente ao resto do mundo. “... A América do Sul como um todo representa pouco mais de 1,5% do valor das importações mundiais. Sua participação nas exportações, no entanto, tem sido mais elevada: cerca de 7,5% das transações. Os países do MERCOSUL são, em grande parte responsáveis por essa diferença. Entre 1988 e 1990 responderam por cerca de 57% das exportações totais da América do Sul, contra participação média nas importações de 48% (...). Grande parte do saldo favorável do comércio é resultado da exportação de produtos agrícolas. Ao nível mundial a participação das importações e exportações de produtos agrícolas no comércio gira em torno de 10%. Na América Latina esse percentual vale para as importações, mas as importações agrícolas representam mais de ¼ das transações realizadas pela região. Considerando apenas os países do MERCOSUL, a participação da agricultura no comércio exterior, entre 1988 e 1990, representaram em média 8,9% das importações, contra 36,5% das exportações. Dentre os quatro países a importância relativa da agricultura nas exportações é menor no Brasil: em média 28,4% das exportações totais, conforme estimativas da FAO. Para os demais a relevância da

---

<sup>10</sup> Maria A. Carvalho & Cesar R. L. Silva. Op. cit, p. 788.

agricultura nas exportações ficou acima da média. O Paraguai é um caso extremo, pois suas exportações de produtos agrícolas corresponderam, em média, a mais de 80% do total, chegando a representar 88,3% em 1990. Em segundo lugar encontra-se a Argentina, com participação dos produtos agrícolas nas exportações totais da ordem de 56,5%, em média, no período, seguindo-se o Uruguai, com percentual médio de 45%.”<sup>11</sup>

Para Maria A. Carvalho e Cesar R. L. Silva, “(...) com a eliminação das barreiras ao comércio entre esses países e o estabelecimento de tarifa comum para com terceiros, o mercado deverá se ajustar através da realocação de recursos e aproveitamento das vantagens comparativas. Os maiores conflitos de interesse deverão se dar entre Brasil e Argentina. No caso dos produtos agrícolas, esses são os maiores exportadores da América do Sul, com participação média de 44% e 27% respectivamente, totalizando 71% das exportações agrícolas realizadas pela região [ América do Sul ] entre 1988 e 1990.”<sup>12</sup>

Apesar de tudo, “(...) os países do MERCOSUL têm apresentado um comportamento dinâmico em relação ao resto do mundo quando analisa-se o total das importações agroindustriais do Brasil. Enquanto as importações provenientes do resto do mundo mostram-se fortemente irregulares ao longo do tempo - crescendo apenas nos momentos em que ocorreram aumentos de consumo e/ou quebras de safras - as provenientes do MERCOSUL tem se mostrado sistematicamente crescentes, atingindo cerca de 1,4 bilhões de dólares anuais. Esse quadro fez com que a participação percentual do MERCOSUL no total de importações agroindustriais brasileiras passasse de 30% do total em 1985 a quase 65% em 1990.”<sup>13</sup>

Mais uma questão pode ser colocada sobre o caso do Brasil no MERCOSUL: é o que diz respeito às políticas voltadas para a agricultura. Praticamente não existem essas

---

<sup>11</sup> Ibid., p. 790.

<sup>12</sup> Id. Ibid., p. 791.

<sup>13</sup> Marcos Sawaya Jank. Op. cit., p. 33.

políticas no Brasil, desde o início dos anos 90; faltam políticas específicas que realmente tragam qualquer tipo de benefício e incentivo à agricultura; em suma, faltam políticas que realmente financiem as diversas etapas do processo agrícola. A municipalização da agricultura pode ser uma saída viável, visto que caberia a cada município prover a sua agricultura, no que diz respeito não só aos aspectos dos recursos financeiros, mas também ao apoio técnico, mediante programas de extensão rural, a partir dos quais, realmente se conhecem as problemáticas de cada região.

Em relação à unificação de mercados, as políticas agrícolas precisam ser pensadas e até unificadas, para que se dê em iguais condições de competitividade à agricultura dos países membros. A heterogeneidade das condições estruturais e produtivas da agricultura, no megabloco do Sul precisa ser pensada já que existe tanta homogeneidade de produtos, no que se refere à agricultura realmente concorrencial entre esses países. Far-se-á necessária a elaboração de planos ou de projetos de amparo à agricultura que abranja todo o processo produtivo, levando-se em consideração as diferenças de produção entre os países membros, no final tentando ao máximo homogeneizá-las. Caso não se cuide destas diferenças, elas poderão acentuar-se e até se transformar em motivo de perdas econômicas.

### **3.2.1. A AGRICULTURA BRASILEIRA E SUA POTENCIALIDADE**

Pelo que foi exposto, torna-se perceptível que o grande “filão” do MERCOSUL, em se tratando de exportações, será a agricultura. O Brasil precisa cuidar da sua agricultura para que esta se torne mais concorrencial. Não se pretende defender a idéia de que o país (e a região do megabloco) retorne a uma função de fornecedora de produtos agrícolas e matérias-primas. Mas é de grande importância para o país (e para a região) perceber que a agricultura representa um grande potencial, principalmente em relação aos demais megablocos, como o europeu e o japonês.

A agricultura, no âmbito mundial, vem atravessando um grave processo de crise, que se agrava enormemente em alguns países, pela falta de cuidados. Este é o caso do Brasil. A agricultura brasileira vem enfrentando uma profunda crise estrutural e conjuntural. Se no mundo ela é gerada pelo próprio desenvolvimento tecnológico, no Brasil agrava-se quando se anexam a falta de incentivo governamental e os problemas econômicos que o país atravessa. Um sub-setor com forte potencial de desenvolvimento, no que diz respeito às suas condições naturais (clima, solo, evaporação e luminosidade), é o de frutas tropicais. As condições que se apresentam para este sub-setor é superior a qualquer outro, seja de grãos seja de frutas temperadas. Portanto, o Brasil precisa pensar nesta possibilidade, cujo “berço” seria a região Nordeste.

Muitos estudiosos já depararam com esta realidade e dedicam-lhe especial atenção, como é caso do estudo realizado por Antônio A. Amaro, Maria L. Maia, Flávio C. Carvalho e Gabriela Fazio. No estudo sobre “Aspectos da fruticultura no MERCOSUL”, os autores em apreço defendem a idéia que a fruticultura constitui, nos países que compõem o MERCOSUL, atividade de grande importância econômica e social, seja como supridora dos mercados consumidores nacionais, seja como no comércio internacional intrazonal e com terceiros países, fora da zona de integração. Algumas espécies se destacam e se revestem de maior significação, como: banana, abacaxi, laranja, limão, pêssego, morango, maçã, pêra, tangerina, mamão, cereja, melão e uva.<sup>14</sup>

É claro que “(...) existem condições ecológicas diferentes que permitem que certas espécies frutíferas tenham perspectivas mais favoráveis de desenvolvimento em um país do que em outro, embora não escapem dos problemas típicos da produção agrícola e sejam afetadas por políticas macroeconômicas (taxa de câmbio, renda dos consumidores, incentivos governamentais.). Por outro lado, a imposição de impostos

---

<sup>14</sup> Antônio A. Amaro, et all. “Aspectos da fruticultura no MERCOSUL”. In: *Anais da SOBER*. vol.II. Brasília, SOBER. 1993, p. 815.

internos (a exemplo do ICMS no Brasil) sobre os produtos exportados, inibe ou inviabiliza a ampliação das vendas externas.”<sup>15</sup> Isso acontece, além de o mercado interno ser muito mais atraente para o produtor, porque faz menos exigências por qualidade - o que não é o caso da mercado externo. Esta é uma das razões por que a maior parte dos produtores brasileiros não prioriza a melhoria da qualidade dos produtos cultivados. No entanto, já existem produtores voltados especificamente, para o cultivo de produtos agrícolas para exportação, com alto padrão de qualidade, inclusive no Nordeste, como é o caso dos produtores de frutas nos vales irrigados.

Em relação à produção de frutas no Brasil, “(...) o mercado nacional representa uma garantia para a colocação da produção, podendo-se afirmar que as exportações de frutas frescas têm um caráter de excedente do consumo interno, o que acaba tornando o Brasil um fornecedor pouco confiável, do ponto de vista dos importadores.”<sup>16</sup> Mas o Brasil, pouco a pouco conquista o seu lugar no mercado internacional, à medida que vai atendendo as prerrogativas da demanda externa. Cada vez mais, os produtores brasileiros passam a se especializar na produção voltada para o mercado externo - o que vem sendo o caso dos produtores dos vales irrigados no Nordeste.

O Brasil precisa voltar-se para a produção de frutas tropicais, já que existe, neste subsetor, uma grande possibilidade de desenvolvimento a longo prazo. Tudo no Brasil é propício à produção de frutas tropicais. “O Brasil é o maior produtor de frutas do mundo, colhe 32 milhões de toneladas por hectares, em apenas 2 milhões de hectares utilizados na fruticultura. Quase a metade deste resultado vem da laranja, base de uma economia rural que, porém, se alojam em torno das indústrias que processam o suco. O mercado externo para as frutas brasileiras é imenso, e está crescendo constantemente. O Brasil é um dos únicos países do mundo que pode oferecer frutas frescas em qualquer época do ano. É o único que dispõe, ainda, de 380 milhões de hectares agricultáveis, dos quais

---

<sup>15</sup> Ibid., p. 815.

<sup>16</sup> Id. Ibid., p. 816.

200 milhões podem ser ocupados de imediato, praticamente sem qualquer investimento, e em várias regiões.”<sup>17</sup>

Dentre os muitos aspectos a serem citados acerca da viabilidade da produção de frutas, “(...) técnicos da SDR [Secretária de Desenvolvimento Rural do Ministério da Agricultura] asseguram que, entre outros benefícios advindos da fruticultura, podem ser listados: cada hectare plantado com frutas e hortaliças gera entre três e seis empregos diretos, quando nas culturas tradicionais a relação é um ponto de trabalho por hectare; cada hectare gera renda entre 2 mil e 25 mil dólares, contra a média de 500 dólares das culturas tradicionais; a fruticultura consegue, em cada hectare cultivado, de 5 a 20 vezes mais quantidade produzida que a obtida nas culturas de grãos e cereais, (...). A produtividade física das frutas, no Brasil, em tonelada por hectare/ano, é infinitamente superior a de grãos e cereais (...), todas as frutas brasileiras de exportação rendem mais de 3 mil dólares por hectare/ano e produzem mais de dez toneladas por hectare/ano.”<sup>18</sup> Portanto, “(...) exemplificando: a produtividade do milho brasileiro é de seis toneladas por hectare/ano, o que permite um rendimento de US\$ 660 por hectare/ano. O produto brasileiro de melhor rentabilidade é o arroz, que produz quatro toneladas por hectare/ano e rende US\$ 1.600 por hectare/ano. A soja produz duas toneladas e meia por hectare/ano, permitindo um ganho de US\$ 400. O abacaxi produz quarenta toneladas por hectare/ano, em um ano, e o rendimento bruto da cultura é de US\$ 6.000 por hectare/ano.”<sup>19</sup> Estes dados servem para dar uma idéia de quanto a fruticultura é rentável, produtiva e viável economicamente.

A realidade do MERCOSUL é impossível de ignorar. Não apenas o Brasil, mas especialmente o Nordeste precisa encará-la de frente. Em termos de vantagens comparativas, a região nordestina poderá ser bastante beneficiada com seu clima e produção diversificados das regiões Sul e Sudeste. O Nordeste poderá desenvolver

---

<sup>17</sup> Diário de Pernambuco. “Brasil é celeiro mundial de frutas.” In: Seção de Economia. Recife, 5 de dezembro de 1993, fl. c-8.

<sup>18</sup> Ibid., fl. 8.

<sup>19</sup> Id. Ibid... fl. 8.

novas formas de produção, por exemplo, a fruticultura nas áreas com potencial para irrigação e assim construir uma possível "ponte" que o conduzirá com êxito, rumo ao MERCOSUL. A produção agrícola para os países deste bloco é de grande importância, particularmente em termos de comércio exterior. No Brasil esta é a área com potenciais de transformações, no sentido de se promover uma diversificação produtiva, em relação aos demais países do MERCOSUL. Esta nova produção diversificada pode ser oriunda do Nordeste. Nesta região, poder-se-iam cultivar frutas totalmente exóticas para o resto do mundo. Mas faz-se necessário desenvolver políticas que apoiem a adoção desta agricultura alternativa no Nordeste. /

Estima-se que cerca de 5% da área do semi-árido nordestino é irrigável. Esta área do Nordeste é que vai estar disponível para produzir frutas, pois dispõe de boa estrutura para a produção, com clima propício, forte luminosidade e solos em boas condições físico-químicas. Tudo isso forma um excelente conjunto, adequado à produção de frutas tropicais, exóticas para os países que compõem o MERCOSUL e o resto do mundo.

Nos dados que serão expostos nas tabelas 12 e 13, pode-se observar a evolução das exportações de frutas no Nordeste dos anos de 1992 até agosto de 1996, sendo possível perceber o progresso que se deu neste setor. Nos anos de 1993 e 1994, o crescimento foi excelente. No entanto, a partir de 1995, ocorreu uma grande queda, em torno de 56,19%, que se veio repetindo no ano de 1996, apesar de ainda não haver terminado. A queda se dá tanto ao nível de quantidade exportada, quanto a nível de faturamento. Para se analisar este fato, muitos critérios devem ser levados em consideração - o que não se pretende fazer neste trabalho. Mas é importante chamar a atenção para o fato de que este mercado ainda é muito instável - o que é uma sinalização de que ele continua em crescimento, procurando consolidar-se.

Todavia, os dados apresentados nas tabelas 12, 13 e 14, podem ser usados, em linhas gerais, para mostrar que os estados do Nordeste vêm, ao longo dos últimos anos, ampliando e diversificando a sua produção de frutas (esta afirmação pode ser

comprovada com os dados apresentados nas tabelas 9,15,16 e 17), apesar da crise do setor exportador nos anos de 1995 e, parcialmente, de 1996. Os estados que mais se destacaram: Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco, tendo como frutas mais exportadas, respectivamente; castanha de caju, melão e manga. Ainda aparecem entre as frutas mais exportadas o abacaxi e a uva. São, portanto, dos estados do Ceará e do Rio Grande do Norte os maiores índices de quantidade exportada e de faturamento. Quanto ao estado de Pernambuco, cabe-lhe o título de maior exportador em diversidade, são 15 tipos diferentes de frutas exportadas. >

**TABELA 12**  
**NORDESTE:**  
**EVOLUÇÃO DO VOLUME DAS EXPORTAÇÕES**  
**DE FRUTAS ( EM KG ) NOS ANOS DE 1992 / 93/ 94/ 95 E 96\***

FRUTAS	ESTADOS	1992	1993	1994	1995	1996
		QUANTIDADE E (KG)				
ABACAXI	CE, PB, RN, PE	484.486	9.486.892	14.279.533	2.762.725	198.280
COCO FRESCO (C/ CASCA)	CE, AL, SE PE, BA	31.600	219.040	133.250	149.382	96.800
COCO FRESCO ( S/ CASCA)	CE, PE, AL, SE, BA	48.300	944	10.399	23.667	19.379
CASTANHA DE CAJU (C/CASCA)	CE, RN, PE, PI	3.994.020	20.000	---	---	---
CASTANHA DE CAJU (S/CASCA)	CE, RN, PE, PI,	38.096.573	31.164.421	19.927.001	31.877.092	24.213.083
MANGA	CE, RN, PE, PI, PB, BA	5.637.239	13.544.681	11.833.320	9.032.660	4.954.017
MELÃO	CE, RN, PE, BA	34.528.129	61.071.003	66.013.723	34.386.721	26.939.787
MELANCIA	CE, RN, PE, BA	327.570	746.494	380.498	167.280	661.276
MAMAO	CE, RN, PE, PB, BA,	683.388	682.612	720.481	530.150	407.330
UVA	RN, PE, PB, BA	3.990.102	8.307.542	4.944.234	6.217.292	2.240.613
BANANA	PE, BA	4.860	3.225	2.304	---	---
LIMAO	PE, PI, BA	89.840	52.684	99.216	---	116.154
LIMA	PE, PI, BA	72.882	61.095	4.674	---	73.080
ABACATE	BA	---	---	---	220	---
FIGO	PE	3.566	360	---	---	---
GOIABA	PE	936	14.080	---	---	---
TANGERINA	PE	---	36	---	---	---
OUTRAS: citricas, secas, frescas e congeladas	RN, PE, PB, CE, BA	315.850	12.385	20.774	187.382	1.225.024
MAÇA	RN	314.496	---	36.260	---	---
FRAMBROESAS, AMORAS E GROSELHAS	RN	---	---	---	40	---

FONTE: Dados fornecidos pelo Banco do Brasil, através do DECEX, do SECEX, do SERPRO, em 08 outubro de 96.

Brasília, Banco do Brasil, 1996.

\* Os dados referentes ao ano de 1996, compreendem o período de janeiro de 96 a agosto de 96

TABELA 13

**NORDESTE:**  
**EVOLUÇÃO DO FATURAMENTO LÍQUIDO ( EM US\$ 1, 00\* )**  
**DAS EXPORTAÇÕES DE FRUTAS**  
**EM 1992 / 93 / 94 / 95 E 96\*\***

	1992	1993	1994	1995	1996
FRUTAS	VALOR US\$				
ABACAXI	129.123	2.444.461	4.112.871	912.269	170.327
COCO FRESCO (C/ CASCA)	16.082	89.4111	48.150	74.682	42.800
COCO FRESCO (S/ CASCA)	59.545	4.531	65.292	104.573	86.967
CASTANHA DE CAJU (C/ CASCA)	2.853.851	15.500	---	---	---
CASTANHA DE CAJU (S/ CASCA)	146.440.823	119.864.828	109.178.019	147.235.287	114.092.983
MANGA	4.583.519	16.630.369	16.165.142	13.941.260	7.726.547
MELÃO	14.762.241	27.927.055	30.148.006	15.305.805	14.237.540
MELANCIA	84.705	120.763	94.757	47.911	281.042
MAMÃO	389.497	292.413	407.466	327.496	301.813
UVA	4.575.383	9.994.446	6.249.525	9.354.826	3.211.196
BANANA	5.296	2.261	2.232	---	---
LIMÃO	9.096	35.224	85.296	---	64.530
LIMA	36.689	39.158	4.113	---	40.600
ABACATE	---	---	---	114	---
FIGO	3.855	396	---	---	---
GOIABA	397	21.120	---	---	---
TANGERINA	---	8	---	---	---
OUTRAS: cítricas, frescas, secas, congelada	253.587	15.300	27.531	262.888	1.548.260
MAÇA	191.842	---	21.560	---	---
FRAMBOESA, AMORA, GROSELHA	---	---	---	160	---

FONTE: Dados fornecidos pelo Banco do Brasil, através do DECEX, do SECEX, do SERPRO, em 08 de

outubro de 96.

Brasília, Banco do Brasil, 1996.

\* Os valores são dados em dólares de 1996.

\*\* Os dados referentes ao ano de 1996, compreendem o período de janeiro de 96 a agosto de 96.

TABELA 14

NORDESTE:

TOTAL DO VOLUME E DO FATURAMENTO DAS EXPORTAÇÕES DE FRUTAS POR ESTADOS

NOS ANOS DE 1992 /93 /94/ 95 E 96\*

ESTADO	1992		1993		1994		1995		1996	
	QUANT. (KG)	VALOR ( US\$ )	QUANT. ( KG )	VALOR ( US\$ )	QUANT. ( KG )	VALOR ( US\$ )	QUANT. ( KG )	VALOR (US\$)	QUANT. ( KG )	VALOR (US\$)
AL	48.300	59.545	24	173	5.0192	2.232	72	450	408	3.041
BA	8.557.330	6.719.300	6.965.792	6.222.247	6.682.782	5.100.272	8.749.855	14.018.186	4.917.785	7.684.817
CE	28.308.616	126.585.463	27.540.661	103.154.954	21.188.366	93.230.870	28.832.392	130.249.799	23.214.732	103.872.486
MA	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
PB	2.107.268	934.329	15.700.896	5.260.411	18.967.465	6.543.121	3.233.953	1.117.932	537.555	226.038
PE	6.551.837	4.237.882	21.913.985	22.613.272	13.859.499	18.920.722	10.427.095	15.752.251	6.215.327	6.623.667
PI	618.397	1.986.049	351.734	856.792	38.214	87.424	141.992	389.862	279.538	350.296
RN	32.417.522	33.874.011	52.866.414	39.112.890	61.427.039	42.734.914	35.963.082	31.774.043	27.622.113	24.699.767
SE	15.000	7.125	42.720	17.760	1.000	450	141.000	69.700	95.589	43.677
<b>TOTAL</b>	<b>78.624.270</b>	<b>174.403.704</b>	<b>125.382.226</b>	<b>177.789.786</b>	<b>122.169.384</b>	<b>166.620.005</b>	<b>78.105.141</b>	<b>193.372.233</b>	<b>62.883.047</b>	<b>143.503.785</b>

FONTE: Dados fornecidos pelo Banco do Brasil, através do DECEX, do SECEX, do SERPRO, em 08 de outubro de 96.

Brasília, Banco do Brasil, 1996.

\* Os dados referentes ao ano de 1996, compreendem o período de janeiro de 96 a agosto de 96

OBS.: Os valores são dados em dólar de 1996.

### 3.2.2. A AGRICULTURA NORDESTINA E SUA POTENCIALIDADE

A grande interrogação que se coloca resume-se ao fato de não se estar considerando o Nordeste como área privilegiada, em termos de agricultura, para o MERCOSUL.

✓ A preocupação central deste estudo é tratar sobre a agricultura do Nordeste. Neste item se reserva espaço para uma exposição sobre as possibilidades desta agricultura nos anos vindouros. É certo que a agricultura do Nordeste, mais que a do resto do Brasil, atravessa um grave processo de crise no seu subsetor tradicional (feijão, milho, algodão e mandioca). De modo geral, o setor agropecuário desta região, desde os anos 80, vem perdendo, gradativamente, a sua participação relativa na economia. Desde o início dos anos 90, segundo G. M. Gomes e J. R. Virgulino, a agropecuária nordestina vem caindo, em média 8% a.a. Afirma-se que: “(...) somente este setor vem tendo desempenho pior do que o nacional em termos de taxa de crescimento e de índices de instabilidade.”<sup>20</sup> No entanto, uma nova realidade se coloca para o Nordeste: o novo contexto econômico (inter)nacional. A perspectiva de integração nesta nova forma de relação econômica pode ser considerada como uma das possíveis saídas para a crise que atinge a agricultura desta região. Portanto, a proposta deste item é a de apresentar a irrigação agrícola (no caso de frutas tropicais) como uma das alternativas de resposta aos problemas que passam a região, com a exportação de produtos tropicais semi-manufaturados e in natura. ✓

Em relação ao exposto acima, Otamar de Carvalho, num de seus últimos trabalhos, aborda a situação atual do Nordeste. Apresenta uma prospectiva acerca da dinâmica econômica da região, discutindo a possibilidade de criação de uma nova forma

---

<sup>20</sup> G. M. Gomes e J. R. Virgulino. Op. cit. p. 20.

de desenvolvimento, uma estratégia para a retomada do seu processo de crescimento.<sup>21</sup> Para este autor, pensar e propor mudanças que alcance o desenvolvimento é muito mais fácil de fazer no papel e assim resolver todos os problemas de uma região. No entanto, é muito mais viável e concreto apontar as deficiências de uma região (no caso do Nordeste, são a tecnologia e a modernização), indicando-se, desta forma, o caminho para se chegar à solução dos problemas. Para tanto, Otamar de Carvalho afirma que fará uma análise do “(...) mundo integrado econômica e politicamente, no qual não cabe, improvisações, nem milagres. Universo que não nos permite pensar mais em regiões autônomas ou em países cujas economias possam avançar sem intercâmbio com o exterior. [ E que ] (...) nesse mundo começaram a escassear as fontes de novos investimentos, de que tanto carece o Nordeste. Mas não será por isso que o desenvolvimento e a solução dos seus grandes problemas vão poder ser alcançados com base apenas em programas de apoio a pequenos produtores.”<sup>22</sup>

Nesta análise, ele aponta diversos aspectos que, na sua concepção, contida também nesta dissertação, irão viabilizar o ingresso do Nordeste numa nova etapa, que teria a irrigação como instrumento central da nova estratégia: a ampliação dela e a da implantação de novos pólos de desenvolvimento também baseados nela.<sup>23</sup>

Antes de analisarem-se os aspectos acima citados, é de vital importância expor o porquê de Otamar de Carvalho discorrer sobre a necessidade de reestruturar a agricultura nordestina, que segundo ele, se encontra desarticulada e em crise. A razão estaria na falta de modernização. Apesar disto, afirma que, no período entre os anos 60 os anos 80, ela apresentou desempenho melhor do que a agricultura brasileira como um todo. No entanto, mostra que a agricultura, no mesmo período, perdeu sua participação relativa no PIB regional, tendo sido reduzida em mais de 50% essa participação. Para o autor, essa

---

<sup>21</sup> Otamar de Carvalho. “Uma nova dinâmica econômica para o Nordeste” In: **Cadernos de Estudos Sociais**, vol. 7, nº 2. Recife, s/c, jul/dez., 1991, p. 203.

<sup>22</sup> *Ibid.*, p. 205.

<sup>23</sup> *Id.* *Ibid.*

situação pode ser resolvida e melhorada, aumentando-se o nível de atividade econômica na região.

No que diz respeito aos aspectos enfatizados como responsáveis por um possível impulsionamento na agricultura nordestina, que promoverá sua dinamização, a irrigação aparece sempre como a principal fonte de dinamismo juntamente com a complementação da indústria. Com a expansão de uma agricultura irrigada dinâmica, é possível a “(...) implantação de novos tipos de indústria, a partir da transformação de matérias-primas locais, (...) ligados a gêneros industriais como os seguintes: produtos alimentares, metalúrgicos, mecânica, material elétrico e de comunicações, minerais não metálicos e química, como vem acontecendo em pólos como o de Petrolina e Juazeiro e pode vir a ter lugar em muitas outras áreas do semi-árido nordestino.”<sup>24</sup> Para tanto, a irrigação tem papel principal e primordial no desenvolvimento dessa nova economia dinâmica. Ainda assim, uma série de exigências se faz necessária para que a agricultura irrigada dê certo. São questões que vão desde os problemas de estrutura agrária, passando pela assistência e pelo amparo governamental, com os recursos financeiros para investimento.

Em relação aos pólos de desenvolvimento, Otamar de Carvalho mostra que estes “(...) vêm propiciando significativos efeitos sobre a economia do Nordeste. Os investimentos públicos e privados aplicados nas atividades neste subsetor estão criando economias externas e efeitos multiplicadores que têm permitido localização de um crescente número de agroindustriais processadoras de matérias-primas locais nas áreas semi-áridas da região. O resultado é a criação de atividades econômicas dotadas de capacidade de autopropagação e de efeitos positivos sobre o emprego, tanto em relação às atividades agrícolas como às urbano-industriais.”<sup>25</sup>

---

<sup>24</sup> Id. Ibid., p. 209.

<sup>25</sup> Id. Ibid., p. 221.

A prova da viabilidade da agricultura irrigada e do complexo industrial formado a partir dela, está no levantamento de dados apresentado por Otamar de Carvalho, que concebe uma como o suporte da outra. Em um levantamento ocorrido em 1987, sobre os 14 maiores pólos de desenvolvimento, nestes havia 95 agroindústrias em funcionamento. “(...) Essas agroindústrias processavam frutas, legumes e hortaliças, derivados de leite, derivados de arroz, derivados de milho, óleos vegetais, rações, e sementes selecionadas. A capacidade instalada das 95 agroindústrias totalizava 1.242.057 t (...), e a produção agroindustrial observada no ano de 1987 foi de 546.303,8 t (...). Do total das 95 agroindústrias, 65 obtinham mais de 80% de seu faturamento no Nordeste. O segundo mercado mais importante era o Sudeste, para onde 18 empresas escoavam parte de sua produção. Em terceiro lugar vinha o mercado externo para onde 5 empresas vendiam total ou parcialmente seus produtos. As outras empresas vendiam total ou parcialmente suas mercadorias para as regiões Norte, Centro-Oeste e Sul.”<sup>26</sup>

Para finalizar sua argumentação, Otamar de Carvalho enfatiza que para a agricultura irrigada ser viável, necessário se faz incrementar e estimular o desenvolvimento da agroindústria. “A modernização que a agricultura irrigada está promovendo no Nordeste semi-árido, especialmente quando associado à agroindústria, implica mudanças no processo de produção agrícola, agroindustrial e serviços, porque é comandada por crescentes aumentos de produtividade do trabalho. Esse processo pode não estar determinando efeitos diretos sobre os serviços de saúde, educação e saneamento básico, mas pode vir exercendo pressões capazes de promover o desenvolvimento de ações positivas nessa direção.”<sup>27</sup>

A posição sobre a agricultura nordestina, contida neste trabalho, em relação à agricultura irrigada e à sua viabilidade é a mesma que acabou de ser exposta sobre o trabalho de Otamar de Carvalho, com divergências apenas sobre a questão agrária, fato que aqui não é abordado. O Nordeste descobriu uma “nova” forma (para o Nordeste) de

---

<sup>26</sup> Id. Ibid., p. 222 e 223.

<sup>27</sup> Id. Ibid., p. 224.

fazer agricultura, uma agricultura rentável, produtiva e próspera, que poderá conduzi-lo a um outro rumo. A agricultura irrigada atende as condições que se estabelecem para o ingresso em um “novo tempo”, com a transformação que vem acontecendo no seu setor agrícola. Se for estimulado e devidamente financiado, o Nordeste integrará o novo mercado (inter)nacional. /

Para mostrar a viabilidade da adoção de um processo de desenvolvimento auto-sustentado, se pode citar como exemplo a agricultura irrigada do Vale (submédio) do São Francisco. Este constituiu-se, ao longo dos anos, não apenas em um pólo exemplar de irrigação, mas sobretudo num progressivo pólo agroindustrial, dando origem a um complexo que vai do processamento de alimentos à produção de conservantes químicos e de embalagens.

O pólo de desenvolvimento do Vale do São Francisco atende tanto a uma demanda interna como a uma crescente demanda externa. Nestes últimos anos, constatou-se, não só neste pólo mas também nos demais, uma forte tendência ao cultivo dos produtos de maior aceitabilidade no mercado externo, tanto para os produtos que se destinam à venda in natura, quanto para aqueles que são processados em sucos, doces, polpas e vinhos. Na tabela número 16, é possível observar a evolução da produção e da exportação de frutas do Vale do submédio São Francisco, nos anos de 1991 e 1994, mostrando como esta, de modo geral, vem apresentando taxas cada vez mais crescentes.

**TABELA 15**  
**SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO- PE:**  
**EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE FRUTAS, 1991-1994**

PE	FRUTAS	ANO	ÁREA IMPLANTADA (ha)	ÁREA EM PRODUÇÃO (ha)	QUANTIDADE PRODUZIDA (t)	QUANTIDADE EXPORTADA (t)
	UVA	1991	2.620	2.300	32.000	1.050
		1992	3.780	2.500	40.000	5.000
		1993	4.000	3.000	52.000	10.000
		1994	4.224	3.350	60.380	12.076
	MANGA	1991	3.220	1.150	8.800	3.000
		1992	4.230	1.900	12.000	9.000
		1993	5.400	2.650	25.000	13.000
		1994	7.230	3.600	38.160	17.260
	MELÃO	1991	221	182	1.422	--
		1992	80	57	734	--
		1993	92	67	496	--
		1994	95	74	706	--
	ACEROLA	1991	101	--	--	--
		1992	294	101	144	100
		1993	600	294	294	200
		1994	780	520	545	465

**FONTE:** José Ferreira Irmão. *Agricultura Irrigada e Produção Para Exportação no Vale do São Francisco*. Textos para discussão nº 358. Recife, PIMES, out/1995, p. 17.

Nas pesquisas realizadas por José Ferreira Irmão, sobre o pólo Petrolina/Juazeiro, é mostrado que naquela sub-região "(...) a agricultura irrigada do vale gerou uma renda de 260 milhões de dólares em 1994. Essa renda é bastante significativa quando comparada ao produto gerado pela agropecuária local que atingia um valor de US\$ 692,7 milhões em 1985. [ E ainda, segundo este mesmo autor,] (...) a renda gerada se distribui

mais ou menos eqüitativamente entre a agricultura familiar e a agricultura irrigada empresarial, esta última com 43,0% do total.”<sup>28</sup>

Atualmente, a fruticultura irrigada apresenta-se como a forma de produção mais viável do vale do São Francisco, em grande parte devido ao crescimento da demanda internacional, para frutas, como manga e uva, e com menor intensidade para banana, acerola, mamão e melão. “(...) Os investimentos da fruticultura irrigada coincidem também com um crescimento da demanda internacional por frutas tropicais, permitindo uma intensificação da produção, especialmente das culturas de uva e de manga, mas também na banana, na acerola, mamão, melão etc.”<sup>29</sup> Em todo o Nordeste, nas suas áreas com potencial para irrigação, é possível pensar na possibilidade de adoção dos modelos de desenvolvimento baseados na produção agrícola irrigada, como a pretensa saída para crise que assola a agricultura da região.

Para comprovar e mostrar que a viabilidade apresentada no pólo Petrolina/Juazeiro é encontrada também nas demais áreas que praticam a moderna irrigação, podem-se apresentar alguns dados referentes aos pólos do Oeste da Bahia ao do Sul do Maranhão e Piauí, e do Vale do Açu. Antes, porém, torna-se interessante mostrar o posicionamento de Tânia Bacelar para com os pólos dinâmicos do Nordeste. Para ela, nesse momento, “(...) a economia brasileira consolida seu mercado interno nacional e promove sua integração produtiva, o Nordeste integra a dinâmica nacional.”<sup>30</sup> Para a autora, há uma busca por novas formas de investimentos, que procura utilizar-se, primordialmente dos recursos naturais de cada região. O Nordeste se insere nesta nova dinâmica “(...) abrigando alguns pólos importantes de desenvolvimento agroindustrial e industrial.”<sup>31</sup>

---

<sup>28</sup> José Ferreira Irmão. *Agricultura irrigada e produção para exportação no Vale do São Francisco*. Textos para discussão nº 358. Recife, PIMES, out/1995, p. 6.

<sup>29</sup> *Ibid.*, p. 9.

<sup>30</sup> Tânia Bacelar de Araújo. *Op. cit.*, p. 129.

<sup>31</sup> *Ibid.*, p. 130.

Portanto, o Nordeste, na atualidade, apresenta uma enorme e crescente heterogeneidade de suas estruturas econômicas. “(...) Tais estruturas são tratadas na literatura especializada ora como “frentes de expansão”, ora como “pólos dinâmicos”, ora como “manchas” ou “focos de dinamismo” e até como “enclaves”. Dentre eles cabe destaque para o complexo petroquímico de Camaçari, o pólo têxtil e de confecções de Fortaleza, o complexo minero-metalúrgico de Carajás, no que se refere a atividades industriais, além do pólo agroindustrial de Petrolina/Juazeiro (com base na agricultura irrigada do submédio São Francisco), das áreas de moderna agricultura de grãos (que se estende dos Cerrados baianos atingindo mais recentemente, o Sul dos Estados do Maranhão e Piauí), do moderno pólo de fruticultura do Rio Grande do Norte (com base na agricultura irrigada do vale do Açu), do pólo de pecuária intensiva do Agreste de Pernambuco, e dos diversos pólos turísticos implantados nas principais cidades litorâneas do Nordeste.”<sup>32</sup>

Deste quadro apresentado por Tânia Bacelar, o que mais vem chamando a atenção em todo o Brasil é o comportamento dos pólos de agricultura irrigada, devido à grande expansão que eles estão alcançando. E a perspectiva que se apresenta para este tipo de produção, com a nova realidade econômica e produtiva vigente (inter)nacionalmente, é de uma maior expansão devido à crescente demanda formada pelos dois mercados (o interno e o externo) e às novas relações comerciais que se colocam para o Brasil e, conseqüentemente, para suas regiões de modo específico.

Tânia Bacelar apresenta uma série de dados acerca de todos esses complexos de desenvolvimento e modernidade. No entanto, os que mais interessam a este estudo são os dados referentes ao setor agroindustrial. É fácil perceber a importância desses pólos para o desenvolvimento da região, quando se observam os números, no tocante à produção. No caso das áreas produtoras de grãos, que se estendem do Oeste Baiano ao Sul do Maranhão e ao Piauí, sabe-se que “(...) entre 1980/81 e 1985/86, a área plantada com soja se expandiu 143 vezes e a produção 848 vezes, enquanto crescia também a produção de

---

<sup>32</sup> Id. Ibid., pp. 132 e 133.

arroz. Na safra de 1991/92, foram produzidas 800 mil toneladas de grãos no Oeste da Bahia (soja, milho, arroz e feijão, sendo 460 mil toneladas de soja). Foram instaladas no município de Barreiras duas indústrias de processamento de soja. Estima-se que 230 mil toneladas de soja sejam absorvidas no próprio Nordeste, na forma de óleo e farelo, sendo exportada cerca de 140 mil toneladas de farelo. (...) Em 1992 produziu-se no Piauí e Tocantins cerca de um milhão de toneladas de grãos.”<sup>33</sup>

Um dos pólos agroindustriais do Nordeste que mais cresce é o Vale do Açu, no Rio Grande do Norte. No entanto, é um pólo privado que se está especializando na produção para exportação. Uma recente pesquisa realizada, na sub-região do Açu, por Lindaura Maria de Santana, faz uma explanação sobre o extraordinário crescimento das empresas que constituem aquele pólo agroindustrial. A referida pesquisadora mostra como o comércio externo se apresenta favorável. Os motivos são o aumento da demanda e os preços compensatórios.<sup>34</sup> A fim de comprovarem se o crescimento e a viabilidade desse modelo de desenvolvimento, reproduzir-se-á, a seguir, alguns dados contidos no trabalho de Lindaura M<sup>a</sup> de Santana sobre a evolução da produção para os mercados interno e externo de uma das empresas, a de maior destaque: MAÍSA, do pólo agroindustrial de Açu, como se pode observar nas tabelas 17 e 18. Na tabela 19, é possível perceber a evolução do faturamento da empresa (MAÍSA) nos dois mercados, o interno e o externo, ambos apresentando-se crescentes a cada ano.

---

<sup>33</sup> Id. Ibid., p. 135.

<sup>34</sup> Lindaura Maria de Santana. *Produção, emprego e receita tributária: o efeito paradisíaco das frutas tropicais no pólo agroindustrial do Açu/RN*. Campina Grande, Dissertação de mestrado, 1995, p. 60.

TABELA 16

**MAÍSA - PRODUÇÃO ANUAL DE FRUTAS  
TROPICAIS (EM T) DE 1983 A 1994  
VENDAS - MERCADO INTERNO**

ANO	MELÃO	ACEROLA	MANGA
1983	8.862,0	---	---
1984	7.222,0	---	---
1985	4.285,0	---	1,0
1986	5.854,0	---	1,2
1987	13.129,8	---	10,9
1988	14.742,0	2,7	43,3
1989	15.792,5	5,7	104,1
1990	25.231,3	17,8	57,8
1991	28.134,0	213,8	11,6
1992	32.978,3	1.203,5	64,6
1993	39.889,0	1.823,0	27,0
1994	39.157,7	1.673,6	18,8

FONTE: SANTANA, Lindaura Maria de. *Produção, Emprego e Receita Tributária: o efeito paradisíaco das frutas tropicais no pólo agroindustrial de Açu-RN*. Campina Grande. Dissertação de Mestrado, 1995, p.56.

TABELA 17

**MAÍSA - PRODUÇÃO ANUAL DE FRUTAS  
TROPICAIS (EM T) DE 1983 A 1994  
VENDAS - MERCADO EXTERNO**

ANO	MELÃO	ACEROLA	MANGA
1983	220,0	---	---
1984	2.835,0	---	---
1985	5.854,0	---	---
1986	3.848,3	---	---
1987	2.435,6	---	---
1988	3.985,7	---	1,2
1989	8.327,0	37,2	1,6
1990	12.444,3	60,4	31,3
1991	16.419,4	641,3	61,1
1992	20.717,9	41,9	174,6
1993	16.318,0	2,0	134,0
1994	18.956,7	29,0	280,5

FONTE: SANTANA, Lindaura Maria de. *Produção, Emprego e Receita Tributária: o efeito paradisíaco das frutas tropicais no pólo agroindustrial de Açu-RN*. Campina Grande, Dissertação de Mestrado, 1995, p.58.

**TABELA 18**  
**MAÍSA - FATURAMENTO LÍQUIDO (EM US\$ 1,00)\***  
**POR TIPO DE MERCADO, DE 1983 A 1994**

ANO	MERCADO INTERNO	MERCADO EXTERNO	TOTAL
1983	4.219.768,87	71.099,60	4.290.868,47
1984	3.424.802,50	916.215,30	4.341.017,80
1985	2.033.722,83	1.891.895,72	3.925.618,55
1986	2.777.483,06	1.243.693,59	4.021.176,65
1987	6.242.963,08	787.137,21	7.030.100,29
1988	7.066.735,34	1.288.598,07	8.355.333,41
1989	7.673.261,66	2.736.185,97	10.409.447,63
1990	12.088.781,23	4.106.868,85	16.195.650,08
1991	13.568.093,84	6.097.280,02	19.665.373,86
1992	16.298.852,73	6.818.303,16	23.747.155,89
1993	20.743.679,13	5.331.819,86	26.075.498,99
1994	20.145.054,92	6.277.929,22	26.422.984,14

FONTE: Lindaura Maria de Santana. **Produção, Emprego e Receita Tributária: o efeito paradisíaco das frutas tropicais no pólo agroindustrial de Açú-RN**. Campina Grande, Dissertação de Mestrado, 1995, p. 62.

\* Os valores apresentados foram transformados em US\$ pelo valor unitário a preços de 1994.

Este contexto de extraordinário crescimento pode vir a ser a realidade para todas as sub-regiões nordestinas, onde exista potencial para irrigação. Estes pólos de desenvolvimento agroindustrial representam a possibilidade de crescimento para toda a estrutura produtiva do Nordeste, representando uma melhoria do nível de vida, o aumento da oferta de empregos, alimentos e matéria-prima - o que significa a melhoria nas relações de trabalho, a partir da adoção de modernas técnicas e tecnologias. A agricultura irrigada e todo o complexo formado, a partir desta, constituem a perspectiva de transformação progressiva para o Nordeste.

### 3. 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo abordou-se a questão da agricultura irrigada como a alternativa viável, o veículo que conduziria o Nordeste ao novo processo de desenvolvimento. Com a agricultura irrigada é possível fomentar todo um processo agroindustrial, que funcionará através do processamento de matérias-primas provenientes de cada pólo respectivo, como são os casos de Petrolina/Juazeiro, Jaguaribe, Açú, dentre muitos outros. A produção final destes pólos destina-se, em sua grande maioria, ao consumo interno. Seria viável para a região ampliar essa produção através de novos pólos públicos ou privados e, conseqüentemente, novas agroindústrias, destinando-se ao atendimento de uma demanda externa.

Pretendeu-se discutir a situação da região Nordeste e a possibilidade de inseri-la no “novo” contexto das relações econômicas internacionais. Esta inserção pode ser considerada uma possível saída da crise e da estagnação que atinge a produção agrícola do Nordeste.

A tendência socio-econômica, que ocorre no mundo hoje, conduziu a um processo de reestruturação que vem promovendo uma redivisão nas atividades produtivas no mundo inteiro. Cabe, portanto, a cada governo definir o rumo que dará a sua política econômica e, dentro do seu país, a cada região em particular. Para tanto, faz-se necessário, nesse processo de unificação, dedicar especial atenção a cada sub-área que compõe o país, porque, nesse “novo” processo, as leis das vantagens comparativas passam a imperar. As novas relações de mercado foram dadas desde o início dos anos noventa. Assim, indaga-se: Que postura se assumiu, no Brasil, diante dessa realidade?

Dentro desse “novo” contexto econômico, a indústria brasileira tem tudo para ser beneficiada e, conseqüentemente, as regiões Sul e Sudeste, onde se localizam os maiores pólos industriais do país. No entanto, regiões como o Centro-Oeste, o Norte e o Nordeste, dada a predominância de atividades rurais, precisam de atenção especial, a fim de também integrar a esse “novo” contexto.

Há uma grande carência de estudos prospectivos voltados à análise da capacidade e competitividade da região Nordeste. Também inexistem programas ou projetos, ao nível do governo, que se preocupem em inserir o Nordeste na “nova” realidade econômica internacional, tão discutida em todo o Brasil.

Uma das alternativas para o Nordeste está, pois, na agricultura irrigada, precisamente na fruticultura, devido à grande possibilidade de rentabilidade. Para o Nordeste, produzir frutas dentro das suas condições naturais de solo, clima e luminosidade, torna-se extremamente viável. Quando se pensa em diversidade produtiva, dentro do MERCOSUL, os benefícios, em relação às vantagens comparativas, serão muito maiores para o Nordeste devido às suas riquezas naturais totalmente diversificada do Cone Sul.

A visão que se quer colocar neste estudo acerca do Nordeste é a de uma região viável economicamente, que precisa apenas de incentivo e cuidado governamental (e privado) para tornar-se uma região próspera.

Para finalizar o capítulo, coloca-se a visão perspectiva (pode-se dizer excessivamente otimista) de Rubens Rodrigues dos Santos, com a qual, indubitavelmente, todos os habitantes do Nordeste gostariam que um dia viesse a se tornar realidade. Para este autor, “(...) nessa época futura, o Nordeste será uma das regiões mais prósperas do Brasil e do mundo, onde numerosas e extensas manchas de solos férteis estarão sendo aproveitadas intensivamente, obtendo-se nelas de duas a três safras agrícolas por ano. Dois grandes e perenes canais de abastecimento d’água e de

irrigação, os rios São Francisco e Parnaíba, aparecerão na geometria regional como traços regularizados de um rico desenho: topografia adequadamente arrumada, planos verdejantes e dourados representados por extensas glebas produtivas, linhas retas de longas adutoras, ângulos e mais ângulos dos desvios impostos às canalizações, pontos e mais pontos de abastecimento, (...) as agroindústrias para transformar, concentrar, liofilizar, acondicionar em plástico ou metal, frigorificar, armazenar. Mercado consumidor? Além de grande demanda interna, há aguda avidez de alimentos em todo Hemisfério Norte, a poucas horas de vôo e a alguns dias de viagem marítima com preços altamente compensadores durante os rigores dos invernos, que jamais alcançarão nossa bem aventurança tropical, situada na faixa dos 20 a 30 graus. Flagelados? Não os temos mais, porque soubemos reinterpretar os fenômenos das secas e das águas excessivas, transformando-os à custa da ciência e da tecnologia em fatores positivos de produção. Miséria? Foi banida pela prosperidade no campo, pela oferta de empregos na indústria, pelo movimento auspicioso no comércio, pela arrecadação crescente de tributos, que abriu aos poderes públicos oportunidades para oferecer educação, saúde, saneamento básico, infra-estruturas eficientes, segurança, previdência social justa, esportes, lazer.”<sup>35</sup>

---

<sup>35</sup> Rubens Rodrigues do Santos & Gilvanda Silva Nunes. *Nordeste: o desenvolvimento do homem rural*. São Paulo, Nobel, 1988, p. 14.

#### 4. À GUIZA DE CONCLUSÃO

Desde o princípio, este trabalho foi orientado no sentido de construir o perfil da agricultura nordestina a partir dos anos 50. Com base neste objetivo, direcionaram-se todas as leituras. Foram utilizados livros, revistas especializadas, jornais, dissertações e teses de doutorado para se elaborar sua base teórica e efetuar um levantamento de dados empíricos que contribuíssem para confirmar ou negar as hipóteses levantadas.

O trabalho iniciado, apenas com o intuito de cumprir uma obrigação acadêmica, transformou-se, pouco a pouco, à medida que a cortina do desconhecimento se descerrava, num veículo que conduz em seu interior uma imensa crença no potencial de uma região viável, rica em sua diversidade natural e climática, e quase completa porque falta apenas água e vontade política. Este estudo passou a traduzir o sentimento por uma região que, segundo Luiz Gonzaga em seus versos sábios, “ (...) quando chove até Deus quer vir morar.”

Para dar-se corpo à dissertação, analisaram-se algumas das vertentes de interpretação da agricultura nordestina após os anos 50, em que tem início um novo período para a economia desta região. Foi desde este período que a sua indústria passou a ser “supervalorizada” e a agricultura assumiu um novo papel, embora a maioria dos estudiosos não admita, de financiadora do processo de industrialização da região juntamente com o Estado. As divisas que se obtinham com a exportação intra-regional e internacional foram a fonte deste financiamento, sem se contar que a agricultura forneceu mão-de-obra e, com a expansão da fronteira agrícola, desenvolveu um novo mercado consumidor. No entanto, a imposição de uma nova política de desenvolvimento modernizante relegou a agricultura a segundo plano e a indústria ganhou uma atenção

demasiadamente especial do Estado, que, mediante incentivos fiscais e financeiros deu origem à construção de uma indústria altamente subsidiada. A partir do exposto, procurou-se construir o perfil da agricultura nordestina da década de 80, a fim de confirmem-se (ou não) as diretrizes assumidas na década de 70.

Um outro objetivo deste estudo foi o de desmistificar a idéia de que a agricultura nordestina era improdutiva e vivia num eterno processo de crise, proveniente de um atraso que lhe era inerente, devido à formação histórica de sua estrutura produtiva. Neste trabalho mostrou-se que a agricultura nordestina apresentou, durante muitos anos, taxas de crescimento positivas e até mais elevadas do que as do conjunto do país, sendo o setor responsável, ainda em meados dos anos 50, pela maior parte das divisas obtidas pelo Brasil. É verdade que este mesmo setor, hoje, apresenta as piores taxas, dentre os demais setores da economia. A razão está não só na condição de crise que assola todo o país mas também nas condições naturais da região e, principalmente, no descaso, na falta de incentivos, de financiamento, de tecnologia e de uma estrutura agrária igualitária.

Aqui também se procurou sobrepujar a idéia do Nordeste dual, onde existia o atraso, não só em relação às demais regiões do país mas também dentro da própria região, onde o responsável por esta dualidade e pelo conseqüente atraso era o sub-setor agrícola voltado para a produção de subsistência ou para a agricultura tradicional. Neste trabalho, procurou-se esclarecer que esta mesma agricultura, concebida como atrasada, foi, durante muitos anos, uma das principais atividades econômicas da região, visto que foi a responsável pelo abastecimento do mercado interno (local) de alimentos, a geradora de empregos e a financiadora do processo tardio da industrialização nordestina. A agricultura de subsistência precisa ser reconhecida como uma das molas propulsoras do desenvolvimento da região. Em decorrência dessas idéias de dualidade, se construiu uma imagem de atraso, a qual não correspondia fielmente à realidade da região. O atraso existia, mas também existia o crescimento, a produtividade e o progresso técnico, pois sair da enxada para o arado de tração animal também constitui inovação técnica.

Chegou-se à conclusão de que a agricultura nordestina rendeu tão positivamente, após os anos 50, que, durante os anos 60, apresentou elevadas taxas de crescimento, inclusive superior ao resto da produção agrícola de todo o Brasil. No entanto, nos anos 70 ela ingressa num processo de crise gradual, no seu setor de subsistência (ou tradicional); mas, nesse mesmo período, surgiu uma agricultura alternativa, voltada para a produção de novas culturas na região. Era a produção de hortifrutícolas.

Na década de 80, a crise que se alastrou pelo Brasil também atingiu fortemente a agricultura nordestina, especialmente a tradicional. Foi, porém, relativa porque o Nordeste possuía agora um sub-setor dinâmico, em franca expansão, que mantinha em ascensão as suas taxas de produção. Nesse período, a agricultura diminuiu sua participação na composição econômica da região. Apesar disso, no Nordeste, a agricultura, continuou participando mais, ao nível do Brasil, do PIB do que a indústria.

No Nordeste, os anos 80 foram marcados pela consolidação e pelo surgimento de novos “complexos agroindustriais”, baseados na produção e no processamento de frutas. Ao longo dos anos 80, esta “nova” esfera produtiva conquistou o mercado local e o mercado interno obtendo uma pequena fatia do mercado externo, onde vem penetrando lentamente e abrindo espaços cada vez maiores. O dinamismo desse subsetor trouxe novamente para o Nordeste a possibilidade de ter uma agricultura produtiva e viável, economicamente, e trouxe a esperança em dias melhores.

Os anos 80 não podem ser considerados, para a agricultura nordestina, como uma década perdida, como tantos estudiosos consideram-na, visto que a consolidação de uma agricultura alternativa significou progresso técnico, modernização no setor e taxas de crescimento progressivas, mesmo que esse crescimento tenha sido relativo a um determinado sub-setor, em determinadas sub-regiões.

A agricultura irrigada, associada à indústria, apresenta-se como uma das principais fontes de dinamismo para a região Nordeste. A adoção dessa forma de

produção expressa a possibilidade de retomada do processo de crescimento regional. No contexto das relações comerciais, que estão sendo mantidas no mundo atual, a produção agrícola baseada na irrigação ( e em todo o seu complexo) aparece para o Nordeste como uma via de inserção, a possível ponte que poderá conduzir o Nordeste a esta nova realidade econômica. Todavia, é essencial que as sub-regiões voltadas para a produção de frutas, caso pretendam competir no mercado externo, passem a ter como prioridade o melhoramento da produção, no sentido de atender as exigências e as prerrogativas desse criterioso mercado consumidor.

O Brasil, através do MERCOSUL (Mercado Comum do Sul), pretende conquistar uma larga fatia do mercado internacional, principalmente a do latino americano. A indústria brasileira será muito beneficiada neste novo contexto e, naturalmente, as regiões Sul e Sudeste, onde se encontram os grandes parques industriais. As demais regiões ficaram praticamente esquecidas, por conta da ausência de políticas que as favorecessem. A partir dessa situação, uma outra hipótese foi levantada neste trabalho: que em termos de relações econômicas-produtivas, o MERCOSUL acaba sendo para o Nordeste uma nova fonte de investimentos. Mostrou-se no trabalho que devido às diversidades naturais e produtivas, a região poderá vir a ser beneficiada; basta pensar na lei das vantagens comparativas. A agricultura nordestina, quando for comparada com aquelas dos demais países do Cone Sul, por conta da sua heterogeneidade, poderá encontrar neste setor o ingresso para este “novo” mercado, o MERCOSUL.

Durante muitos anos, o modelo de desenvolvimento agro-exportador do Nordeste foi duramente combatido. Nos anos que se avizinham, o retorno às atividades agro-exportadoras, em outra dimensão e perspectiva, pode vir a ser a saída viável para a região. Portanto, para o Nordeste já se poderia pensar na adoção de um modelo de desenvolvimento agroindustrial-exportador, no qual se deverá incrementar uma agricultura irrigada e capitalizada, destinada a atender o mercado (inter)nacional e promover o incremento de um parque de indústrias processadoras de alimentos e insumos modernos para o setor. Este modelo agroindustrial-exportador poderia dar-se

com a adoção da agricultura irrigada para a produção de frutas tropicais. Dentro da região Nordeste, existem diversas áreas com um vasto potencial de irrigação. São estas áreas que precisam ser aproveitadas. Esta situação, que atende as prerrogativas das emergentes relações internacionais de mercado que (re)divide o mundo e determina novas funções produtivas, pode ser considerada a “ponte” para a integração do Nordeste no mundo. Esta possibilidade, que se torna imperativa, é plenamente exequível; basta olhar em torno e observar os “bolsões de desenvolvimento” nordestinos: Vale do Submédio S. Francisco, Vale do Submédio Parnaíba, Vale do Jaguaribe, Vale do Açu e mais uma dezena de outros vales.

Entretanto, “... seria apenas um sonho (...) [a] visão de um Nordeste próspero, livre, feliz?

Não.

[Os nordestinos são] (...) um povo denotado, inteligente e realizador. Se os israelenses, os chineses, os norte-americanos, os indianos, além de outros povos conseguiram transformar desertos em áreas produtivas, por que não (...) [poder-se-ia] fazer do trinômio: terras férteis - rios caudalosos - grandes açudes um dos mais ricos pólos agroindustriais do mundo ?”<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Rubens Rodrigues dos Santos & Gilvanda Silva Nunes. **Nordeste: o desenvolvimento do homem rural**. São Paulo, NOBEL, 1988, p.14.

## BIBLIOGRAFIA

- AGUIAR, Geraldo de Medeiros. **Agricultura no Nordeste - Apreciação de Políticas**. Petrópolis, Vozes, 1985.
- ALVES, Elizeu & CONTINI, Elizio. "A Modernização da Agricultura Brasileira". In: **Os Principais problemas da Agricultura Brasileira; Análise e Sugestões**. Rio de Janeiro, IPEA/ INPES, 1988.
- AMARO, Antônio A.; MAIA, Maria L. ; CARVALHO, Flávio. ; FAZIO, Gabriela. "Aspectos da Fruticultura no MERCOSUL." In: **Anais da SOBER**. Brasília, SOBER. vol. II, 1993.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Tradição e Mudança - A Organização do Espaço Rural e urbano na Área de Irrigação do Submédio São Francisco**. Rio de Janeiro, ZAHAR, 1983.
- 
- \_\_\_\_\_ **A Terra e o Homem no Nordeste. Contribuição ao Estudo da Questão Agrária no Nordeste**. 3ª ed. São Paulo, ATLAS, 1986.
- ARAÚJO, Tânia Bacelar de. "Nordeste, Nordestes: que Nordeste?" In: **Desigualdades Regionais e Desenvolvimento**. São Paulo, FUNDAP, 1995.
- AVELLAR, M<sup>ª</sup>. Angélica Braga de. **O DNOCS e a Irrigação no Nordeste**. Fortaleza, DNOCS/MINTER, 1976.
- BRASIL. GTDN. **Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste**. 2ª ed. Recife, SUDENE, 1967.
- BRUM, Argemiro J. **O Desenvolvimento Econômico Brasileiro**. 10ª ed. Petrópolis, Vozes, 1991.
- CARNEIRO, Ricardo Medeiros. **Capitalismo e Pequena Produção na Agricultura do Nordeste**. Campinas, Dissertação de Mestrado., 1978.
- CARVALHO, Maria A. & SILVA, César R. L. "Abertura ao comércio e competitividade: O impacto do MERCOSUL na agricultura paulista". In: **Anais da SOBER**. Vol, II. Brasília, SOBER, 1993

CARVALHO, Otamar de. "Uma nova dinâmica econômica para o Nordeste". In: **Cadernos de Estudos Sociais**. Recife, V. 7, nº 2, julho /dezembro, 1991.

\_\_\_\_\_. **O Nordeste Semi-Árido: Questões de Economia Política**. Campinas, Tese de Doutorado/ UNICAMP, 1985.

\_\_\_\_\_. **A Economia Política do Nordeste (Seca, Irrigação e desenvolvimento)**. Rio de Janeiro, CAMPUS/ABID, 1988.

CARVALHO, René Louis. "Principais Tendências da Evolução Recente da Produção Agropecuária Nordestina". In: **Cadernos de Economia - Série debates - texto nº 35**. Campina Grande, MER, 1989.

CASTRO, Ana Célia. **A agricultura brasileira e seus esquemas explicativos - as principais correntes interpretativas nas décadas de 50 a 70**. Brasília, BINAGRI, s/a.

CASTRO, Antônio Barros. "O Desenvolvimento Recente do Nordeste". In: **Sete ensaios sobre a economia brasileira**. Vol. II. Rio de Janeiro, Forense, 1971.

COBRAPHI - (Comissão Brasileira para o Programa Hidrológico Internacional). **O Projeto Regional Maior e a Região Semi-Árida do Brasil**. Brasília, fevereiro, 1982.

Comissão Pastoral Operária (CPO); Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo (CEFURIA). **O mundo do trabalho em dados - 1995**. Curitiba, s/e, s/a.

DAKER, Alberto. **Irrigação e Drenagem - a água na agricultura**. Vol. 3. 6ª ed. Rio de Janeiro, Freitas bastos, 1984.

DELGADO, Guilherme da Costa. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965/1985**. Campinas, ÍCONE / UNICAMP, 1985.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. "Brasil é o celeiro mundial de frutas". In: seção de Economia. Recife, 15 de dezembro de 1993.

DNOCS - **II Plano Nacional de Desenvolvimento - Programa de Irrigação do NE Semi árido**. Fortaleza, DNOCS, 1976.

DNOCS/ Ministério do Interior. **Relatórios Anuais: 1980, 1986, 1992**. Fortaleza, DNOCS, 1981, 1987, 1995.

GALVÃO, Olímpio J. de Arroxelas. "Aspectos do Desenvolvimento do Nordeste". In: **Ciência e Trópico**. Recife, Vol. 21, nº 2, jul. / dez, 1993.

- GOMES, Gustavo M. **A Política de Irrigação do Nordeste: intenções e resultados.** Texto para discussão nº 75. Recife, PIMES / CME / UFPE, 1979.
- GOMES, G. M. & VIRGOLINO, J. R. **A macroeconomia do desenvolvimento nordestino: 1960/1994.** Texto para discussão nº 372. Brasília, IPEA, 1995.
- GONSALVES, Raphael. "MERCOSUL - união econômica ou integração de povos?" In: **Revista Mundo Jovem.** Nº 178. s/l, s/e, outubro de 1991.
- IBGE - **Censo Agropecuário - 1970. Maranhão; Piauí; Ceará; Rio Grande do Norte; Paraíba; Pernambuco; Alagoas; Sergipe; Bahia.** Vol. III, Tomos: V; VI; VII; VIII; IX; X; XI; XII; XIII. Rio de Janeiro, IBGE, 1975.
- \_\_\_\_\_ - **Censo Agropecuário - Censos econômicos de 1985.** Números: 09-Maranhão; 10-Piauí ; 11-Ceará; 12-Rio Grande do Norte; 13-Paraíba; 14-Pernambuco; 15-Alagoas; 16-Sergipe; 17-Bahia. Rio de Janeiro, IBGE, 1991.
- \_\_\_\_\_ - **Produção Agrícola Municipal - 1980. Culturas Temporárias e permanentes. Região Norte e Nordeste.** Vol. 7. Tomo 2 - Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia; Tomo 3 - Paraíba, Piauí, Maranhão, Ceará e Rio Grande do Norte. Rio de Janeiro, IBGE, 1982.
- \_\_\_\_\_ - **Produção Agrícola Municipal - 1985. Culturas temporárias e permanentes. Região Norte e Nordeste.** Vol. 12. Tomo I. Rio de Janeiro, IBGE, 1987.
- \_\_\_\_\_ - **Produção Agrícola Municipal - 1990. Culturas temporárias e permanentes. Região Nordeste.** Vol. 17, Nº 2. Rio de Janeiro, IBGE, 1994.
- \_\_\_\_\_ - **Anuário Estatístico de 1980; 82; 83; 85; 86; 87; 89; 91; 93; 94.** Volumes: 41; 42; 44; 46; 47; 48; 49; 51; 53; 54. Rio de Janeiro, IBGE, 1981; 83; 84; 86; 87; 88; 89; 91; 93; 94.
- IRMÃO, José Ferreira. **Agricultura irrigada e produção para exportação no Vale do São Francisco.** Textos para discussão nº 358. Recife, PIMES, out. / 1995.
- JANK, Marcos Sawaya. "A agricultura e o MERCOSUL". In: **Banco Essencial.** s/l, agosto / outubro de 1992.
- LEITE, Pedro Sisnando. **Nordeste, uma nova estratégia para o seu desenvolvimento rural.** Texto p/ discussão nº 99. Fortaleza, CAEN, 1991.
- MAFFEI, Eugênio y SOUZA, Hermínio Ramos de. "Modernización y empleo agrícola: la expansion de la agricultura irrigada en Brasil". In: **Agricultura y Sociedad.** s/l. Julio /septiembre, 1990.

- MALUF, Renato Sérgio. "Comercialização agrícola e desenvolvimento capitalista no Brasil". In: **Revista de Economia Política**, Vol. 12, nº 3( 47 ). Fortaleza, julho/setembro 1992.
- MANTEGA, Guido. **A economia política brasileira**. 4ª edição. Petrópolis, Vozes/Polis, 1987.
- MASSEI, Eugênia, & SOUZA, HermIno Ramos de (Coords). **Emprego e Renda na Agricultura Irrigada. O caso do arroz no Baixo Parnaíba e Baixo São Francisco**. Brasília, OIT/PNUD/ Ministério da Irrigação, 1988.
- MELO, Marcos Antônio de. "Consideração sobre a tendência ao esgotamento do modelo de crescimento da agricultura nordestina baseado nas atividades de subsistência". In: **Revista econômica do Nordeste**. Vol. 13, nº 3. Fortaleza, julho/ setembro de 1982.
- MENDES, Manoel. "Nordeste precisa se integrar ao MERCOSUL." In: Seção Geral. João Pessoa, O Norte, 20 de outubro de 1996.
- NEPOMUCENO, Cristiane M. **A fruticultura no Nordeste: a fonte para a integração com o MERCOSUL**. Projeto de Pesquisa. Campina Grande, MER, 1993.
- OLIVEIRA, Augusto Cezar de (Coord.). **Impactos econômicos da irrigação sobre o pólo Petrolina-Juazeiro**. Recife, PIMES/UFPB, abril de 1991.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião**. 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- OLIVEIRA, Noel Carlos de. **A análise das transformações no uso de insumos modernos na agricultura brasileira**. Texto para discussão nº 220. Rio de Janeiro, IPEA, agosto de 1991.
- PONTES, José Osvaldo. Plaquete intitulada: **O Trabalho do DNOCS e o Programa de Irrigação do Nordeste Semi-Árido**. Brasília, MINTER, maio de 1978.
- REZENDE, Gervásio Castro de. "Agricultura e ajuste externo no Brasil: novas considerações". In: **Pesquisa e Planejamento Econômico**. Nº 19(3), Rio de Janeiro, dez 1989.
- REZENDE, Gervásio Castro de & GOLDIN, Ian. **A agricultura brasileira na década de 80: crescimento numa economia em crise**. Rio de Janeiro, IPEA, 1993.
- SÁ, Francisco Jr. "O desenvolvimento da agricultura nordestina e a função das atividades de subsistência". In: **Estudos CEBRAP 1**. São Paulo, s/e, 1977.

- SANTANA, Lindaura Maria de. **Produção, emprego e receita tributária: o efeito paradisíaco das frutas tropicais no pólo agroindustrial do Açu/ RN.** Campina Grande, Dissertação de Mestrado, 1995.
- SANTOS, João Felinto dos. **Metas para o desenvolvimento agrícola do Nordeste.** Areia, Dissertação de Mestrado, 1977.
- SANTOS, Rubens Rodrigues dos & Nunes, Gilvando Silva. **Nordeste: o desenvolvimento do homem rural.** São Paulo, NOBEL, 1988.
- SCALZARETO, Reinaldo. **Geografia geral - Nova política.** São Paulo, Scipione, 1992.
- SICSU, Abraham B. et all. **O GTDN: da proposta à realidade - ensaios sobre a questão regional.** Recife, Universitária, 1994.
- SILVA, José Graziano da (coordenador). **A irrigação e a problemática fundiária do Nordeste.** Campinas, Instituto de Economia / PRONI, 1981.
- VELLUTINI, Roberto de A. S. "Financiamento do desenvolvimento agrícola". In: **Revista de Economia Política.** Vol. 11, nº 2 ( 42 ). Fortaleza, abril /junho, 1991.